Porto: Ocupação rural da cidade págs 8 e 9 • **Manifestações climáticas** pág 5 e 6 • **A comunidade de Paraisópolis** págs 29 a 31

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
Mais informação na pág. 2

NÚMERO 29
DEZEMBRO 2020-FEVEREIRO 2021
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1.5€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

EMMA ANDREETTI

A luta das mulheres continua a construir, num quotidiano de resistências, um outro mundo possível. Para que, independentemente do género, o ser humano nasça com o direito igual de tomar parte no banquete da vida

A economia feminista e a soberania alimentar **págs. 11 a 13**
A revolução das mulheres na Polónia **págs. 14 e 15**
Emma Goldman **págs. 16 a 20**
Mulheres em luta pelos direitos das pessoas presas **pág. 48**

Fronteiras
págs. 27 e 28
O «Novo Pacto» da União Europeia para as migrações continua a elevar muros e a fortalecer as vedações

Cidade em decomposição
págs. 33 a 35
A metrópole destruiu a velha cidade para a reaproveitar enquanto paraíso circunscrito de bem-estar consumível

Futuro minado?
págs. 23 a 25
Da mineração de cobalto em alto mar ao direito a dizer não às minas

Por uma vida digna e uma casa: uma queixa crime da Autarquia de Lisboa

Na rua, sozinha com os filhos e sem meios para arrendar uma casa, Mariama ocupou uma casa. Vazia e degradada, tornou-a habitável para a sua família. Despejada em 2019, contou com protestos solidários dos vizinhos de Chelas e colectivos pela habitação. E não desistiu até arranjar um tecto. É agora alvo, pela autarquia, de uma queixa crime pela ocupação. A criminalização da luta pela habitação é denunciada pela Habita e a Stop despejos.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Mariama Djaló, recorda o dia 8 de fevereiro de 2019, quando 20 polícias invadiram a sua casa no Bairro do Condado em Chelas e expulsaram-na junto com os seus dois filhos menores. Sem aviso prévio, sem a presença de assistente social e sem quaisquer alternativas viáveis, apontaram-lhe a rua como destino.

Essa era a rua de onde havia saído para ocupar uma casa municipal que se encontrava há anos vazia e danificada. Mariama tinha anteriormente ficado na rua após ter sido expulsa pelo seu companheiro e ter tentado viver num quarto, um arrendamento privado de onde foi ilegalmente despejada pelo senhorio. Por isso ocupara a casa e com grande esforço, deu-lhe as condições mínimas de habitabilidade: colocou chão, loiças sanitárias, portas e janelas. Há dois anos que tentava resolver, sem qualquer solução à vista, o problema da habitação, junto dos serviços sociais, Santa Casa da Misericórdia ou a Autarquia de Lisboa. As respostas passavam por ir temporariamente para um centro de acolhimento coletivo, ir viver em sobrelotação na casa de algum familiar, ou que arrendasse uma casa cuja renda, no caso da Mariama, teria se ser de 250 a 500 euros, para contemplar um subsídio temporário. Entre a rua e um tecto, sem alternativa optou, como muitas outras dezenas de famílias em Lisboa, por ocupar uma das muitas casas vazias que a autarquia tem a seu cargo.

O despejo foi denunciado pelos colectivos de direito à habitação Stop Despejos e Habita. Esses mesmos grupos de apoio foram divulgando a posterior luta por habitação de Mariama: falou na reunião pública da Autarquia, foi temporariamente alojada numa instituição e há uns meses acabou por ver reconhecido o seu direito a uma habitação. A Câmara Municipal atribui-lhe uma casa onde, finalmente, começa uma vida familiar normal.

Mariama recebe agora o troco dado por parte da Autarquia para quem não baixou os braços pela luta à habitação. A GEBALIS, Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, apresentou contra ela uma acção criminal por ter, alegadamente, arrombado e danificado a habitação em que viveu durante uns meses.

> A plataforma de coletivos "Acção pela Habitação" exigiu «medidas de emergência e soluções imediatas»

A Habita, denunciando o tratamento policial e não social da questão, pede que a Autarquia retire a queixa. A associação refere que a queixa acontece «apesar de haver o compromisso público da vereadora da Habitação da CML de não criminalizar estas famílias que, quando ocupam, estão a fazer aquilo que é a sua obrigação fundamental: dar um tecto à família. Estando também a dar a estas casas, vazias e em processo de degradação, a sua função social: ser habitadas.»

Barulho pela Habitação!

Neste último trimestre de 2020, já acentuada a crise habitacional pelo contexto económico da pandemia, têm sido várias as situações denunciadas. É o exemplo, mesmo ao lado do Panteão Nacional em Lisboa, do bairro da Quinta do Ferro. Os moradores que aí vivem em condições que colocam em causa as suas próprias vidas, dirigiram-se á reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa no passado dia 30 de setembro para solicitarem realojamento imediato. Até à data nada se fez para salvaguardar a vida destas pessoas.

No dia 12 de novembro uma plataforma de colectivos "Acção pela Habitação" exigiu «medidas de emergência e soluções imediatas». Em acção em frente ao Ministério das Finanças, a que chamaram «quebrar com o silêncio, barulho pela habitação!», referiram em manifesto aí entregue que «apesar da quebra do turismo – que veio reafirmar a enorme vulnerabilidade económica de um país que se deixou tornar dependente deste sector de baixa produtividade, que paga mal e contribuiu para a crise e desigualdade na habitação – o preço das casas não caiu o necessário para que o mercado se torne razoável». Pelo contrário, anotam que «o mercado imobiliário esteve em alta durante vários meses da pandemia, os vistos gold, ao contrário das promessas do governo não acabaram e, neste momento de crise, os fundos preparam-se para açambarcar os chamados activos imobiliários, aproveitando-se da situação.»

Como reiteradamente expresso pela Habita, os casos de Mariama Djaló, da Quinta do Ferro, e um rol infindável de outros mais, interrogam as políticas de habitação face ao enunciado do artigo 65º da Constituição portuguesa: «Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.»

#ParirSozinhaNão

Uma campanha de reivindicação dos direitos das mulheres grávidas, e suas famílias, denuncia as restrições impostas a propósito da pandemia, que ainda hoje impedem o direito a ter um acompanhante nas consultas e durante o parto, apesar das várias fases de desconfinamento que o país atravessou.

MARGARIDA LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

A campanha «parir sozinha não» surgiu porque, desde março, a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP) tem recebido uma grande quantidade de pedidos de ajuda, por parte das mulheres e de companheiros, conta-nos Catarina Barata, membro da Associação. «São pedidos completamente desesperados, quando as mulheres se apercebem que têm de ir sozinhas a consultas de rotina, que não podem levar ninguém para o parto. Aquele momento de fazer ecografia, conversar com o profissional de saúde, o outro progenitor (o pai ou a outra mãe) ou outro acompanhante que elas queiram levar é completamente privado disso. Depois, ainda mais com o próprio parto». Estas restrições foram implementadas logo em março e, imediatamente, a APDMGP começou a receber pedidos de ajuda, ainda que no início tenha reagido com cautela, por não se saber bem que novas realidades se impunham. À medida que o tempo foi passando, com o levantamento das restrições em todas as áreas, passando a ser permitida a realização de touradas, por exemplo, ou almoços em restaurantes com 20 pessoas, observou-se que as mulheres continuavam a ter de ir sozinhas para o hospital, quer para ter o bebé, quer no acompanhamento da gravidez, mesmo em casos de internamentos. De acordo com denúncias que chegaram à Associação, houve casos em que as mulheres tiveram de ficar internadas durante meses, sem a possibilidade de visitas, tanto no pré-parto como no pós-parto.

Até finais de outubro, não só se assistiu a este desconfinamento geral em todas as áreas, como também foi publicada informação de organismos de saúde internacionais ou da comunidade científica, onde unanimemente se esclareceu a importância da não separação da mãe e bebé, por exemplo, mesmo em caso de mãe que teste positivo para Covid-19; foi reforçada também a necessidade de os direitos básicos das mulheres serem respeitados no momento do parto, numa perspetiva que considera a saúde como algo a ser preservado em vários âmbitos, que não só o estritamente epidemiológico ou de contágio. Desde o início do confinamento que a APDMGP se dirigiu à Direção Geral de Saúde (DGS) e aos hospitais, chegando até a fazer queixa à entidade reguladora da saúde e a falar com os partidos políticos. «Depois, sentimos esta necessidade da campanha pública e então lançámo-la. Fizemos também uma manifestação em frente à DGS em que se colocaram sapatos para evitar que houvesse concentração de pessoas».

Quanto aos hospitais privados, Catarina Barata, que também é doutoranda em Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, trabalhando o tema da violência obstétrica, explica que muitos permitem acompanhante. «O que verificamos, como já verificávamos antes da pandemia, é que há uma discrepância muito grande entre as políticas dos vários hospitais. Aqui, o privado e público têm essa diferença, no privado são clientes e, portanto, há uma maior permissividade em relação a certos direitos e, na questão do acompanhante durante a pandemia, não foi exceção».

A APDMGP[1] alertou ainda para o facto de estarmos a assistir a um excesso de partos medicalizados, com o número de induções e cesarianas a aumentarem. «Embora muitos privados tenham mantido a possibilidade de a mulher parir com um acompanhante, exigindo sempre que ambos tivessem um teste negativo à Covid-19, devem ter sido raros os casos de partos espontâneos», salienta esta investigadora-ativista. «Basicamente, a pandemia veio acentuar certas tendências que já previamente se verificavam e, com a desculpa da necessidade de ter teste negativo na altura do parto, tornou-se prática comum não esperar pelo início de parto espontâneo».

> Durante o tempo em que já se podia circular livremente, o normal nos hospitais públicos foi os pais (ou a outra mãe) só conhecerem os seus filhos três dias após o nascimento.

Após a campanha «parir sozinha não» e após vários partidos terem aprovado projetos de resolução, a DGS foi alterando a sua posição através dos documentos que emitiu. Se, num primeiro documento, a DGS se posicionou no sentido de restringir tudo, depois de interpelações, o segundo documento já veio concordar com as recomendações da Organização Mundial de Saúde quanto à importância da presença de um acompanhante durante a gravidez e parto, mas deixava a decisão ao critério dos hospitais. No dia 9 de outubro do ano corrente, o terceiro parecer é mais perentório em dizer que o acompanhamento é um direito da mulher grávida que deve ser cumprido e, como tal, deve ser a regra e não a exceção, afirmando que «as unidades hospitalares devem assegurar as condições necessárias para garantir a presença de um acompanhante durante o parto». Infelizmente, e apesar da visibilidade mediática da campanha e do posicionamento de organismos de saúde, a situação mantém-se crítica. Sabe-se que os hospitais pouco alteraram as suas práticas e continuam a chegar relatos de mulheres que experienciam o parto, um momento tão marcante e que devia ser respeitado, como algo traumático e vivido em isolamento forçado.

Não só as grávidas se vêem impedidas de receber apoio e acompanhamento, como também as pessoas que partilham a parentalidade ou laço afetivo com a parturiente e o bebé estão privadas do direito à presença e participação no início de vida das crianças. Durante o tempo em que já se podia circular livremente, o normal nos hospitais públicos foi os pais (ou a outra mãe) só conhecerem os seus filhos 3 dias após o nascimento. Ao refletir sobre questões de género na parentalidade, o que se está hoje em dia a promover é um contraste face às políticas de igualdade que os próprios governos têm vindo a implementar, marcando o nascimento e o cuidado dos filhos como algo da exclusiva responsabilidade da mãe biológica.

Como se pode ler num artigo publicado no site da APDMGP[2] «Estão a acontecer coisas terríveis, no âmbito da assistência ao parto e pós-parto, em Portugal e no mundo, nestes tempos de pandemia. Restrições de direitos e garantias, manipulações, imposições contrárias a recomendações internacionais e evidências científicas». A resposta à situação causada pela Covid-19 gerou um «Estado de Exceção» que expõe a fragilidade dos direitos humanos, sobretudo de certos grupos da sociedade, revelando uma realidade de retrocesso a «velhos hábitos», apesar das conquistas e das lutas: perante uma crise, aumentam as desigualdades e as desvantagens das mulheres quando se vive num sistema patriarcal capitalista.

NOTAS

1 Para mais informação sobre estas questões, recomendamos a leitura do artigo "COVID-19 Containment Measures, Perinatal Experiences, and the Fight for Childbirth Rights in Portugal", disponível no blog da Medical Anthropology Quarterly.

2 http://associacaogravidezeparto.pt

Justiça francesa recusa extraditar Vincenzo Vecchi

O Tribunal da Relação de Angers recusou extraditar Vincenzo Vecchi, refugiado na Bretanha há vários anos, para Itália, onde tinha sido condenado em 2009, no que parece uma vitória (quase) definitiva do anarquista italiano e do seu Comité de Apoio.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
IMAGENS **COMITE-SOUTIEN-VINCENZO.ORG**

Condenado, em 2009, a 12 anos e meio de prisão pela justiça italiana, Vincenzo fazia parte dos chamados «dez de Génova», dez militantes condenados a penas muito pesadas por actos ocorridos no encontro do G8. Em fuga da justiça italiana, refugiou-se em França, em Rochefort-en-Terre, onde trabalhou como pintor de construção civil e onde foi detido a 8 de Agosto de 2019. Ao fim de três meses de detenção, a 15 de Novembro de 2019, foi libertado pelo Tribunal da Relação de Rennes que considerou que o processo de execução do Mandado de Detenção Europeu (MDE) era «irregular». Como houve recurso, uma nova decisão teria de passar pelo Supremo Tribunal de Justiça (*Cour de cassation*), o qual, a 18 de Dezembro, anulou a sentença do Tribunal da Relação de Rennes e reenviou o processo para o Tribunal da Relação de Angers.

Na edição *online* do Jornal MAPA demos conta de que, no dia 2 de Outubro, se realizaria, em Angers, essa audiência de Vincenzo Vecchi para analisar o recurso sobre a sua extradição para Itália. A defesa, nas suas alegações, apontou as múltiplas falhas do processo do MDE emitido contra Vincenzo, não se esquecendo de evocar, directa ou indirectamente, o carácter mussoliniano da acusação de «devastação e pilhagem», crime introduzido pelo Código Rocco de 1930 que permite a condenação sem necessidade de prova de culpa concreta: basta estar presente no local onde decorre a manifestação para que a condenação seja possível, mesmo sem qualquer prova de participação directa nos actos pelos quais se é acusado. O imenso apoio popular que o anarquista italiano tem recebido também foi uma carta utilizada pelos seus advogados. A audiência foi encerrada depois de uma intervenção de Vincenzo sobre as condições de detenção em Itália e os recentes movimentos de revolta dos prisioneiros e prisioneiras na sequência de várias mortes causadas pela ausência de medidas relacionadas com a pandemia de Covid-19 nas prisões italianas. Ficou marcada uma decisão para 4 de Novembro.

Nesse dia, o Comité de Apoio a Vincenzo Vecchi emitia o seguinte comunicado: «A decisão do Tribunal da Relação de Angers (*Cour d'appel de Angers*) acaba de sair e, felizmente, é globalmente favorável. Ratifica as duas decisões já tomadas por magistrados de Tribunal da Relação, impedindo que Vincenzo seja enviado para Itália. Isto significa que os juízes franceses recusam que o MDE sirva para condenar um simples manifestante a uma pena injusta. Ao fim de 16 meses de combate e de processo, o Comité de Solidariedade e todos os amigos de Vincenzo regozijam-se».

> Os juízes franceses recusam que o Mandado de Detenção Europeu sirva para condenar um simples manifestante a uma pena injusta.

De facto, o Tribunal julgou não poder executar o MDE emitido pela Itália, uma vez que a pena principal de 10 anos de prisão em que Vincenzo incorria, por «devastação e pilhagem», não tem equivalente em França. A escolha desta acusação permitiu sancionar Vecchi com «uma severidade maior» do que se tivesse sido condenado por «vandalismo» (*dégradations en réunion*), esta sim punível no sistema penal francês. Em dois casos, Vincenzo foi condenado apenas por se encontrar «na proximidade» de um banco e de um veículo vandalizados, «uma noção de contornos vagos» que não podia «constituir por si própria um elemento constitutivo da cumplicidade», explicou o Tribunal. Ou seja, os magistrados recusaram a sua extradição para Itália, mas também a execução da pena em França por uma infracção que não existe no seu direito penal. No entanto, o Tribunal pede, para 30 de Novembro, informação suplementar às autoridades italianas e Vicenzo poderá ainda ter de cumprir um remanescente de pena (dois meses e 23 dias), susceptível de ser cumprida em França.

ATENÇÃO à DIREITA

UM INTRUJÃO E DOIS IDENTITÁRIOS

VLADIMIR

Era objectivo do autor desta coluna cagar de alto em André Claro Ventura, mas a verdade é que a coisa se torna tão presente e tão patética que fica difícil. Enquanto lhe continuam a estender todas as passadeiras (e o último exemplo foi Miguel Sousa Tavares – a meio de Novembro na TVI – que, habituado a dirigir entrevistas truculentas desde mil nove e oitenta e coisa, se deixou enredar por um tipo que de forma hábil nega tudo aquilo de que o acusam ou que lhe atirem à cara – porque na verdade tem todas as caras que quiser), o homem lá vai fazendo a sua campanha. Mas mal o partidinho dele se abeirou de uma porçãozinha de poder – dois deputados na Assembleia Regional dos Açores, num quadro de maioria relativa para o PS e um parlamento rarefeito saído das eleições de 25 de Outubro – começaram os desentendimentos. Mês e meio antes, o ideólogo do Caga jurava ao *Público* (5.Set.) que «neste momento qualquer coligação seria muito negativa para o C**ga».

Com os resultados ainda quentinhos começa a barafunda – o vice-presidente do Caga/Açores, Orlando Lima, demite-se do partido acusando os outros de «lamentável postura centralista», mas as negociações mais ou menos secretas e o ámen de barões do PPD como Morais Sarmento levam a que se chegue a uma espécie de acordo que federa a direita toda e que tem ali como grande bandeira a redução do número de «subsidiodependentes» – parece que nos Açores vivem à grande com uma média de 76 euros de Rendimento Social de Inserção por mês. Pode ser que «neste momento» a coisa já seja muito positiva para o Caga, mas o certo é que o impoluto Rui Rio levou menos de um ano a deixar cair as linhas vermelhas e a ser elogiado pelo deputado único da extrema-direita em São Bento, que até já se via a liderar um processo de revisão constitucional – ficou a marinar por causa dos sucessivos estados de emergência.

O certo é que o homem consegue cometer a proeza de dar de manhã uma entrevista à Lusa e à tarde desmentir a sua resposta sobre o casamento gay (porque se arrepende? Porque lhe dão ordens? Porque tem medo da sua base?). E assim consegue atenção em duplicado – mas começa a ser evidente, mesmo para quem não o era, que o tipo não passa de um troca-tintas que dirá tudo e o seu contrário. Nisto já ninguém se lembra da patuscada que foi a II Convenção do Caga, realizada 19 e 20 de Setembro – com a promessa da maior manifestação de rua alguma vez vista no Alto Alentejo. Umas dezenas de delegados lá andaram quinze minutos pela Praça do Giraldo, com as colunas da Harmonia Eborense a colocarem a «Grândola» em loop e qualquer trabalhador rural alentejano a lembrar-se do que são verdadeiras marchas. Cagança e garganeira não lhes falta, aos do Caga. Já a imagem que fica da reunião magna daquela gente é de profunda impreparação política, golpes de teatro e maluquinhos da tola, pelo menos a aquilatar pelas moções apresentadas – a que ficou mais famosa defendia a retirada dos ovários às mulheres que interrompam a gravidez – e que acabaram por ser retiradas do site do partido. Bem esteve Jerónimo de Sousa no final de Outubro que, perante uma risada de tal personagem no hemiciclo de São Bento, lhe atirou: «Está a achar graça? Eu não lhe acho graça nenhuma.» É o chamado «embrulha e leva para casa».

Utilizemos o espaço que sobra para registar que os identitários de Loures voltaram, numa noite louca de desbunda, a fazer das suas. A coisa deve passar-se assim: o teórico e o primo saem de Sacavém, vão às escolas secundárias de que se lembram (Sacavém, Portela, Olivais) e escrevem sempre as mesmas frases: «Viva a Europa branca», «Fora com os pretos», sempre com a mesma grafia (deve ser o primo, enquanto o teórico dita). Fizeram-no a 30 de Outubro, mas já tinham feito o mesmo a 11 de Junho. Desta vez foram mais audazes e desceram até à Católica e ao ISCTE. Cada conjunto de frases é ornado com o símbolo dos identitários (um V invertido numa circunferência, assim como se fosse um queijinho do Trivial Pursuit… Dizem que é a 11.ª letra do alfabeto grego, *lambda*). Entretanto, passado o verão, nunca mais se ouviu nada por parte da Resistência Nacional nem por parte da Nova Ordem de Avis, tudo levando a crer que terá também sido uma noite de desbunda de dois maluquinhos entediados.

Não temos grandes esperanças, mas acontecimentos como a derrota eleitoral daquele outro tipo alaranjado lá das Américas ou a abada que os fulanos do Vox levaram ao apresentar a sua moção de censura em Madrid refreiem as ambições desta gente.

Outono nas ruas de Lisboa: três manifestações por justiça climática

Entre Setembro e Outubro deste ano, vários grupos que lutam por justiça climática saíram às ruas de Lisboa para participar em três protestos: a manifestação da Mobilização Climática Global, a acção de desobediência civil em massa «Nós Somos os Anti-corpos» e a manifestação «Resgatar o Futuro, Não o Lucro». Neste artigo entrevistamos três jovens que participaram em cada uma destas acções.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
FOTOS CATARINA LEAL E CLIMÁXIMO

Mobilização Climática Global

By 2020 We Rise Up – adaptado para português como «2020: Virar a Maré» - é uma plataforma apoiada por cerca de 60 grupos, principalmente europeus, que lutam por justiça climática. O objectivo da plataforma é criar pontes entre diferentes lutas e agir de forma coordenada e duradoura para promover diversos tipos de acções disruptivas. Para o Outono de 2020, esta plataforma planeou uma onda de mobilizações na Europa, que passou por três momentos de acção em Portugal.

A 25 de Setembro de 2020, o movimento Greve Climática Estudantil (GCE) de Portugal lançou o apelo para uma mobilização climática global. Onze localidades (Alcácer do Sal, Algarve, Aveiro, Caldas da Rainha, Coimbra, Évora, Lisboa, Montijo, Porto, Setúbal e Guimarães) organizaram acções de protesto com o mesmo mote: «Justiça climática já!».

Samuel Correia, de 20 anos, participa mais activamente no grupo da GCE do Algarve. Nasceu e cresceu em Lagos mas, como de momento se encontra a estudar Engenharia Informática em Lisboa, decidiu vir à manifestação da capital.

Sobre a organização da GCE do Algarve, Samuel conta que o núcleo de Lagos foi criado no âmbito da organização da terceira greve climática estudantil, a 27 de Setembro de 2019. Esta greve corresponde também à primeira mobilização global pelo clima organizada pela Salvar o Clima, uma plataforma mais lata que apelava à participação não apenas de estudantes, mas também de sindicatos e de outras organizações.

De acordo com Samuel, a GCE é a extensão portuguesa do movimento *Fridays for future*, iniciado pela jovem sueca Greta Thunberg, sendo composta principalmente por estudantes do ensino secundário e do ensino superior. Estes apresentam-se como um movimento apartidário e horizontal: «a organização que nós temos é muito plana, ou seja, não temos uma hierarquia, não temos uma pessoa que mande nos outros…» - diz o jovem.

No Algarve, o núcleo duro da GCE conta com cerca de 12 pessoas, sobretudo raparigas: «Dos membros mais activos, somos por volta de 10 ou 12 e desses somos só dois rapazes. (…) Talvez porque as raparigas são mais activas neste tipo de acções e mobilizações. Como já vimos na história mais recente, as mulheres tiveram de se manifestar para terem todo o tipo de direitos…»

Naquele dia, Samuel desfilou pela Avenida da Liberdade, em Lisboa, empunhando uma faixa onde se podia ler «Neutralidade carbónica até 2015. Era para ontem!» Quando perguntado sobre o que defende a GCE, o jovem explica: «a base da nossa luta é: queremos uma transição energética justa. (…) De energias fósseis para energias renováveis, energias não poluentes.» Mas, para isso, será necessário «requalificar os trabalhadores que actualmente trabalham nessas indústrias poluentes e que irão perder o seu trabalho.»

Segundo Samuel, o seu envolvimento com a GCE representa a primeira vez que participa numa organização e foi a partir daí que começou a ir a manifestações. «Há muitos estudos que indicam que os desastres naturais vão aumentar (…) e que afectam mais os países em desenvolvimento e as populações de lá.» O jovem está solidário e defende que é muito importante continuar a sair às ruas: «Se não participássemos nas manifestações não havia demonstrações sobre o que é que o povo quer. É uma excelente maneira de os políticos e o resto da população verem que é uma luta importante.»

Nós Somos os Anti-corpos

O feriado do 5 de Outubro de 2020 ficou marcado pela ocupação da rotunda do Marquês do Pombal, em Lisboa. Durante mais de uma hora, três das artérias principais da cidade foram bloqueadas com os próprios corpos dos manifestantes que aderiram ao protesto «Nós Somos os Anti-corpos».

O protesto, organizado pelo grupo Climáximo, começava nessa manhã, pelas 11h, no jardim Amália Rodrigues. Passado pouco mais de uma hora, os manifestantes marcharam pelo Parque Eduardo VII em direcção ao Marquês do Pombal, empunhando, entre outras, as três faixas que ditavam as três reivindicações principais do protesto: (1) Neutralidade Carbónica em 2030, (2) Serviços Básicos Incondicionais e um (3) Limite Máximo ao Rendimento.

Inês T. tem 30 anos, mora em Lisboa e faz parte do colectivo Climáximo. De acordo com a jovem, a terceira reivindicação surge precisamente porque as primeiras duas precisam de financiamento: «sabemos que o dinheiro existe, mas não está nas mãos das

pessoas. (…) Deveria estar a ser canalizado para de facto combater estas crises e garantir justiça social e justiça climática.» Para tal, o colectivo propõe um novo escalão de imposto de 99% sobre todos os rendimentos a partir de 150 mil euros anuais. «Isto no fundo é a reivindicação que iria servir para garantir as outras duas reivindicações.»

A acção implicou alguma preparação prévia. Em Junho, foi lançado um manifesto que reuniu mais de 300 assinaturas. Em Setembro, a acção foi sendo construída em assembleias abertas, que funcionavam duas vezes por semana – uma *online* e uma presencial, alternadamente. Foram também organizadas formações de desobediência civil e treinos mais específicos para as técnicas que utilizaram naquele dia.

No dia da acção, após a manifestação que desceu o Parque Eduardo VII, os manifestantes – cerca de 100 – conseguiram bloquear três entradas da rotunda do Marquês do Pombal durante mais de uma hora. Algumas pessoas utilizaram tubos para se ligarem umas às outras. De acordo com Inês: «É uma forma de dificultar que sejam removidas pela polícia do local e é uma forma de garantir que se fica lá mais tempo.»

Durante o bloqueio, os manifestantes foram gritando palavras de ordem e cânticos, e tinham as faixas com as três reivindicações erguidas junto a cada estrada bloqueada, «para garantir que a mensagem estava a ser passada».

Centenas de polícias do corpo de intervenção da PSP foram enviados para o local para retirar os manifestantes da rotunda. Sobre a actuação da polícia, a jovem descreve: «A actuação da polícia foi mais ou menos o expectável de um aparelho repressivo que defende os interesses do capital e do estado e do *status quo*… mas houve ameaças: "Se vocês não saírem daí e não tirarem esses tubos, a culpa não é nossa se vos partirmos os braços!" Depois, ao retirarem as pessoas, tentavam sempre magoar um bocado, de forma que não fosse óbvia para quem estava a ver de fora – porque estava lá a comunicação social.»

> Quem sustentou quarentenas, cuidou de doentes, garantiu abastecimentos e logística, foram precárias e trabalhadores dos serviços essenciais.

Inês conta ainda que fizeram questão de convocar previamente a comunicação social e explica a importância estratégica da presença dos *media* na acção: «é sempre importante, não só para passarmos a mensagem, mas também para garantirmos a nossa própria segurança. Porque o facto de a comunicação social estar lá, obviamente que garante que a polícia não vai ter comportamentos mais agressivos.»

Para Inês, esta foi a terceira vez que participou numa acção de desobediência civil. A jovem decidiu aderir porque considera que esta representa uma «oportunidade de causar disrupção e de abrir uma janela na normalidade das pessoas e no *business as usual*, para tentar passar a mensagem.» Para além disso, a jovem explica que a ideia dos anti-corpos é ir à raiz dos problemas e não combater apenas os sintomas. E a raiz, defende, «é o sistema capitalista onde nós vivemos.»

Resgatar o Futuro, Não o Lucro

No dia 17 de Outubro de 2020, cerca de 300 pessoas saíram às ruas em Lisboa, no Porto e em Guimarães, com o mote «Resgatar o Futuro, Não o lucro». Em Lisboa, cerca de 150 pessoas manifestaram-se da Praça José Fontana até ao Rossio.

A marcha foi organizada pela plataforma Resgatar o Futuro, que conta com 40 organizações subscritoras, associadas a vários tipos de lutas. Da lista constam também a Greve Climática Estudantil e o Climáximo, dois colectivos dos quais Alice Gato faz parte.

Alice tem 18 anos e estuda Ciência Política e Relações Internacionais em Lisboa. A jovem explica que esta foi a segunda manifestação que a plataforma Resgatar o Futuro organizou: «Já tínhamos convocado antes, 6 de Junho, mas voltámos a convocar porque olhamos à nossa volta e as situações já se estão a agravar desde a primeira vez que convocámos.»

De acordo com Alice, o contexto pandémico da Covid-19 vem expor ainda mais as fragilidades do sistema capitalista. «Os maiores custos desta crise são imputados a quem menos pode, (…) acentuando as desigualdades anteriores, com base na falta de rendimento, classe, género, nacionalidade, etnia, orientação sexual.» - pode-se ler no manifesto que convoca a manifestação.

A jovem defende ainda que as crises estão todas interligadas: a crise da saúde pública, a crise económica, a crise climática e a crise social. Durante a entrevista ao Jornal MAPA, Alice apontou como principais preocupações a crise climática, o desemprego e a precariedade, a especulação imobiliária e os despejos, bem como as manifestações de ódio racial que têm aumentado nos últimos anos: «vemos um aumentar de ódio que as crises também exacerbam. Quando dividem as pessoas… vemos manifestações chocantes de racismo, como por exemplo o caso do [Bruno] Candé… e continuamos a ver muitas outras manifestações de ódio, racismo, xenofobia, homofobia, a extrema-direita…»

No plano do trabalho, diz que «muitas das pessoas que estão em situações precárias fazem trabalhos fundamentais de cuidados e de manutenção, nomeadamente na saúde». O manifesto lançado reforça esta questão, afirmando que, perante a crise sanitária da Covid-19, «quem sustentou quarentenas, cuidou de doentes, garantiu abastecimentos e logística, foram precárias e trabalhadores dos serviços essenciais».

Tendo como ponto de partida todas estas problemáticas, a plataforma Resgatar o Futuro reivindica um investimento público que permita o acesso universal à saúde, bens e serviços essenciais, habitação, trabalho, transportes e energia.

Para Alice, o dia da manifestação, em Lisboa, «correu melhor do que eu esperava». Apesar de não ter tido muita gente a participar – foram cerca de 150 pessoas – o percurso e a dimensão possibilitaram uma boa interacção com as pessoas com quem se cruzaram.

As faixas e cartazes que os manifestantes trouxeram expunham preocupações várias, como: «Acabar com a precariedade», «Resistência Feminista / Todas por todas», «Sobrevivência não é utopia» ou «Racismo mata».

Sobre o futuro, Alice diz que contam organizar palestras em escolas e continuar a reunir-se para organizar uma nova onda de protestos, prometida para a Primavera: «É preciso mostrar que a situação é grave mas que, com cuidado, é possível continuar a lutar pelos nossos direitos».

Tacho e dois dedos de conversa

INÊS VEGETAL
FOTOS **JOÃO MELO**

No início do confinamento de março, para qualquer pessoa que passasse na Almirante Reis, era evidente quem podia, e quem não podia, estar de quarentena. Sem os estudantes, trabalhadores, turistas, Erasmus e *hipsters*, a avenida principal dos Anjos expunha uma camada social que nos últimos anos tem vindo a passar despercebida.

Face a esta realidade o centro social Associação RDA69 — que nos passados dez anos tem dado casa a debates, noites de cerveja, refeições a um preço acessível … — decidiu cessar as suas actividades regulares e dar início a uma cantina solidária. Ao longo de seis meses, com as mãos e braços de duas dezenas de voluntários e milhares de euros doados, foram servidas cerca de duzentas refeições diárias. A fila que se estendia ao longo do Regueirão, composta por pessoas em situação de sem abrigo, ex-trabalhadores, imigrantes e trabalhadores precários, revelava os efeitos sociais e económicos desta crise pandémica.

Durante os meses de Verão, a associação começou a usar o espaço exterior à garagem que lhe dá casa e criou, com a ajuda do colectivo Eira, uma esplanada. Sob a sombra de toldos improvisados e nas mesas espalhadas, quem chegava podia comer a sua refeição sentado, carregar o telemóvel e trocar dois dedos de conversa.

A fila que se estendia ao longo do Regueirão, composta por pessoas em situação de sem abrigo, ex-trabalhadores, imigrantes e trabalhadores precários, revelava os efeitos sociais e económicos desta crise pandémica

Em meados de setembro, o colectivo que gere o RDA69, por falta de financiamento e esgotamento humano, decidiu terminar com a cantina solidária e pôr em marcha um projecto experimental nesta esplanada. Todos os dias tem sido montada uma cozinha de campanha onde quem aparece pode preparar e partilhar a sua refeição, beber café, tomar o pequeno almoço, carregar o telemóvel, usar a casa de banho, tomar banho e lavar a roupa. A fila de duzentas pessoas que todos os dias vinham pegar uma refeição reduziu-se para um grupo médio de quarenta que, diariamente, partilham tachos, almoço, um jogo de xadrez e conhecimentos, criando saberes e dinâmicas de convivência e sobrevivência.

O funcionamento primário da esplanada é garantido por um grupo de dois ou três voluntários responsável pela abertura, fecho e manutenção do espaço, que assegura os turnos de lavagem de roupa, gere os banhos, e se certifica de que o cabaz de alimentos diários é disponibilizado, que existe azeite, cebola, alho e especiarias suficientes.

A estranheza revelada por alguns pelo acto de — voltar — a cozinhar é diariamente colmatada por outros que não permitem que ninguém fique sem uma porção de feijoada improvisada. Se há sobras de farinha, há quem chegue e faça *Naan* para todos; se há falta de arroz, estica-se um pouco para o próximo. Todos os dias o espaço da Esplanada é, um pouco mais, apropriado, comunizado e cuidado pelos que o utilizam. Todos os dias a ideia de normalidade é ali rescrita.

Se a cantina surgiu como uma resposta de emergência à supressão de necessidades básicas revelada por um estado calamitoso, a esplanada surge como um ensaio de novas formas de organização do quotidiano. Por um lado, esta experiência dá continuidade a uma série de relações que se têm vindo a desenvolver no último ano e a um processo de construção de novos viveres, por outro, rompe com uma série de relações ambíguas entre aqueles que podem disponibilizar do seu tempo para que outros comam. A esplanada surge assim como o tipo de experiência que nos faz pensar que, se calhar, tudo o que precisamos já aqui está.

«Somos rebentos!» Brota uma horta na Escarpa das Fontainhas

Chama-se Bananeira e desde Maio que está a trazer vida de volta à Escarpa das Fontainhas no Porto.

TEXTO **SARA MOREIRA**
SARAMOREIRA@JORNALMAPA.PT
FOTOS **ANA REGO**

«Estamos livres, fora da gaiola, saímos!»

Assim é recordado o dia em que a Escarpa das Fontainhas começou a ser desbravada para dar lugar a uma nova horta comunitária no Porto. Logo a seguir ao desconfinamento de Maio, era muita a energia em potência para abrir caminho e devolver às pessoas o usufruto daquele espaço-vertigem debruçado sobre o Douro. Desde que saíram os últimos habitantes e foram demolidas as últimas casas, em 2015 [ver caixa], a área passou a servir para pouco mais do que passagem entre a cota do rio e o bairro, lá em cima, depósito de entulho e lixo, ou lugar de eleição para defecação ao ar livre e consumos ilícitos.

– «Bota a limpar»!

A partir desse dia nasceu um processo que nos últimos meses tem vindo a envolver dezenas de pessoas dali e dalém nas Hortas da Bananeira.

Era uma sexta-feira solarenga de Outubro quando nos juntámos cerca de dez à conversa nos escombros daquela encosta entre pontes virada para Gaia, agora repleta de recantos cultivados com hortas de peculiar estética e com muita pedra à mistura. Para além de nós, que estamos sentados numa ruína que já terá sido casa, há gente espalhada pelos vários socalcos, muitas vezes de cócoras, ao léu, e com as mãos metidas na terra. Para este dia está marcado trabalho colectivo. O plano é «activar mais um espaço», desta vez logo abaixo do centenário lavadouro comunitário das Fontainhas, encostado ao arco da Ponte do Infante. As camadas de plástico, garrafas, dejectos, seringas que há para tirar do terreno são impressionantes, mas não demovem os «bananeiros» que já foram começando os trabalhos. Entre olás e abraços a quem vai passando e bocas trocadas com os mais velhos à espreita lá em cima no miradouro, a entrevista para o Jornal MAPA desenrola-se sem que seja sempre fácil (ou desejável) identificar quem exactamente é que diz o quê (todos os nomes são fictícios): cada frase vai sendo construída por todas as pessoas presentes numa catadupa de ideias que se complementam, tal como é diverso o mosaico de canteiros plantados na horta.

«É bué orgânico»

«Inicialmente éramos um grupo pequeno e conseguíamos falar facilmente cara a cara», começa por contar o Horácio. O grupo foi crescendo através do passa-palavra até chegar às «50 e tal, no mínimo» que participam hoje (outro diz 100), embora se mostrem reticentes em fazer a «contabilidade»: «o grupo não é fechado ao ponto de só quem tem horta ser considerado como estando aqui a participar, porque a participação é aberta a todas as formas que alguém entenda que são necessárias, pertinentes». «Há gente que passa e só quer limpar, só quer ajudar ou conversar, ou estar um bocado», acrescenta a Adelaide, enquanto o Joaquim fala dos que já «vieram e deixaram de vir» e a Amélia vai nomeando meia dúzia de países de origem de pessoas que por ali já passaram. «É bué orgânico», diz uma horteloa com sotaque brasileiro para rematar, «há várias formas de contribuir, cada uma à sua própria maneira», seja com trabalho, materiais, ferramentas ou conhecimentos. «Vamos trocando muitas ideias. Os que sabem menos vão pesquisando, os que sabem mais vão contando... e é uma experimentação também.»

Muitas das pessoas que ali estão não são alheias à conjuntura pandémica: «muitos de nós [estamos] um bocado sem chão neste momento, (há muitos artistas) que ficamos sem emprego, nem trabalho, nem ocupações, nem coisa nenhuma, portanto foi uma oportunidade para nos juntarmos porque temos mais tempo livre. Foi um conjunto de factores: entregamo-nos a *isto* e noutra época se calhar não tínhamos tempo para *isto*, noutro momento *isto* não teria acontecido».

E o que é *isto*? «É uma revitalização», explica o Horácio, e outros vão completando: «é uma activação do espaço», «é uma ocupação», «é um cuidar», «não é para um grupo fechado de pessoas tirar daqui um proveito próprio», «é para que se abra, para que se volte a activar um espaço que estava morto», e remata de novo a Adelaide, «é uma vontade em comum de muitas pessoas de cuidar e cultivar algo, e daí surge muita coisa».

«Vem e leva»

«Para mim o mais incrível até hoje, para além de ter conhecido todas as pessoas que estão aqui, foi quando fizemos a colheita comunitária», recorda a Amélia, que tinha acabado de regressar a Portugal quando começou a participar na Bananeira. Refere-se ao dia em que o bairro desceu à horta, um domingo de Setembro em que os tanques das lavandeiras se transformaram em ponto de recolha de excedentes da produção – o primeiro dia do «Vem e leva». «Eu honestamente não esperava que viesse tanta gente, nem espe-

rava que viesse quase ninguém na verdade, e desceu o bairro todo cá abaixo e começaram a contar-nos tudo, onde é que tinha nascido cada um e o que é que havia em cada sítio». O dia «acabou da melhor maneira», continua, «levámos algumas couves a um dos cafés que tem lá em cima e meia hora depois trouxeram uma bandeja com sopas para toda a gente e estava deliciosa».

Sentem-se apoiados. Dizem que os vizinhos «vêm cá buscar comida e dão-nos equipamentos, redes, mangueiras, ferramentas, pregos, cadeiras, estas tábuas aqui». «Toda a gente que passa aqui dá os parabéns, fica aí a falar, conta um bocadinho a história de como isto era antigamente… tem antigos moradores das casas que tinha aqui que já vieram cá e sugerem os espaços melhores para plantar, onde já havia jardins, "repara que aqui há cimento, ali não", eu fiquei super emocionada quando soube que onde eu estou plantando era o jardim do bairro».

É o pragmatismo utópico, pá!

É nas assembleias quinzenais que se discutem os assuntos que dizem respeito a toda a gente envolvida na horta, como a gestão das águas, a divisão da terra, as necessidades materiais e os projectos comuns que vão surgindo pelo «trabalho que é feito por todas as pessoas que entendam que querem participar na sua concretização».

Dos projectos comuns em curso falam, por exemplo, sobre a estufa para viveiro de mudas e de uma zona para cinema num recanto cimentado que, como não presta para o cultivo, «seria bom desfrutá-lo de outra forma», aproveitando a parede alta e as fundações que permanecem da vida anterior do lugar. Discutem também o desafio clássico de qualquer horta, que é o sistema de águas. Com um rico manancial que corre de forma constante nos tanques, os hortelãos tiram proveito do declive acentuado da escarpa e só usam a gravidade para alimentar os sistemas dos socalcos: «não tem bomba, não tem nada, porque a pressão da água ao sair da mina é suficiente para levar a água para todo o lado.» Fazem falta mais mangueiras para fazer as ligações, e a aquisição de material de rega é um dos assuntos que vai ser levado à próxima assembleia.

«Fala-se muito deste tipo de assuntos práticos» nas assembleias, esclarece o Igor: «reparámos, ou pelo menos eu reparei, que as pessoas são muito mais unidas, juntam-se muito mais [para os assuntos práticos], do que para [discutir] ideias, definições, enfim… portanto as assembleias têm esse papel, servem para discutir coisas que possam ter uma solução». Descrevem-nas como «um teatro, uma aventura, uma espécie de uma paródia que representa bem cada momento das hortas». Mas entre a paródia e o pragmatismo, recordam também os princípios: «auto-organização, horizontalidade, ausência de hierarquias, acção directa, não há porta-vozes, tudo quanto é decidido, é decidido directamente por quem está envolvido na assembleia». E quem convoca e organiza a assembleia então? «É mais uma tarefa que trocamos entre nós», dizem, há uma pessoa que fica responsável por convocar a próxima, de forma rotativa, e nessa «troca de tarefas em termos de responsabilidade, cada um pega o poder e deixa o poder aos outros… e é assim que vamos brincando com a hierarquia». Outra característica é o facto de que as decisões tomadas na assembleia, mesmo se partilhadas com todos, só «são vinculativas para quem está, e não para quem está fora dela», isto é, «quem não participa não tem necessariamente de acatar o que foi decidido». Por isso chamam-lhe um «órgão participativo» (e não representativo) tal como o «é cuidar da terra… às vezes há cuidados negligenciados por falta de participação, envolvimento diário ou em comunidade com alguém… o critério da participação, da acção directa e do envolvimento pessoal *físico* com a terra também é representado aqui da mesma maneira».

> «Reparámos que as pessoas são muito mais unidas e juntam-se muito mais para os assuntos práticos, do que para discutir ideias, definições, enfim… portanto as assembleias têm esse papel, servem para discutir coisas que possam ter uma solução».

Vista panorâmica de uma escarpa em transformação

As Fontainhas têm sofrido grandes transformações nos últimos anos, com a expulsão de moradores e a venda de casas e terrenos para expansão de «alojamentos locais». Na escarpa a jusante da ponte, em 2016, ergueu-se o Hotel Eurostars Porto Douro, no mesmo ano em que a mítica Feira da Vandoma foi varrida dali para fora. No website da Horta da Bananeira, os hortelãos recordam que «as Escarpas das Fontainhas foram outrora habitadas. Em 2001 deu-se uma derrocada de terras que destruiu parte das casas. Posteriormente foi acordado com os últimos moradores a deslocalização para outras habitações camarárias. Finalmente, em 2015, as restantes 13 famílias foram realojadas e as casas foram demolidas. Desde então as Escarpas mantiveram-se ao abandono, progressivamente tomadas pela vegetação e pelo lixo. Ao longo de todos estes anos a câmara municipal do Porto manteve a vontade de requalificar este espaço, mas não passou dessa boa vontade. A mais recente declaração de intenções da câmara para as escarpas foi a da criação de uma ecopista que funcionaria provisoriamente na linha férrea desactivada que está abaixo do primeiro núcleo das hortas. Esta foi uma decisão tomada em assembleia municipal neste Verão, mas até hoje não vimos qualquer acção da câmara para concretizar essa decisão.»

«Enquanto houver espaço toda a gente é bem-vinda»

Sobre o que imaginam que pode acontecer para a frente, notam por um lado que «uma coisa é certa, o terreno não é nosso nem de nenhum proprietário privado que se saiba», portanto, «o risco da câmara vir cá e querer terminar isto e pôr estas pessoas todas daqui para fora, existe». Mas não perdem muito tempo com isso. Preocupam-se antes com «um critério objectivo que limita pelo menos o número de pessoas que pode cultivar cá, que é o terreno disponível», mas também isso para já não tem sido problema: «começou por ser só aquela área lá em baixo, e neste momento já estamos a conversar cá em cima, e hoje já vamos limpar também aquele [terreno] ao lado e já existem vizinhos aqui das Fontainhas que, entretanto, pegaram em terrenos que estão ali. A área vai-se estendendo, mas terá um limite». No entanto, lembram também que «o projecto em si não vive só das hortas, e este espaço aberto que se criou e estas áreas comuns que se vão criando também são uma forma de abrir a possibilidade para que outras coisas possam acontecer aqui… como o cinema, já houve alguns concertos, há um workshop planeado para amanhã… portanto, se houver ideias e necessitarem de espaço para que se realizem e este espaço for bom para concretizar essas ideias então este espaço está disponível para isso, é um espaço aberto para que as coisas possam surgir.»

Para facilitar a integração de novas pessoas (embora privilegiem o contacto «analógico») criaram um *website* [1] onde disponibilizam alguma informação – «porque também este trabalho de explicação precisa de tempo e cuidado», explica o Igor, preocupado com «criar o mínimo possível de identidade, porque a identidade baseia-se em alteridade, na diferença, portanto seria melhor encontrar uma forma de criar uma identidade suficientemente fluída e não definida para que não se sobreponha a nenhum interesse que possa estar aqui presente. Este lugar és tu basicamente, imagina.» E é a partir desse lugar fértil que dizem: «estamos a experimentar outras formas de convivência, de organização, e acho que a inventar um bocado, e esse está a ser um processo muito bonito… esperamos continuar sem perder a espontaneidade de o fazer».

NOTAS

1 https://hortadabananeira.hotglue.me/

2 https://www.instagram.com/bananeira.hortas/

Deep sea mining e a profundidade do mal

Da voracidade da mineração em terra liberta-se o demónio das minas no mar![1]

THE EARTH SEEN FROM THE MOON
DEEP SEA MINING
E A
PROFUNDIDADE
DO MAL
THE MASSIVE MOUNTAIN PEAKS OF THE MOON AND HOW THE EARTH WOULD LOOK FROM THEM
3479

JOÃO VINAGRE
ILUSTRAÇÃO **CATARINA LEAL**

Uma das mais previsíveis indústrias a ocupar o primeiro lugar com impacto no meio ambiente para o século XXI será a nova solução tecnocrata da indústria da energia, mineração e transporte através do *Deep Sea Mining*, sobre o qual escrevemos o artigo «Turvar as águas», na edição n.º 17 do JORNAL MAPA, que se completou com uma segunda parte disponível online. Indústria essa que manterá a sua longa tradição de exploração branqueando e verdejando o seu real impacto no ecossistema e no equilíbrio social humano.

O Japão, através da empresa JOGMEC, propriedade do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, iniciou o primeiro teste mundial com extração de crosta do fundo do mar rica em cobalto[2], depois de estudos efetuados terem calculado uma grande área rica em cobalto e níquel, imprescindíveis para a construção de baterias e para a futura economia nacional japonesa e mundial.

Uma crosta de cobalto define-se como uma crosta de dióxido de manganés, com uma altura que varia de alguns milímetros a mais de 10 cm, que cobre as rochas no fundo do mar, a uma profundidade entre os 800 e os 2400 metros, ricas em cobalto, níquel, cobre e platina.

A JOGMEC foi também a primeira a realizar operações de *Deep Sea Mining* em larga escala em depósitos hidrotermais em 2017, numa área conhecida como Okinawa Trough[3]. Já em 2013, o Japão extraiu gás de depósitos de hidrato de metano a 300 metros de profundidade, conhecido como «gelo combustível», uma alternativa ao gás natural e ao petróleo. Este tipo de gás contém pelo menos o dobro da quantidade de carbono de todas as outras energias fósseis na terra, tornando a indústria bastante lucrativa tanto na venda do gás como no mercado dos créditos de carbono.

. O metano vai ser o gás com mais impacto nas alterações climáticas no futuro, estando-se a estudar um novo mercado, no qual o metano será a moeda de troca, em nome da sustentabilidade.

A história do *Deep Sea Mining* é iniciada com a publicação do livro *Mineral Resources of the Sea,* de J. L. Meros, que defendia a existência de infinitas quantidades de cobalto, níquel e outros metais no fundo dos oceanos. Países como os EUA, a França e a Alemanha enviaram barcos de estudo, mas os 650 milhões gastos entre 1964 e 1984, a depressão nos preços dos metais e a facilidade com que se podia extrair noutro país e importar levou ao abandono dos avanços tecnológicos para possibilitar a mineração no fundo do oceano. Na última década, países como a China, a Índia, a Coreia do Sul, o Japão e o Canadá renovaram o interesse nos metais do fundo do mar para acompanharem as necessidades da nova indústria de energia e transporte verde.

> Grande parte do cobalto nas baterias era utilizado para aparelhos móveis (telemóveis, computadores, máquinas fotográficas, etc.) e mais recentemente nas baterias de carros elétricos.

As reservas mundiais de cobalto, estimadas pela United States Geological Survey, serão de 7,100,000 toneladas. Nos dias de hoje o maior produtor, com 63% do mercado, é a República Democrática do Congo e a demanda futura deste mineral e de outros pode ser quase 50 vezes superior ao que era em 2017, segundo a Bloomberg New Energy Finance. A corrida ao cobalto foi iniciada depois do acalmar das intensas guerras dos anos 1990 no Congo, possibilitando a assinatura do *Mining Code*, criado pela ISA (International Seabed Authority) através do código de leis do UNCLOS[4]. Em 2016 foram utilizadas 116 000 toneladas de cobalto em ligas metálicas, baterias renováveis e na crescente indústria dos veículos elétricos. O óxido de cobalto-lítio é utilizado nas baterias de ião lítio que tinham em 2015 um mercado avaliado em 30 mil milhões de dólares com um aumento para 75 mil milhões em 2025.

Até 2018 grande parte do cobalto nas baterias era utilizado para aparelhos móveis (telemóveis, computadores, máquinas fotográficas, etc…) e mais recentemente nas baterias de carros elétricos, com um aumento de 80% em 2018, atingindo 7200 toneladas na primeira metade de 2019, para baterias de 46.3 GWh de capacidade, mostrando notoriamente a interdependência de ambas as indústrias.

NOTAS

1 Cobalto - o nome do elemento é proveniente do alemão *kobalt* ou *kobold*, que significa *espírito maligno* ou *demónio das minas.*
2 https://bit.ly/2U8YrlL
3 https://nyti.ms/3pcAXKP
4 https://bit.ly/38kJ2Y1

Caminho para uma compreensão do vínculo entre a economia feminista e a soberania alimentar

SARAI FARIÑAS AUSINA
ARTIGO TRADUZIDO DA REVISTA SOBERANIA ALIMENTARIA POR **AURORA SANTOS**

ILUSTRAÇÕES MARÍA MARAÑA
MARIAPASCUALFRANCH.BLOGSPOT.COM.ES

Um dia imbuído na prática da economia feminista

Horta de Alboraia (Valência), dez para as seis da manhã do dia 20 de dezembro de 1981. A Amparo acorda, procura as sapatilhas apalpando o chão com os pés; os olhos ainda fechados; revê de memória as coisas urgentes antes que as suas duas filhas e o seu filho se levantem: acabar de coser o vestuário para a peça de teatro de Natal (as duas pastoras já estão quase mas ao rei Gaspar ainda lhe falta coser a bainha e acabar os punhos); acender o fogão a lenha; dar de comer às galinhas; preparar os pequenos-almoços e meter na lancheira a comida que preparou ontem para o Vicent, seu marido, que trabalha atualmente como assalariado temporário na apanha da laranja e o resto do ano na cimenteira de Buñol. Depois de as crianças terem ido para a escola, deve acordar a Isabel, sua sogra, dar-lhe o pequeno-almoço na cama, lavá-la, penteá-la e mudar os lençóis. Às 9h tem de estar na consulta do médico para recolher as receitas; o 67 deixa-a perto do consultório e, de caminho, pode comprar a sêmola e as lentilhas. Ao voltar, há que colher da horta as favas, os espinafres e as acelgas, também as couves-flor, que estão quase no ponto. Não deveria deixar para amanhã a seleção das sementes de alcachofra para a próxima sementeira. Com isso, com os ovos das galinhas e com as 6 laranjeiras da variedade Navel que tem no terreno, e que estão carregadinhas, terão para comer durante o Natal e para vender o que lhes sobrar. Este ano não fazem matança em casa porque decidiram não criar mais porcos, mas ela, com as mulheres das casas de trabalho agrícola vizinhas, vai encarregar-se de encher, secar e fritar para conservar[2] toda a matança dos Olivares, a família vizinha que ainda faz conservas de porcos e vacas.

À tarde, combinou com a sua cunhada, que acaba de separar-se do seu marido e precisa do apoio forte de alguém que saiba ouvir. A Amparo é toda ouvidos. Depois lavará a roupa (ainda bem que investiu numa máquina de lavar a roupa que lhe facilita muito a vida) e preparará o jantar e o almoço para amanhã. Ajudará as duas senhoras idosas a acabar o último trabalho antes das férias e ficará a tecer o casaco de malha que o seu marido vai estrear na noite de consoada. Amanhã é outro dia.

Um cenário comum. Salvo algumas diferenças, podemos imaginar facilmente a vida de uma mulher em 2015, em Alboraia, Cochabamba, Cajamarca ou Sodupe.

Esta «economia doméstica do cuidado» – a que a seguir vamos dedicar uma reflexão – é a que nos permite viver uma vida plena; que nos conduz à condição de seres dotados das condições necessárias para poder transitar num mundo onde a sustentabilidade da vida seja a coluna vertebral da nossa existência. É uma economia que produz bens, serviços e cuidados, tanto materiais como emocionais, que permitem satisfazer as necessidades fundamentais das pessoas ao longo de todo o seu ciclo vital. É por isso que se fala de reprodução da vida; são tarefas que permitem que a vida continue, sem parar.

Introdução à compreensão histórica da economia feminista

Se pararmos para pensar no exemplo da Amparo em Alboraia, não nos é difícil evidenciar que este trabalho – atribuído histórica e socialmente às mulheres – tem sido historicamente feminizado e, sem dúvida, invisibilizado.

Durante muitos anos na Europa – e atualmente em muitos contextos geográficos –, antes do aparecimento e posterior desenvolvimento do capitalismo, os processos de produção material e de reprodução da vida humana coexistiam num mesmo espaço físico constituído pelas casas e terras limítrofes, das quais se obtinha o sustento alimentar familiar.

Quando o capitalismo inunda com a sua lógica os processos nos quais se desenvolve

a vida, estabelece-se uma separação entre o lugar destinado ao trabalho para a produção do mercado, cuja produtividade está marcada pelo valor de troca – aquele que uma mercadoria tem –, e o espaço destinado ao trabalho para a reprodução da vida (dentro das paredes das casas), cujo motor é a criação de valor de uso – aquele que serve para satisfazer uma necessidade.

Detendo-nos neste ponto, não nos custa chegar à conclusão de que o primeiro trabalho (o destinado à produção do mercado) é aquele que tem tido um protagonismo chave no pensamento económico, e também nos nossos próprios imaginários. Pensemos que a identificação de trabalho com dinheiro trouxe consigo a invisibilização de outro tipo de trabalhos (os de cuidados) que, para além de servirem de base a uma vida digna de ser vivida, contribuem para que o trabalho destinado à acumulação de capital seja viável e possível.

Vejamos o exemplo da Amparo e do Vicent. «Ela não trabalha» poderia ser uma das primeiras sentenças que a lógica económica hegemónica e a nossa cosmovisão colonizada pela atual «ordem das coisas» daria como válida. Quando fazemos a equivalência de moeda por trabalho acontecem estes absurdos.

A Amparo mantém diariamente uma casa na qual a vida renasce todos os dias à base de esforço físico, emocional e de tempo, que se estica tanto como a dignidade da vida merece em cada momento. Ela, despossuída de qualquer benefício económico e da propriedade da terra – que está em nome do seu marido – não conta nada para o mercado. No entanto, o seu marido, que trabalha nos meses de dezembro e janeiro na apanha da laranja, aparece todos os dias lavado, com a roupa passada a ferro, almoçado, jantado, com a mãe limpa e sã, as filhas e os filhos bem cuidados (no seu conceito mais amplo) e com o casaco pronto que irá estrear no Natal. Em que medida contribui esse trabalho feminizado realizado pela sua mulher para que a própria lógica do mercado continue a funcionar como se nada fosse?

Ora, a crítica feminista ao marxismo fala precisamente disto. O senhor Marx esquece-se de contabilizar quanto trabalham as mulheres dos operários das fábricas para que a lógica de acumulação capitalista se possa desenvolver sem inconvenientes. Neste sentido, entender-se-ia que os únicos agentes económicos são as empresas, que produzem bens e serviços que depois chegam às casas e permitem satisfazer as necessidades das pessoas. E aqui poderíamos perguntar-nos, no seguimento do que questiona Amaia Pérez Orozco[3]: «quando estes bens e serviços chegam a casa, transformam-se por artes mágicas em vida, em pessoas sãs e saudáveis que estão activas todos os dias? »

A economia feminista, numa das suas múltiplas vertentes, pretende recuperar todos os trabalhos que fazem a ponte entre esses processos do mercado e a vida «de facto».

Economias feministas no plural

É importante entender que a economia feminista é diversa e plural. Dependendo de quem escrevesse este artigo, a vida da Amparo e do Vicent seria lida de uma forma muito diferente, com soluções díspares.

A partir do ponto de vista da economia de género, conhecida como «acrescente mulheres e misture», poderíamos dizer que o trabalho é aquilo que acontece dentro da monetarização da vida. Neste sentido, o ideal seria que a Amparo acedesse ao mercado de trabalho em igualdade de condições com o Vicent. Não questiona o sistema económico capitalista e heteropatriarcal e entende o trabalho como aquilo que se troca por salário.

A economia feminista, mais integradora, diria à Amparo: «Moça, tens de conseguir redistribuir o trabalho doméstico com o teu marido», partindo do pressuposto de que há uma atividade económica invisível dentro das casas, e induzindo a que se faça presente no mercado de trabalho, de forma a adquirir poder de decisão vinculado à remuneração.

A partir da perspetiva da economia feminista da rutura faz-se um *crack* com os conceitos de homem e mulher. Esta economia perguntaria à Amparo: «Meu amor, tu achas que és mulher só porque nasceste com duas mamas ou achas que a sociedade te inculcou muitas coisas sobre como ser mulher?» E, então, diríamos a mítica frase de Simone de Beauvoir: «Não se nasce mulher, torna-se mulher».

> Tanto a soberania alimentar como a economia feminista tornam evidente a relação impossível entre a sustentabilidade da vida e a lógica produtivista atual.

A partir desta perspetiva, também se propõe pensar que o capitalismo fez com que vejamos uma diferença entre trabalho e vida quando, na verdade, estas barreiras não são óbvias em contextos culturais diferentes do nosso. E perguntaria à Amparo: «Que diferença há entre quando estás a fazer compotas para vender às tuas vizinhas e quando estás a fazê-las para as consumir em casa? O que é trabalho e o que é vida?»

A economia feminista da rutura faz ainda uma pergunta básica: que lógicas reproduz o trabalho remunerado masculinizado e o trabalho não remunerado feminizado? E diria à Amparo: «Repara como o trabalho que tu fazes – coser, cuidar da tua sogra, selecionar as sementes para autoconsumo, colher os alimentos e transformá-los em comida, consolar a tua cunhada, etc. – ajuda a manter uma vida digna, não prejudica a natureza e não é remunerado, enquanto que os trabalhos que o teu marido faz na cimenteira de Buñol não ajudam da mesma forma que o teu a manter uma vida digna, impactam sobre a natureza e são remunerados».

Esta perspetiva também salienta o modo como os seres humanos são «interdependentes» e «ecodependentes».

Economia dos cuidados e cosmovisões camponesas

É interessante determo-nos num dos conceitos que surge dentro da economia feminista e que apresenta o seu lado mais escorregadio quando o vemos nos espelhos do quotidiano: a «economia do cuidado». Não é por acaso que, nos anos 70, este conceito foi rejeitado por muitas correntes feministas, ao sugerir que a ideia de cuidado é muito facilmente aceite por visões que feminizam e até maternalizam o cuidado, naturalizando-o como algo próprio das mulheres/mães. Quando Clara Murguialday perguntava abertamente a um grupo de homens na Nicarágua se sentiam que as suas mulheres faziam todo o trabalho de cuidados em troca de amor, e porque lhes era algo adquirido por natureza, a resposta era contundente: «Sim». É neste ponto onde a vida diária nos convida a sentarmo-nos numa cadeira para pensar: «Como recuperar o conceito de "economia de cuidado", de modo que seja libertador para todas as mulheres cuidadoras que trocaram cuidados por afeto?»

As mulheres camponesas, nas suas múltiplas identidades – como mulheres e como camponesas – cumpriram um mandato de género que tinha um pilar central: serem cuidadoras. Durante a minha etapa na Guatemala, uma mulher de Sipakapa contava-me qual era a sua jornada de trabalho, agora que um projeto de cooperação lhe tinha «oferecido» painéis solares e lhe tinham conseguido espremer a sua força até à última gota, alargando a sua jornada de trabalho por mais duas horas, que utilizava para tecer. Cada passo desses dias exaustos que a companheira relatava estava relacionado com os cuidados que oferecia a fundo perdido à sua família e à sua comunidade e que permitiam, em último caso, sustentar a vida. É complexo tentar abordar este tema a partir de uma pretensa neutralidade –que recuso abraçar porque acho que não existe– e por isso vos deixo com a pergunta: Como construir pontes entre a certeza de que a mulher carrega o dever de prestar cuidados que deviam pertencer à totalidade da comunidade e o respeito pelas cosmovisões camponesas que imprimem um mandato de género que dita que é a mulher quem deve cuidar?

O discurso e a linguagem da soberania alimentar

MAYTÉ GUZMÁN MARISCAL

«O dicionário também foi assassinado pela organização criminal do mundo. As palavras já não sabem o que dizem»

EDUARDO GALEANO
(do documentário *El Orden Criminal del Mundo*)

As palavras constroem o meio em que vivemos. Os intercâmbios da linguagem, como explica Pierre Bourdieu, não são meros atos comunicativos, já que encobrem e refletem relações de poder. Do mesmo modo, Foucault afirma que não só existe uma dicotomia entre o discurso aceite e o discurso excluído ou entre o discurso dominante e o discurso dominado, como também uma multiplicidade de elementos discursivos que podem atuar em estratégias diferentes.

O capitalismo conseguiu açambarcar o discurso quando, de forma sistemática, «monopoliza» os conceitos e os «(dis)simula», impondo uma visão retórica e normalizada: por exemplo, fala-nos de crise alimentar para não evidenciar responsabilidades no sofrimento da fome, na perda de soberania alimentar, na especulação com os alimentos, nas deslocações humanas e no açambarcamento de terras ou na desigualdade de oportunidades no acesso a necessidades básicas.

O olhar ecofeminista também submete a revisão crítica os conceitos que servem de base à cosmovisão ocidental: ciência, economia, trabalho, produção ou exploração; em contraposição com ideias fundamentais como vida, reprodução, diversidade, soberania alimentar, agricultura, resistência coletiva, bens comuns, justiça ambiental ou direitos da natureza.

Em termos gerais, o carácter transformador que emana das propostas discursivas das economias feminista, social e solidária e, em particular, a proposta discursiva do movimento da soberania alimentar, faz-nos pensar também na necessidade de uma revisão contínua da linguagem que utilizamos, já que a linguagem é a condição para a constituição de pessoas políticas e é o que nos permite mudar as práticas do SABER e o FAZER.

Economia feminista, soberania alimentar e defesa do território

Retomando a interdependência e a ecodependência perguntamo-nos: o que têm em comum a economia feminista e a soberania alimentar?

Esta pergunta pode ser respondida de uma maneira muito simples. Para a economia feminista há uma tensão permanente que tem origem no conflito capital-vida. Amaia Pérez Orozco explica-o com algumas ideias-chave da economia marxista: para o capitalismo, a máxima é a acumulação de benefícios, utilizando a vida como um meio para alcançar o seu objetivo.

Ou seja, uma lógica que apoia modelos de produção (também modelos de produção agrícola) que atacam sistematicamente a vida porque o seu fim último é a acumulação. E esta, em último caso, sustenta-se a partir da espoliação dos territórios e do trabalho invisibilizado de sujeitos historicamente femininos. Tanto a soberania alimentar como a economia feminista tornam evidente a relação impossível entre a sustentabilidade da vida e a lógica produtivista atual.

Para desentranhar ainda mais esta relação, vamos situar-nos no epicentro da Alboraia de 2015 para compreender uma Amparo que cresceu e que nos iluminará num relato imaginário, mas, como dizem nalguns filmes, baseado em fatos reais.

A aprovação de um Plan General de Ordenación Urbana (PGOU)[4] está a pôr em causa a sobrevivência das famílias rurais da horta valenciana. A Amparo, que teve uma vida dedicada a sustentar uma casa digna – com tudo o que isso implica –, não suporta ver como os interesses de uns poucos vão deitar toda uma vida por água abaixo. A sua casa e a sua horta, da qual durante tantos anos comeram, podem agora desmoronar-se. O seu relato imaginário faz-nos passear pelo pátio interior, onde um armário cansado de aguentar intempéries se abre para nos mostrar uns 40 frascos de vidro que contêm sementes. Sem nome. Diz ela que seria capaz de reconhecer as sementes dos diferentes tomates só pelo toque. Entre lágrimas, pergunta-nos onde vai plantar agora estas sementes que durante tantos anos selecionou. Foi ela que as escolheu cuidadosamente e conservou as variedades do seu trisavô para que os seus netos continuem a plantá-las. Fala baixinho e volta a perguntar: «achas que isto não tem o seu trabalho?» Um trabalho invisível, não remunerado, feminizado, que sustenta a dignidade, que alimenta uma família e que resiste à lógica produtivista da agricultura como um negócio, localizando-a, com o delicado trabalho vital da Amparo, no centro de uma ecoeconomia (ou economia da vida) em vez da economia da morte do PGOU ou - como diz o meu companheiro Horacio Machado - em vez de uma «necroeconomia».

Mas Alboraia em 2015 é neste mesmo ano irmã gémea de Cajamarca. E o PGOU, o irmão gémeo da empresa mineira Yanacocha. Como dizíamos no início, um cenário comum. Nesta região do norte do Peru, as transnacionais mineiras atacam sistematicamente a vida, pondo em perigo as nascentes dos rios e contaminando os aquíferos que garantem a sobrevivência das famílias camponesas, em nome da lógica de produção. A Amparo poderia ser neste caso a D. Blanca e encontraríamos uma camponesa peruana que põe em prática as receitas da economia feminista para defender a soberania alimentar. Uma camponesa que se questiona em voz alta porque é que o trabalho das mulheres – que consistiu, desde que ela tem razão de ser, em proteger a família e a comunidade com o seu trabalho na *chacra* (horta familiar) – nunca foi reconhecido, nem com dinheiro nem com agradecimento. E ao mesmo tempo levanta o olhar e, com uma voz dorida, volta a perguntar: «E porque é que o trabalho que historicamente fizeram os homens (e olha em direção à mina) foi sempre bem pago e, no entanto, destruiu a nossa mãe terra e tirou-nos os alimentos saudáveis para viver bem?»

Blanca e Amparo dão-nos assim a chave para compreender a soberania alimentar, a defesa do território e a economia feminista da rutura como três elementos intimamente unidos para a derrota do capitalismo patriarcal.

NOTAS

1 Artigo originalmente publicado na revista Soberanía Alimentaria (Espanha). A autora Sarai Fariñas Ausina, socióloga, pertence à Plataforma per la Sobirania Alimentària del País Valencià.

2 No Alentejo, a isto chama-se «carne de conserva» (quando se temperava a carne para as linguiças, por exemplo, juntava-se a essa carne uns pedaços inteiros de febra, toucinho e costelas de porco. No dia que se enchiam as linguiças, essa carne era frita em banha de porco e ficava dentro do tacho de barro, completamente tapada com a banha da fritura. Deste modo a carne ficava conservada em banha, e podia ser consumida ao longo de um período de tempo mais alargado. (N.T.)

3 Economista feminista (N.T.)

4 Equivalente a um Plano Diretor Municipal em Portugal (N.T.)

A revolução das mulheres na Polónia

Texto escrito a 8 de novembro de 2020, duas semanas após o início dos protestos contra a reforma da lei do aborto, por anarcofeministas na Polónia.

Há mais de uma década que o cenário político na Polónia se inclina firmemente para a extrema-direita. Desde 2005, o poder é exercido alternadamente por pois partidos de extrema-direita: o PO (Plataforma Cidadã) e o PiS (Lei e Justiça). Enquanto partido liberal, o PO tem defendido o capitalismo neoliberal, desmantelado gradualmente o Estado social e flexibilizado a lei do trabalho. O PiS, apresentado como um partido de «pessoas comuns», tem sobretudo combatido os abusos económicos dos seus oponentes políticos. Enquanto o PO, moralmente, se permite ser um partido conservador com princípios liberais, o PiS é aliado da Igreja Católica e segue uma política ultraconservadora.

A luta entre estes dois partidos tem dominado a vida política na Polónia e levado a divisões permanentes na sociedade, ao mesmo tempo que os partidos da esquerda colapsam, incuindo o SLD (Aliança Democrática de Esquerda), desacreditado pela sua política neoliberal. O PiS saiu reforçado deste cenário, ganhando as eleições parlamentares de 2015 e de 2019, assim como as eleições presidenciais de 2015. Desde então, o PiS tem assumido o controlo de vários sectores do Estado, incluindo aqueles que por definição deveriam permanecer independentes, como os tribunais. Assumiu também o controlo dos meios de comunicação públicos e fez deles os *media* do partido, com recurso a propaganda primitiva. Em grande medida, os *media* públicos têm sido responsáveis pela onda de ódio gerada contra refugiados e contra a comunidade LGBTQ.

Ao ganhar poder político, ao manipular os *media* e ao reformar o sistema educativo, a extrema-direita formou um poderoso movimento fascista militante, cuja identidade ficou refletida na Marcha da Independência, que acontece em Varsóvia a 11 de novembro – o dia da independência da Polónia. É organizada por organizações fascistas como a ONR (National Radical Camp[1]) e, no início, tinha várias centenas de fascistas presentes. A partir de 2010, no entanto, começou a tornar-se numa marcha massiva, transformando-se eventualmente num evento político oficial, encabeçado pelo presidente e outros políticos. Durante estas marchas têm ocorrido vários ataques a pessoas não-brancas, pessoas LGBTQ e tentativas de incendiar casas ocupadas.

> Os círculos ultra-católicos, representados pela organização Ordo Iuris, aproveitaram este contexto para reforçar leis anti-aborto.

O terror espalhado nas ruas pela extrema-direita, resultado da sua campanha contra refugiados e pessoas não-normativas, empurrou o sentimento social para a direita. Os círculos ultra-católicos, representados pela organização Ordo Iuris[2], aproveitaram este ontexto para reforçar leis antiaborto. Até agora, uma lei chamada «compromisso do aborto» estava em vigor na Polónia, resultado de uma completa submissão do Estado às autoridades religiosas, que legalizava o aborto em três casos: se a gravidez pusesse em risco a vida da mãe, por malformações no feto, ou se a gravidez resultasse de um crime (violação). A 22 de outubro de 2020, os círculos católicos, perante um governo submisso e debilitado pela crise da Covid-19, conseguiram que o Tribunal Constitucional decretasse o aborto por malformações no feto como inconstitucional. O governo, convencido de que a reforma passaria despercebida durante a pandemia, calculou terrivelmente mal. Nessa semana, os protestos começaram por todo o país.

Não aconteciam protestos com esta escala desde 1989 – tanto em termos do número de protestantes, como do número de cidades e vilas onde chegaram. Os protestos tomaram várias formas – manifestações, bicicletadas, bloqueios, ocupações simbólicas e até visitas aos escritórios e apartamentos de políticos conservadores locais. A grande impulsionadora desta reforma, Kaja Godek, membro da Ordo Iuris,

foi persuadida a mudar-se para evitar visitas sistemáticas e encomendas inesperadas por correio (por exemplo, com cabides, um símbolo do aborto ilegal). A raiva social não poupou a presidente do tribunal, Julia Przyłębska. Protestantes visitaram regularmente a sua casa em Berlim (o seu marido é o embaixador polaco na Alemanha) e foi repudiada por vizinhos, colegas e comerciantes locais. Em Bruxelas, o contrato de arrendamento da sede da Ordo Iuris foi terminado.

Estas ações provocaram respostas do governo. O fundador e líder do PiS, Jarosław Kaczyński, que durante anos foi a pessoa mais influente do país apesar de não ter sido nunca presidente nem primeiro-ministro, apelou na televisão estatal à defesa da fé católica (muitos dos protestos foram dirigidos à igreja) e à luta contra os movimentos de esquerda. Anunciando que «a lei está do nosso lado», lançou um claro consentimento à violência de milícias de extrema-direita sobre protestantes. Assim aumentaram os ataques a mulheres por parte de fascistas. Ao mesmo tempo, a polícia, dada a escala dos protestos (cerca de 100 000 pessoas participaram nos protestos de Varsóvia no segundo fim-de-semana) manteve-se bastante passiva, tanto perante os protestantes, como perante as milícias que atacavam protestantes (à excepção, claro, de ataques de gás sobre manifestações pacíficas). Neste cenário, a defesa total dos protestos foi assegurada por grupos anti-fascistas e nas ruas de várias cidades ocorreram lutas diretas com fascistas. Nos dias mais recentes, no entanto, a polícia começou a abordar pessoas associadas aos protestos, portanto, é de esperar uma crescente onda de repressão no curto-prazo, sobretudo porque as manifestações estão a perder regularidade.

> Em grande medida, os media públicos têm sido responsáveis pela onda de ódio gerada contra refugiados e contra a comunidade LGBTQ.

O movimento contra a reforma da lei nasceu inteiramente de baixo para cima. É claro que os círculos libertários e anarcofeministas desempenharam um importante papel, mas a raiva que eclodiu nas ruas foi o resultado do trabalho de centenas de milhares de pessoas por todo o país. Até agora, foi possível impedir que os partidos da oposição, sobretudo o moribundo PO, tomassem a dianteira dos protestos. As pessoas estão conscientes de que, no que toca ao aborto, os liberais do PO foram tão conservadores quanto o PiS, e querem usar a revolução em curso para reconquistar poder. A questão do direito ao aborto legal, seguro e gratuito, gravada em milhares de faixas, foi o despoletar de um protesto que agora se desenha anti-governo. Tudo isto acontece durante uma pandemia global, com a qual o governo polaco (que certamente não é o único) é incapaz de lidar. As pessoas estão revoltadas pela falta de apoio social, pela falha do sistema de saúde e pela ausência de uma resposta razoável à pandemia. Estão nas ruas a exigir a dissolução do governo e a nomeação de conselhos consultivos sobre os direitos das mulheres, de pessoas não-normativas, de pessoas com diversidade funcional, sobre saúde, educação e direitos no trabalho, dando-se atenção também à crise climática. Os círculos ativistas têm organizado vários grupos e redes de apoio para acesso ao aborto, como por exemplo a Abortion Without Borders.

É difícil prever como a situação irá evoluir. Depois de duas semanas de protestos, muitas pessoas estão cansadas. O Estado, depois de uma paralisia inicial, está a preparar a repressão, e os políticos estão a tentar conquistar o melhor resultado possível nas sondagens. Por outro lado, estas duas semanas mostram que centenas de milhares de pessoas recusam as imposições do Estado e podem estar juntas para enfrentar a situação atual. Se não morremos por impedimento de acesso ao aborto legal, morremos numa pandemia com um sistema de saúde deficiente. Estamos fartas de um poder que nos sacrifica. Qualquer que seja o desfecho da situação do aborto na Polónia, com ou sem o recuo da extrema-direita, nada mudará o facto de uma enorme parte da sociedade ter reclamado a política do jogo partidário e dos «ativistas profissionais», para transformar a ação política numa importante parte da sua vida.

NOTAS

1 O Radical National Camp é o grupo mais radical do movimento nacionalista, conhecido pela sua retórica racista e anti-semita.

2 A Ordo Iuris é uma associação cristã conservadora que funciona como *think tank* na área legal, procurando influenciar iniciativas legislativas na União Europeia.

«Não perdoamos nem esquecemos»
Luta contra o femicídio no México

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Em julho de 2020, o Supremo Tribunal de Justiça do México rejeitou uma proposta que facilitaria a legalização do aborto a nível nacional, atropelando uma oportunidade histórica de justiça reprodutiva. Desde 2008 que, por decreto do mesmo Tribunal, os estados têm liberdade para regulamentar a lei do aborto nos seus territórios. Como resultado, mais de metade dos estados reforçaram a criminalização do aborto em quase todas as circumstâncias. Neste momento, o acesso legal ao aborto no México só é possível em caso de violação, à excepção de dois estados onde o aborto está descriminalizado – Oaxaca e Cidade do México. O movimento católico mexicano tem influenciado decisões legislativas e apelado aos fiéis que se oponham à descriminalização – no estado de Veracruz, por exemplo, desde 2016 que a legislação considera que a vida começa no momento da concepção.

A garantia de direitos reprodutivos é apenas uma das faces da luta feminista no México, onde se regista uma elevada violência letal e onde se atingiu, na primeira metade de 2020, um recorde no número de homicídios. A 2 de setembro, duas mulheres procuraram apoio junto da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH): Silvia Castillo pedia justiça pelo assassinato do seu filho de 22 anos, e Marcela Aleman pedia justiça pelo assédio sexual sofrido pela sua filha de 4 anos. Perante respostas insatisfatórias, as duas mulheres recusaram sair do edifício. No dia seguinte, mais algumas dezenas estavam em solidariedade à porta do CNDH e, na mesma noite, mulheres ligadas a colectivos como o *bloque negro* ou *ni una menos* entraram no edifício com um conjunto de 14 reivindicações, para uma ocupação que dura até hoje, com o nome «Casa Refúgio». A continuidade tem sido assegurada pela organização de donativos e na parede do gabinete principal do CNDH passou a ler-se «não perdoamos nem esquecemos». A ocupação tem sido entretanto marcada por conflitos internos entre colectivos feministas, depois de o *bloque negro*, formado maioritariamente por estudantes universitárias, ter declarado que não receberia pessoas transgénero na «Casa Refúgio».

Em particular, o México vive, em 2020, um pico de femicídio: uma média de onze mulheres são assassinadas todos os dias. A situação tem-se agravado com as medidas de confinamento e, de acordo com a Rede Nacional de Refúgios, o número de mulheres e crianças que procuram refúgios e centros de apoio aumentou 77%. No entanto, o presidente Andrés Obrador mantém que o país não tem qualquer problema sério de violência de género, e, recentemente, foi lançada pelo governo uma campanha de incentivo ao confinamento onde figura uma mulher em ambiente doméstico, com um marido em segundo plano, a quem é pedido: «não percas a paciência: respira e conta até 10».

De acordo com o Observatório da Igualdade de Género da América Latina e do Caribe, 1941 mulheres foram assassinadas no México em 2019 – e, no entanto, nem todos os estados prevêm o femicídio como crime, enquanto que outros só consideram o femicídio quando o agressor é parceiro ou ex-parceiro da vítima. De acordo com o Sistema de Informação de Saúde Nacional, os assassinatos, que envolvem na maioria dos casos tortura e abuso sexual, acontecem sobretudo na rua e, em segundo lugar, em casa. Os protestos dos últimos meses, tanto pela descriminalização do aborto como exigindo justiça pela mulheres assassinadas, continuam a ser fortemente reprimidos pela polícia, incluindo com armas de fogo – como aconteceu, por exemplo, a 10 de novembro, durante um protesto exigindo justiça para Bianca Lorenzana, de 20 anos, encontrada desmembrada em sacos de plástico.

A vida de Emma Goldman está de volta

Emma Goldman é um nome que evoca as extraordinárias convulsões sociais de há cerca de um século, período em que os ideais do anarquismo mais acerrimamente enfrentaram a exploração capitalista. Porém, é um nome que ainda motiva reflexões sobre o feminismo e o papel transformador das mulheres em prol de uma revolução social que vá além de meras questões de género.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO **EMMA ANDREETTI**

Emma Goldman (1869-1940) foi uma das mais importantes agitadoras do final do século XIX e princípio do século XX, principalmente nos Estados Unidos, onde, emigrada da sua *matushka* Rússia, se tornará uma das mais influentes anarquistas de toda a história. A autobiografia da que foi considerada a «mulher mais perigosa da América», a publicar em 2021 em tradução portuguesa com o título *Viver a Minha Vida*, pela editora Antígona, é um empolgante testemunho das lutas sociais que ocorreram durante o período de vida de Emma Goldman. Mas, no decorrer deste ano, podemos já contar com o essencial da sua obra ensaística em *Anarquismo e Outros Ensaios*, pela primeira vez editado em Portugal, oitenta anos após a sua morte, numa recente co-edição da editora e livraria Letra Livre e do jornal e editora A Batalha.

Juntámos para uma troca de ideias Pedro Morais, tradutor de *Anarquismo e Outros Ensaios*, Luís Leitão, tradutor de *Viver a Minha Vida* e ainda Laure Batier, que em finais de 2018 traduziu a autobiografia de Emma Goldman para francês, em conjunto com Jacqueline Reuss (Editions L'Echappée).

Da vida e escritos de Emma Goldman, muitos são os pontos de partida para uma conversa. E há um que surge de imediato: Emma Goldman, feminista. O sublinhar desta adjetivação, que emergiu pela década de 1970, coloca-nos perante uma questão prévia: de que feminismo falamos quando falamos de Emma Goldman?

Para os três tradutores, que o Jornal MAPA desafiou para uma troca de ideias, é consensual que Emma Goldman não pode ser simplesmente enquadrada no feminismo, sobretudo quando reduzido à luta por direitos iguais. Enquanto mulher, essa condição alargou-lhe o espectro da crítica das iniquidades do sistema social. Para Emma Goldman, feminismo e anarquismo eram inseparáveis, e a sua luta centrou-se sempre numa mudança mais ampla que não se cingisse simplesmente à condição da mulher.

Entregarmo-nos sem limites

Como refere Pedro Morais, isso não impede que Emma Goldman seja considerada, justamente, como «uma das grandes figuras do feminismo da primeira metade do século XX, mas a sua adjetivação não se esgotava aí, nem sequer estou seguro de que ela se adjetivasse dessa forma. Afirmava-se acima de tudo como anarquista, e dentro da luta política que desenvolveu as questões relacionadas com os direitos das mulheres e com a sexualidade e o corpo eram prementes, pois a sua própria condição não lhe permitia ignorar esses fatores, que sem dúvida eram demasiadas vezes esquecidos pelas principais figuras do anarquismo da época. Alguns dos ensaios que compõem *Anarquismo e Outros Ensaios*, publicado pela primeira vez em 1910, tratam precisamente de questões relacionadas com a luta feminista, como são os casos de "A Hipocrisia do Puritanismo", "O Tráfico de Mulheres", "O Sufrágio Feminino", "A Tragédia da Emancipação da Mulher" e "O Casamento e o Amor". Mas respondendo mais concretamente à pergunta, o feminismo de Emma Goldman era principalmente o de uma anarquista politicamente envolvida na luta contra todos os tipos de opressão, independentemente do sexo do oprimido. O seu feminismo não se focava apenas num objeto de luta, pois na sua ótica a emancipação das mulheres só se poderia realizar com a própria emancipação de toda a humanidade».

Laure Batier sublinha que «a luta contra a opressão das mulheres foi um dos combates centrais da vida de Emma Goldman», «num momento da história das sociedades capitalistas em que as mulheres não tinham qualquer direito de existência para lá do casamento heterossexual. Para Emma Goldman, as mulheres deveriam, portanto, repensar completamente o seu lugar na sociedade, libertando-se do peso do passado, dos costumes, das tradições». «Enquanto mulher, reivindicava para si e para todas as outras mulheres o direito e a liberdade de escolher a sua própria vida, em todos os domínios da existência, tanto no social como no amoroso.»

Esse posicionamento diferenciava-a, então, quer dos postulados expressos por figuras patriarcais anarquistas, quer das feministas sufragistas com quem se cruzou nos Estados Unidos. Por isso, diz-nos Laure Batier, «opunha-se frontalmente ao movimento feminista da época, que reivindicava para as mulheres, antes de mais, o direito a votar e trabalhar. Para ela, estas reivindicações apenas serviam para participar na reprodução das instituições políticas das classes dominantes e para perpetuar a exploração económica. No terreno da luta de classes e das reivindicações económicas, Emma Goldman não fazia qualquer distinção entre trabalhadoras e trabalhadores. Apoiou greves importantes tanto de trabalhadoras da indústria têxtil como de mineiros».

Talvez por isso o traço mais presente no feminismo de Goldman se expressasse, diz-nos Batier, quando, «ao longo das suas inúmeras conferências sobre a questão da emancipação da mulheres, não hesitava nas assembleias de mulheres em lembrar a responsabilidade que elas tinham na reprodução da dominação masculina, a mesma que as transformava em escravas. Contrariamente ao movimento feminista da época que elevava a mulher a inimiga do homem, Emma Goldman reivindicava a mesma liberdade para os dois sexos». A tradutora francesa resume essa posição nas palavras finais de «A Tragédia da Emancipação da Mulher», publicado no primeiro número da sua revista *Mother Earth*, em 1906, e que podemos ler em *Anarquismo e Outros Ensaios*: «para que a emancipação parcial se transforme na completa e verdadeira emancipação da mulher, esta deverá livrar-se da noção ridícula de que ser amada, ser amante e ser mãe são sinónimos de ser escrava ou subordinada. Deverá livrar-se da noção absurda do dualismo dos sexos ou que o homem e a mulher representam dois mundos antagónicos. A pequenez separa; a amplitude une. Sejamos amplas e grandes. Não ignoremos as coisas vitais por causa da massa de frivolidades que nos confronta. Uma verdadeira conceção da relação dos sexos não admitirá conquistadores nem conquistados; só conhece uma grande coisa: entregarmo-nos sem limites para que nos encontremos mais ricas, mais profundas, melhores. Só isso é suficiente para que preenchamos o vazio e transformemos a tragédia da emancipação da mulher em alegria, em alegria ilimitada.»

O (des)encantamento do voto

As críticas de Goldman ao encantamento da ascensão da mulher na política permanecem atuais nos nossos dias quando, por exemplo, as quotas femininas são debatidas ou a ascensão de uma feminista ao parlamento é celebrada e enaltecida, e foram abordadas no texto «O Sufrágio Feminino». Aí, Emma Goldman quebra o encanto do voto (negado às mulheres em grande parte do território estado-unidense) ao declarar que «a afirmação frequentemente repetida de que a mulher purificará a política não é nada mais do que um mito». Para Pedro Morais, «esta frase é ainda hoje bem atual, pois muitas defensoras do feminismo acreditam verdadeiramente que se as mulheres conseguissem obter mais poder de decisão dentro das instituições as coisas seriam bem diferentes. Mas a verdade é que com esse tipo de posições caímos num determinismo biológico perigoso, que não tem em conta as próprias dinâmicas sociais e os estratos sociais de onde provêm as potenciais detentoras de poder». Morais dá-nos em seguida exemplos recentes, como o da «antifeminista que hoje ocupa o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Brasil, a pastora evangélica Damares Alves, que é precisamente a antítese de tudo aquilo que o movimento feminista defende». Ainda que «Emma Goldman pudesse ter pontos em comum com as defensoras do sufrágio universal em alguns tópicos muito específicos relacionados com as diferenças sociais entre os homens e as mulheres, o seu propósito final era completamente distinto. O movimento sufragista era um movimento de reforma da sociedade, que tinha como principal objetivo o direito das mulheres ao voto. Emma Goldman, enquanto anarquista, queria superar isso mesmo, não acreditava no voto como ferramenta política e defendia, sim, uma revolução da sociedade, ainda que também tivesse um sentido pragmático das coisas que a fazia apoiar determinadas lutas de carácter reformista».

> reivindicava para si e para todas as outras mulheres o direito e a liberdade de escolher a sua própria vida, em todos os domínios da existência, tanto no social como no amoroso

Luis Leitão, por sua vez, resume que, «para Emma Goldman, a emancipação feminina era uma condição de humanização da mulher, e ia além da luta pela liberdade e igualdade social que havia conseguido na América algumas vitórias, nomeadamente o sufrágio igualitário nalguns estados. Mas a conquista do direito ao voto, colocando o problema no mero quadro da política (partidária e parlamentar), era um logro, e a "purificação" da política que isso iria trazer, uma quimera». Assim, «a mulher estava confrontada com a necessidade de se emancipar da emancipação; o direito de voto e os direitos civis igualitários podiam ser excelentes reivindicações, mas a verdadeira emancipação não começava na cabine de voto nem nos tribunais. O mais importante era libertar-se dos preconceitos, das tradições e dos costumes, e da conceção de que a sua aspiração e o seu direito a amar e a ser amada tinha de ser acompanhada de subordinação. Goldman assume assim um trabalho de desmistificação do sufrágio universal, erigida pela mulher em verdadeiro fetichismo, fora outros, como a religião, que a condenou a ser um ente inferior, a guerra, que lhe reclamou os seus homens, os seus filhos e os seus irmãos, deixando-a mergulhada na solidão e no desespero, e o lar, essa "moderna prisão com grades de ouro". Ora, a tese das sufragistas é precisamente que o sufrágio da mulher a tornará uma melhor cidadã, válida ao serviço do Estado. Mas o sufrágio universal só conduziu o cidadão americano a forjar as suas próprias cadeias. Seria absurdo pensar que as mulheres iriam conseguir o que os homens não conseguiram».

Emma Goldman conclui da seguinte forma o referido texto «O Sufrágio Feminino», fazendo referência à mulher: «o seu desenvolvimento, a sua liberdade e independência devem surgir desde e através de si própria. Primeiro, afirmando-se como uma personalidade e não como um objeto sexual. Segundo, recusando a seja quem for o direito sobre o seu corpo; recusando-se a ter filhos, a não ser que os queira; recusando-se a servir Deus, o Estado, a sociedade, o marido, a família etc.; tornando a sua vida mais simples, mais profunda e rica. Isto é, tentando aprender o sentido e a substância da vida em todas as suas complexidades, libertando-se do medo da opinião e da condenação pública. Só isso, e não o escrutínio, libertará a mulher e transformá-la-á numa força até hoje desconhecida no mundo, uma força pelo amor verdadeiro, pela paz, pela harmonia; uma força de fogo divino, vivificante; uma criadora de homens e mulheres livres.»

O Amor Livre

Ao lermos *Viver a Minha Vida*, a energia libertadora que percorre a vida de Emma Goldman, onde se insere a luta pela emancipação das mulheres, como destaca Luís Leitão, almejava livrar-se «da tirania mais perigosa: as convenções morais e sociais, o medo da opinião dos outros». Tudo isso décadas antes de o movimento feminista dos anos 1960 e 1970 declarar que o «pessoal é político».

Poder-se-ia questionar se foi ou não à frente do seu tempo que Emma Goldman abordou os temas da sexualidade, do amor livre e das questões de género. Mas, como nos diz Laure Batier, «antes de mais, é preciso lembrar que, na época, o conceito de "género" não existia. Num contexto em que a mulher apenas tinha existência dentro do casamento heterossexual, reivindicar o direito ao amor livre, o direito a dispor do seu próprio corpo era eminentemente subversivo. Emma Goldman também defendia o direito à homossexualidade, mesmo contra a maioria dos seus camaradas anarquistas e do meio que frequentava, e numa época em que a homossexualidade era considerada uma perversão mental, uma doença psíquica que merecia o internamento psiquiátrico ou a prisão». Para enquadrar as suas reflexões, Laure Batier recorda como ela «era uma grande admiradora de Freud, a cujas conferências assistiu quando vivia em Viena, em 1896. Foi a ouvir Freud que conseguiu compreender as suas próprias necessidades sexuais, o que significava a repressão sexual e quais as suas consequências sobre o pensamento e a ação humanos. Ela não estava sozinha nestes combates; partilhava-os com outras grandes figuras femininas do movimento anarquista norte-americano, como as menos conhecidas Voltairine de Cleyre e Kate Austin».

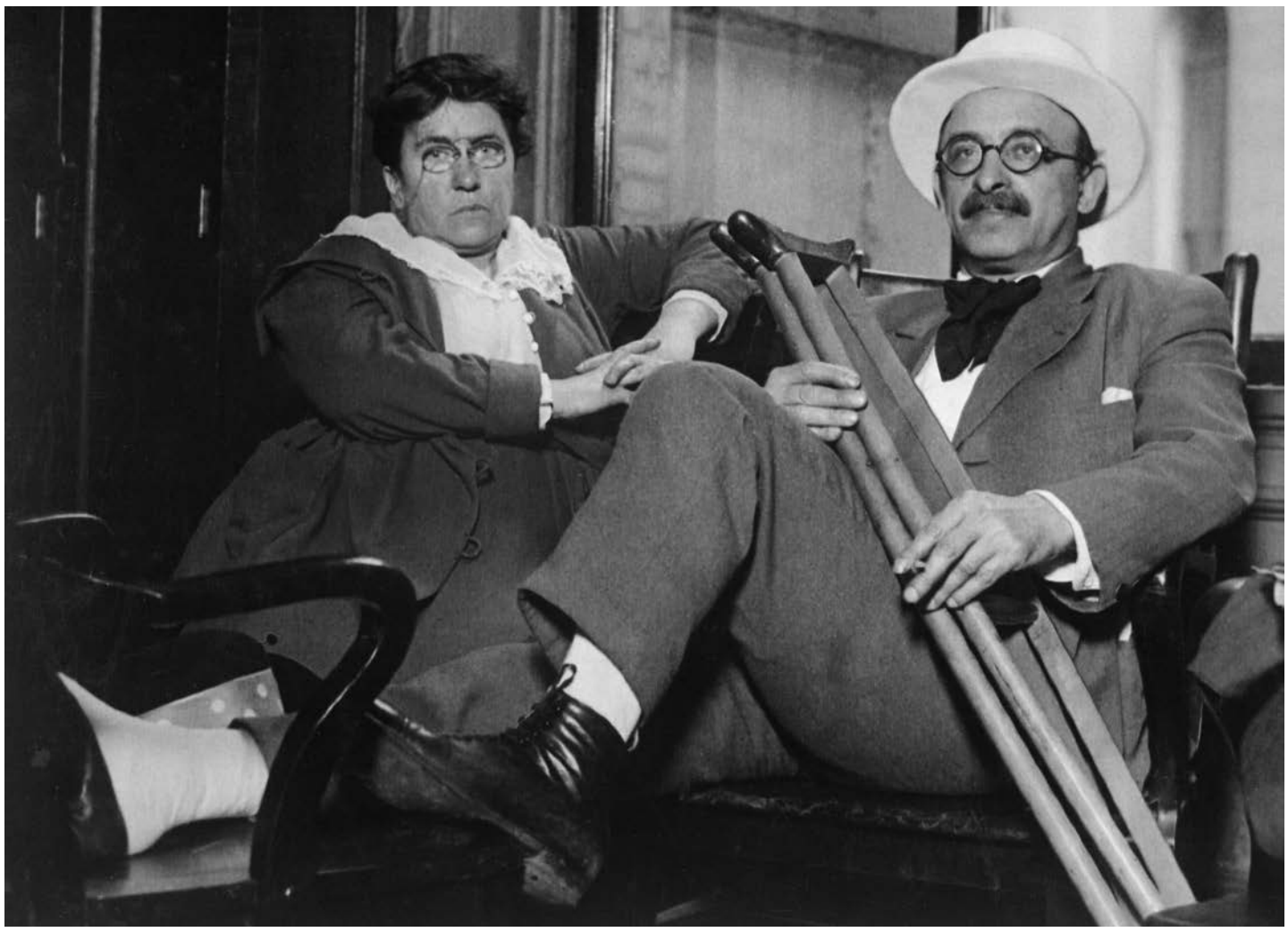
Pedro Morais não hesita em considerar «que Emma Goldman estava à frente do seu tempo em muitas questões, e não apenas na questão do amor livre. Mas para chegar até essa posição Emma Goldman primeiro passou pela experiência de um casamento frustrado, que me parece ter determinado a sua posição contra essa instituição cada vez mais em desuso nos tempos que correm. A inexistência de liberdade no amor tinha vários motivos, sendo o mais forte o económico. As mulheres, no geral, devido às diversas condicionantes sociais a que estavam votadas, muita vezes remetidas ao lar e ao cuidado dos filhos, outras a receber ordenados de miséria e inferiores aos dos homens, quando não tinham de se prostituir para sobreviver, viam no casamento uma salvaguarda e juntavam-se aos homens durante toda uma vida amiúde por necessidade e não por amor. O casamento era também uma imposição moral, muitas vezes arranjado pelas famílias, o que levava a que dois seres se unissem sem qualquer vínculo afetivo. É nesse sentido que muito autores, incluindo Emma Goldman, o consideravam a pior das prostituições. Daí que Emma Goldman defendesse uma sexualidade livre dos constrangimentos do casamento, em que o único vínculo fosse o do amor verdadeiro entre dois seres e nunca um contrato social, moral e economicamente imposto».

A sua crítica da instituição do casamento constitui motivo de escândalo na sociedade estado-unidense, sobretudo quando aborda a questão do amor livre. Ainda que, de então para cá, tenham ocorrido inúmeras «revoluções» sexuais, se tenham rompido inúmeros constrangimentos morais e de hoje as relações afetivas não baseadas no casamento serem comuns, a verdade é que nestes nossos «outros tempos», mais de um século depois, não desapareceram totalmente os mesmos motivos puritanos do escândalo. Tal como a violência sobre as mulheres, agora apelidada de género, não nos para de mostrar o quanto permanecem.

Por isso, ao relermos a situação intolerável da mulher casada pelo prisma de Emma Goldman ainda encontramos muitos pontos em comum com a situação atual da mulher. Segundo Luís Leitão, a mulher casada encontra-se numa «situação de submissão ao marido», e, fora as vezes que tem «de contribuir com o seu salário para a economia familiar, tem de arcar com todas as tarefas domésticas. Com as forças esgotadas, sente-se traída e a relação conjugal degrada-se, o amor deixa de estar presente. Temerosa da crítica social, entra muitas vezes em depressão, não se atrevendo a elevar um único protesto contra o sistema ultrajante que a esmaga. A mulher que vende o seu corpo tem a liberdade em qualquer altura de abandonar o homem que o compra, enquanto a "mulher respeitável" não se consegue libertar de uma união humilhante. É apenas uma questão de grau se ela se vende

a um homem, dentro ou fora do casamento, ou a vários homens».

Emma Goldman não poderia, assim, deixar de denunciar a hipocrisia da perseguição à prostituição. Como recorda Batier, «viveu várias vezes no meio de prostitutas, seja partilhando a sua casa, seja enquanto enfermeira duma proprietária dum bordel viciada em morfina, mas também nas suas múltiplas estadas na prisão, ou ainda tentando ela própria, por uma noite, entregar-se, sem sucesso, à prostituição. Sentia-se profundamente solidária com estas mulheres, com as suas condições de vida, moldadas pela miséria e pela pobreza, e opunha-se firmemente à repressão a que estavam sujeitas. No fundo, estas condições de vida e de trabalho não mudaram muito na maior parte das sociedades, ainda que, nas sociedades ocidentais, haja agora movimentos que fazem reivindicações específicas e uma reflexão sobre o "trabalho sexual"».



Emma Goldman e Alexander Berkman em 1917-1919

Livres para escolher

A vida de Emma Goldman ensinara-lhe ainda a importância da luta pelo direito ao controlo da natalidade e à contraceção, «parte integrante dos seus combates contra a opressão das mulheres», diz-nos Laure Batier. «Tinha trabalhado, durante vários anos, como enfermeira e como parteira nos bairros mais miseráveis de Nova Iorque. Tinha, portanto, testemunhado diretamente as condições em que as mulheres mais pobres traziam os seus filhos ao mundo e lhe suplicavam que acabasse com as suas situações de miséria e desespero, dando-lhes meios de contraceção ou de aborto. E durante muitos anos ela bateu-se por estes direitos ao lado de outras militantes como Margaret Sanger, uma das fundadoras do planeamento familiar americano.»

Pedro Morais ilustra como «a sua defesa da contraceção e do controlo da natalidade em conferências públicas, por exemplo, levou-a a passar duas semanas na prisão, em Abril de 1916, por se ter recusado a pagar uma multa de 100 dólares por violação da Lei de Comstock, aplicada na perseguição dos movimentos defensores do controlo da natalidade, afirmando mesmo que ficava orgulhosa por ser considerada criminosa se defender uma maternidade saudável e uma infância feliz fosse considerado um crime». Emma Goldman tinha formação como enfermeira e «uma preocupação extremada com as questões relacionadas com os cuidados de saúde. Nesse sentido, a questão da maternidade e do controlo da natalidade estavam sempre presentes no seu discurso, e encontravam-se entre os muitos temas que ela abordava nas suas palestras. É verdade que o neomalthusianismo teve uma grande influência entre os anarquistas da época, que olhavam para a miséria provocada pelas famílias numerosas e tentavam procurar respostas para esse flagelo. Nesse sentido, Emma Goldman defendeu que as mulheres deveriam ser livres de escolher serem mães, mas sempre através de métodos contracetivos, pois considerava o aborto uma violência desnecessária, que muitas vezes resultava em fatalidades. Ela própria, enquanto enfermeira, recusava-se a realizar abortos por receio das consequências, numa época, é claro, em que as técnicas médicas eram muito mais rudimentares do que as atuais. Daí a sua ênfase no controlo da natalidade e no uso de contracetivos com o intuito de promover o próprio bem-estar da mulher, principal vítima do sistema económico de antanho».

Um espírito criativo para o futuro

Ao falar sobre estes e outros temas, Emma Goldman atraía multidões. «O local favorito era a "tribuna". Era uma oradora fascinante, sabia sentir o público e transformar um encontro turbulento num lugar de discussão real. Era uma das razões para a sua popularidade e que atraía multidões aos seus *meetings*, sem contar com o facto de a polícia e os *media* de então, os jornais, terem contribuído muito para a transformar numa figura pública: Emma, a Vermelha, a mulher mais perigosa da América…!», recorda Laure Batier.

> Não hesitava nas assembleias de mulheres em lembrar a responsabilidade que elas tinham na reprodução da dominação masculina

Para Pedro Morais «quando olhamos para esses tempos e vemos a capacidade que Emma Goldman tinha de aglomerar multidões numa palestra ou num comício que poderia tratar de temas como a educação, a guerra ou o teatro, ficamos espantados. E esse espanto é causado por fenómenos desse tipo não se repercutirem à nossa volta. Mas entre esses tempos e os nossos há um hiato de cerca de cem anos em que muitas coisas aconteceram, em que houve uma mudança radical na vida das pessoas».

Sobre essa diferença de cenário com um século de entremeio, muito poderíamos especular sobre o alcance e as diferentes formas de como as causas e os ideais, a que Emma dedicou uma vida, comunicam com as pessoas. Cem anos de constante aceleração trouxeram acentuadas diferenças. Hoje, diz-nos Pedro Morais, passamos por um «desenvolvimento tecnológico que mudou, e continua a mudar, a forma de as pessoas se relacionarem», encontrando-nos plenamente inseridos na chamada sociedade do espetáculo, ao contrário dos tempos de Emma Goldman. E ressalva que «fazemos parte da geração cujas esperanças de emancipação foram derrotadas», contrariamente à época de Emma Goldman, em que a «revolução, a mudança radical da sociedade, era algo muito concreto, pois as pessoas acreditavam verdadeiramente nisso e os conflitos sociais alastravam-se por toda a sociedade, a despeito de a repressão ser bem mais feroz do que hoje em dia. A palavra tinha muito mais força».

Apesar de já contarmos com uma biografia em português de Emma Goldman escrita por Clara Queiroz com o título *Se Não Puder Dançar Esta Não É a Minha Revolução: Aspectos da Vida de Emma Goldman* (Assírio & Alvim, 2008) e de em 1987 ter sido dado à estampa o ensaio *O Indivíduo na Sociedade*, a verdade é que as edições de *Anarquismo e Outros Ensaios* e de *Viver a Minha Vida* redescobrem uma autora fundamental para a história do anarquismo e do feminismo.

Laure Batier recorda que «um dos fundamentos do pensamento de Emma Goldman sobre a sua visão do anarquismo era a necessidade de as pessoas se tornarem indivíduos conscientes. E, para ela, isto passava antes de tudo pela educação, ou seja, a auto-educação, e pelo seu interesse por todos os tipos de pedagogia nova. É neste sentido que ela atribuía um lugar extremamente importante à leitura, aos livros, em pleno acordo com a forma de levar a sua própria existência, uma vez que nunca deixou de se formar ao longo da sua vida.»

Pedro Morais reforça, por sua vez, que «por muito que a sua filosofia fosse predominantemente de carácter individualista, a solidariedade com os demais, fossem eles trabalhadores fabris, empregadas domésticas, artistas, prostitutas, sindicalistas, anarquistas ou comunistas, estava acima de tudo, como princípio ético que orientava a sua ação. Podemos também inferir, de acordo com a posição bem prévia de Étienne de la Boétie, que Emma Goldman acreditava que a servidão das massas era voluntária, e Emma Goldman apontava a isso mesmo, vendo, pelo contrário, no indivíduo que se destacava dessa massa informe o desejo de libertação dessa condição».

Por fim, Luís Leitão recorda as palavras de Emma Goldman em 1926, quando, numa das tentativas que fez para regressar aos Estados Unidos, de onde fora deportada anos antes para a Rússia, ao ser-lhe perguntado por um jornalista estado-unidense «se sentia azedume ou se tinha ficado mais sensata ao fim de todos aqueles anos de luta, respondeu: "Não sinto azedume. Muitas pessoas confundem azedume com a impaciência de uma idealista por obter resultados imediatos na luta contra as injustiças sociais. Confesso que era muito impaciente no passado e, se agora o sou menos, não é por já não ver os males que combati toda a minha vida. É, sim, porque os acontecimentos terríveis que ocorreram desde 1914 me convenceram de que, em geral, a mente humana é lenta e não é fácil mudá-la". E manteve vivo o seu ideal e incólume a sua confiança no futuro e nos homens: "É verdade que a América é muito jovem, mas, enquanto conservar o seu fascinante espírito de aventura e se precipitar de cabeça no desconhecido, há esperança para ela. O futuro está com o espírito criativo do povo americano, com aqueles que trabalham duramente, com os idealistas que pugnam pela liberdade económica e social e não com os que querem restringir o futuro com a mão morta do passado"».

Anarquismo e Outros Ensaios
Emma Goldman
Letra Livre / A Batalha
2020 - 320pp.

A temível Red Emma

A questão do uso da violência, que Emma Goldman era acusada de instigar, e a manipulação mediática instigadora dos piores medos, ainda hoje ecoam nos tempos das redes sociais e *fake news*.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Os debates sobre o uso da violência nos meios anticapitalistas e nas lutas sociais não são de agora. A discussão enfrenta a legitimação do monopólio da violência pela ordem estabelecida, o que sustenta a repressão de todas as forças sociais que se lhe oponham. Na atualidade, quanto mais radical um protesto se apresentar, mais rapidamente é associado ao terrorismo. Uma categoria usada recorrentemente e de forma imprecisa para alarmar as pessoas e esvaziar os protestos, criminalizando-os. A distância que vai de um Banco vandalizado a um atentado à vida humana é deliberadamente encurtada.

No final do século XIX e inícios do XX, a chamada *propaganda pelo ato*, associada a atentados bombistas e assassinatos de reis, políticos e patrões, marcou uma época. Mas entre os insurgentes instalou-se igualmente o debate sobre o alcance e a eficácia da *propaganda pelo ato*, em face de um avassalador tratamento mediático que reduzia qualquer atentado a um acto de violência tresloucada. Revisitar Emma Goldman sobre um dilema que viveu e presenciou continua, portanto, a ser essencial para contextualizar o uso do *atentado* nessa mesma época. A perseguição de que foi alvo, motivada em parte por acusações de instigação de atos sediciosos, fez com que o seu nome sobressaísse nos então emergentes meios de comunicação sensacionalistas: a temível Red Emma. Todo esse processo, por sua vez, pode ser visto, em retrospetiva, como uma antecâmara do poder demolidor dos *media*, que manipulam informação para fabricar consenso e medo, segundo Noam Chomsky em *A Manipulação dos Media: Os Efeitos Extraordinários da Propaganda* (ed. portuguesa, 2003).

O Atentado

É preciso recordar, como nos diz Luís Leitão, que foi «a brutal matança de um punhado de trabalhadores por ocasião de um movimento grevista, em 1892, que levou Alexander Berkman (o companheiro de sempre de Emma Goldman) a cometer um atentado contra a vida de Henry Clay Frick, "patrão da indústria e assassino de operários". Goldman apoiou-o no seu propósito: "O nosso fim era a causa sagrada dos oprimidos e dos explorados. Era por eles que íamos dar a vida. Mesmo que alguns tivessem de morrer, a maioria seria livre e poderia viver uma vida de beleza e de conforto. Sim, neste caso, o fim justificava os meios"» (*Viver a Minha Vida*).

Berkman avançou sozinho, o plano falhou e foi condenado a 22 anos de prisão. A análise desse momento, tão lapidar na vida de Emma, leva-a em 1901 a referir que o *atentado* é um ato «nobre, mas errado». «Como chegou ela a esta tomada

de posição ao mesmo tempo que partilhava e apoiava totalmente a decisão de Alexandre Berkman?», questiona Laure Batier, respondendo simultaneamente que «foi ao analisar a reação dos operários a este atentado que Emma Goldman compreendeu que este ato, que tinha como objetivo original permitir o desenvolvimento da propaganda anarquista, foi visto pelos próprios operários como forma de fazer publicidade ao diretor da siderurgia! Dito doutra forma, os operários interpretaram-no da forma exatamente oposta à pretendida. Uma grotesca inversão da situação! Isso foi, para Emma Goldman, a prova de que os cálculos estavam errados, que este tipo de atos individuais podia ter consequências sociais opostas às que se pretendiam. Foi a partir deste momento que rejeitou clara e firmemente "a propaganda pelo ato", a violência individual, posição que defendeu nomeadamente no momento do assassinato do presidente americano McKinley, por Leon Czolgosz, em 1901».

Não se pode comparar a natureza e o objetivo dos atentados cometidos em nome da "propaganda pelo ato" com a natureza do terrorismo atual

Essa rejeição não significou, porém, incompreensão relativamente ao ato em si. Sobre Czolgosz, Goldman referiria, como nos cita Luis Leitão de um artigo intitulado «A Tragédia de Buffalo», que «Leon Czolgosz e outros homens como ele não são criaturas depravadas e de baixos instintos, mas, sim, seres hipersensíveis, incapazes de suportar uma tensão social demasiado grande. São levados a expressarem-se violentamente, mesmo com o sacrifício da própria vida, porque não conseguem ser testemunhas passivas da miséria e do sofrimento dos seus semelhantes. Devemos imputar a culpa de tais atos aos responsáveis pela injustiça e desumanidade que dominam o mundo». Para Leitão, «parece resultar daqui que, para ela, não seria o anarquismo enquanto tal que levara a estes atos, mas a sensação de revolta individual por uma sociedade injusta e desumana, não os defendendo propriamente como ações de propaganda.» Por isso, como é frisado por Laure Batier, «perante a repressão estatal, nunca renunciou a defender publicamente estas pessoas».

De ontem para hoje

Para a tradutora francesa, a posição de Goldman (o ato é nobre, mas errado) «mantém toda a sua força nos dias de hoje, ainda que não se possa comparar a natureza e o objetivo dos atentados cometidos em nome da "propaganda pelo ato" com a natureza do terrorismo atual, termo ainda por cima utilizado pelos poderes de forma imprecisa e que cobre diversas ações, que vão da barbárie religiosa às ações de oposição a projetos destrutivos para o ambiente.»

Efetivamente, analisar os tempos que Emma viveu, sob o olhar contemporâneo de um mundo assolado de ameaças terroristas, não só é abusivo, como resulta de uma deliberada ignorância instalada. Como é sublinhado por Pedro Morais, «parece-me complicado analisar o "terrorismo" (de tendência religiosa) contemporâneo do ponto de vista do "terrorismo" (de tendência política) de há cem anos. Até porque os casos apontados não se comparam ao terrorismo de hoje. Tanto o atentado a Henry Clay Frick protagonizado por Alexander Berkman quanto o assassinato de William McKinley às mãos de Leon Czolgosz têm um objetivo pessoal muito específico, pois a finalidade era abater símbolos de poder». «Ainda que em alguns casos possa haver pontos que se tocam, as motivações e as próprias condições socioeconómicas das diferentes épocas são bem distintas. Os atentados anarquistas, tendencialmente chamados de "propaganda pelo ato", mas que a mim me parece terem mais que ver com uma noção de irmandade e com o redimir de injustiças através de atos de vingança, são acima de tudo uma resposta a uma violência maior protagonizada pelos detentores do poder político, económico e eclesiástico.» Quanto a «se hoje se justifica a mesma violência? Parece-me que a violência política é proporcional à violência do Estado e das suas forças de repressão. É óbvio que hoje, pelo menos neste nicho que habitamos chamado Europa Ocidental, seria impensável uma chacina estatal. Mas a violência estatal encontra-se sempre latente, apesar de estar mais sofisticada e ser menos explícita, e, nesse sentido, aludindo ao título de um livro de Albert Camus, haverá sempre um "homem revoltado" para lhe dar resposta caso algum dia se volte a manifestar mais concretamente.»

Assombrações

O fantasma dos *violentos anarquistas* permanece tanto nas bocas de políticos como Trump quanto nas de juízes das democracias europeias (espanhola e italiana à cabeça), assombrando a esfera sociopolítica ao ser mediaticamente alimentado nas redes sociais. À pergunta sobre esse percurso, Laure Batier replica que «ela não tem outra resposta que o próprio curso da história das sociedades, que é o de reprimir todas as forças sociais que se insurgem contra a ordem dominante».

Para Pedro Morais, «Emma Goldman foi de facto demonizada pela comunicação social da época, foi constantemente vilipendiada, julgada na praça pública, a ponto de ter de ocultar o seu nome para sequer poder arrendar um quarto para viver. Principalmente depois da morte do presidente McKinley às mãos de Leon Czolgosz, pois o seu nome apareceu constantemente ao lado do do magnicida, como tendo sido a autora moral do atentado». Mas o certo é que, sublinha, «todas as condenações que sofreu foram somente pelo crime de opinião». E, nesse campo de batalha, «já alguém dizia que a caneta é mais poderosa do que a espada, e a verdade é que essa caneta pode muito bem ser usada por uma pessoa como Emma Goldman, que com o poder da palavra conseguia mobilizar multidões, como pode ser usada, com muito mais poder, pela comunicação social para abater um ou mais alvos, formando opinião pública de acordo com a sua própria agenda política».

A violência política é proporcional à violência do Estado e das suas forças de repressão

Luís Leitão traça um percurso que parece não ter descolado do seu ponto de partida. «Com toda a sua fama de terra da liberdade e da democracia, os EUA passaram ao longo da sua história por períodos negros de repressão, em que os meios de comunicação social e muitos jornalistas tiveram o seu papel, criando um clima de histeria na sociedade. No final do século XIX e início do século XX, houve verdadeiras campanhas contra os anarquistas e os comunistas, a que se veio juntar a xenofobia, sob o pretexto de que os agitadores seriam sobretudo imigrantes da Europa, a que se seguiram deportações em massa. A própria Emma Goldman acabaria por ser deportada para a Rússia soviética em 1919. Nos anos 50 do século XX assistir-se-ia às perseguições policiais e judiciais de intimidação, censura e difamação contra os intelectuais acusados de espionagem a favor da União Soviética – durante o período do macarthismo. Neste momento, talvez ainda não abarquemos na sua globalidade as consequências da política da administração Trump, mas aí estão a tentativa de controlo da justiça, a nova/velha xenofobia manifestada na diabolização dos imigrantes, o racismo institucionalizado, o autoritarismo e, *last but not least*, as inefáveis redes sociais, que vieram tomar o lugar, com êxito acrescido, da imprensa tabloide.»

Para Morais, «atualmente, a força de opinião da comunicação social é ubíqua e ultramanipuladora, por usar constantemente o selo da verdade, autenticado de cada vez que uma notícia vem a publico. E a verdade é que enquanto seres finitos e tendencialmente não críticos da informação que recebemos, assumimos como verdade aquilo que nos é dito quando a própria narração da história (ou das histórias) é unilateral. Ontem o inimigo eram Emma Goldman, os anarquistas e os comunistas, hoje são os anarquistas, os antifascistas, os fundamentalistas ou até mesmo um vírus desprovido de intencionalidade. As narrativas da comunicação social tendem a criar dicotomias, formando linhas de separação entre o que é moralmente aceitável ou não, e assim geram opinião pública e ajudam a moldar a moral dos nossos tempos».

Sobre o fracasso das prisões

Emma Goldman conheceu a prisão em vários momentos da sua vida. Pedro Morais inscreve a sua crítica do sistema prisional «na linha daquela que era normalmente a crítica anarquista das prisões, ou seja, de que são principalmente as desigualdades sociais que promovem a criminalidade e que as prisões servem apenas para punir e não para redimir as pessoas, não sendo solução, mas um meio de reprodução das desigualdades existentes. E que é muitas vezes o espectro da pena que demove as camadas mais baixas de lutarem por melhores condições de vida, que as faz não se rebelarem contra a opressão e a miséria a que normalmente estão votadas. Esta poderia sucintamente ser a tese da linha de pensamento abolicionista de qualquer anarquista como Emma Goldman. E de ontem para hoje, a despeito de algumas mudanças sociais, é uma tese que me parece ainda ter valência, pois são normalmente as pessoas dos estratos sociais mais baixos que, por um conjunto extenso de razões, ocupam os espaços nas prisões e servem de exemplo para a restante sociedade».

A sua crítica do sistema prisional decorre da sua experiência pessoal e está refletida no ensaio «Prisões: Um Fracasso e Um Crime Social», que integra o livro *Anarquismo e Outros Ensaios*. Este texto, diz-nos Luís Leitão, «refere o absurdo de manter atrás das grades verdadeiros exércitos de seres humanos; rejeita a asserção de que as prisões tenham alguma coisa que ver com a proteção social; sublinha o falhanço da resposta da sociedade ao crime, e a evidência de que são as condições económicas e sociais que alimentam as tendências criminosas». No fundo, «que a sociedade capitalista só lidou com os criminosos em termos de vingança, punição, dissuasão pelo terror e correção, mas a experiência mostrou a inutilidade das prisões como meio de dissuasão ou de correção».

Já Laure Batier acentua a importância da experiência prisional na vida de Emma, não só da perceção das desigualdades, mas também da solidariedade: «Sentiu na pele a brutalidade e a crueldade da ordem carcerária, assim como as terríveis condições de trabalho que regiam o quotidiano das prisioneiras. Como resultado das suas convicções, não cessava de lutar por uma melhoria das condições de detenção. Mas a força do seu testemunho residia também na sua extraordinária capacidade de se mostrar sempre próxima e profundamente solidária com as suas companheiras de detenção, cuja maioria vinha de camadas sociais com as piores condições de vida, nomeadamente as detidas afro-americanas. Amizades, manifestações de solidariedade, faziam o quotidiano deste universo carcerário que ela descreveu por vezes com muito humor e onde soube encontrar uma humanidade e lições de vida.»

Medusa: o poder de transformar o patriarcado em pedra

MCKENZIE SCHWARK
ORIGINALMENTE PUBLICADO NA REVISTA *BITCH* MAGAZINE, BITCHMEDIA.ORG
TRADUÇÃO **SANDRA FAUSTINO**
ILUSTRAÇÃO **CATARINA LEAL**

A história de Medusa é normalmente entendida como uma tragédia. Medusa ficou conhecida por ter sido traída por Atena e Poseidon, condenada a uma vida solitária como Górgona monstruosa - o que quase todas as versões descrevem como um castigo. Muitas acreditam que a história de Medusa é sobre vingança, mas numa releitura do mito de Medusa e de Atena, um novo mundo mitológico em que as mulheres se protegem umas às outras numa sociedade patriarcal revela-se. Quer competindo por afecto ou por autoridade, as mulheres da sociedade patriarcal atacam-se umas às outras repetidamente, mas uma análise feminista do mito da Medusa reclama a sua maldição como uma poderosa protecção contra o olhar masculino.

Na versão do poeta romano Ovídeo, Medusa era uma mulher mortal que se tinha entregue a uma vida de celibato. Tinha longos cabelos e é descrita como sendo excepcionalmente bonita. Podeison, deus do mar, perseguiu Medusa e violou-a no templo de Atena. Depois de saber do ataque de Poseidon a Medusa, a supostamente ciumenta Atena transformou o cabelo de Medusa em cobras e lançou-lhe a maldição de transformar em pedra os homens que olhassem para ela.

Medusa, com as suas duas irmãs imortais, era uma das três Górgonas – da palavra grega *gorgós*, que significa feroz, terrível e cruel. As três irmãs eram retratadas como monstros, assassinas de homens. Medusa era, no entanto, de todas as três, a única mortal e bonita. Era também a mais poderosa, matando mais homens do que qualquer uma das irmãs, o que fazia dela a mais ameaçadora e temida. Quando o mito de Medusa é contado numa sociedade patriarcal, o facto de ela ter sido violada é ofuscado pela sua terrível aparência e pela habilidade de transformar homens em pedra. Esta versão varre para debaixo do tapete a violência original cometida contra Medusa e torna central a violência que ela comete contra os homens.

A maldição de Atena, que transformou o cabelo de Medusa em cobras, é quase sempre entendida como um castigo e o tema da vingança é realçado em diferentes versões do mito. Mas a violação de Medusa é desvalorizada, mencionada apenas uma vez (ou nem isso) no início da história. O retrato de Medusa como monstro é o dispositivo sexista central do mito, que serve para dissuadir as mulheres de lançarem um olhar áspero aos seus opressores, não vão elas ser vistas também como monstros. Ao examinar melhor a história de Atena e de Medusa encontramos um conto sugestivo, que fala de mulheres que se protegem umas às outras numa sociedade dominada por homens e onde a violação é uma ameaça constante. Atena sabia da obsessão que Poseidon tinha por Medusa, e sabia também do seu voto de celibato. E se a maldição de Atena não é um castigo de todo, mas um acto de proteção?

O nome Medusa vem de um verbo grego que significa proteger e guardar, o que pode apontar para a intenção de Atena em protegê-la e guardá-la do abuso de Poseidon e de outos homens. A maldição de Atena não castiga Medusa, mas castiga os deuses e homens que tentam fazer-lhe mal. Afinal, Atena ofereceu a Medusa um incrível poder: o de castigar e anular o olhar masculino.

Se nos focarmos na aparência monstruosa e feia de Medusa, perdemos a oportunidade de examinar o papel dos homens e da cultura da violação na sua história. É importante lembrar que o contexto em que se conta um mito interessa: uma sociedade patriarcal depende, em parte, de mulheres que desconfiam e competem umas com as outras, de forma a minarem a sua capacidade de combater a autoridade masculina. É extenuante fazermos uma revisão constante dos mitos da masculinidade, mas estes mitos tornam-se tão mais arrebatadores quando o fazemos. Há outros mitos gregos onde as mulheres se ajudam e protegem disfarçadamente – e em quase todos, isso acontece depois de uma violação.

Por exemplo, Filomela ficou conhecida por ser forçada a uma vida de silêncio depois de desafiar o Rei Tereus. Na história de Filomela e da sua irmã, Procne, Filomela foi violada, ameaçada e forçada ao silêncio depois de lhe cortada a língua por Tereus, o marido de Procne. Assim, Filomela teceu um tapete para contar a sua história à irmã. Quando Procne viu o tapete, também ela caiu em silêncio. Procne vingou-se de Tereus dando-lhe a comer, secretamente, o corpo do seu filho. Eventualmente, os deuses transformaram Procne e Filomela numa andorinha e num rouxinol, ajudando-as a escapar de Tereus e restaurando-lhes a voz através do canto.

> Há outros mitos gregos onde as mulheres se ajudam e protegem disfarçadamente – e em quase todos, isso acontece depois de uma violação.

Como estas várias mulheres mitológicas, também as sereias têm sido demonizadas ao longo do tempo. São descritas como tentações, que com o seu canto atraíam marinheiros para o afogamento, mas eram na verdade um grupo de mulheres que tinham perdido a sua companheira, Perséfone, depois de esta ser raptada e violada por Hades. De facto, as sereias tinham características comuns a pássaros para poderem viajar pelo mundo cantando o seu luto, à procura de Perséfone. Os marinheiros acharam que o lamento das sereias era sedutor e muitos morreram esperando que estas estranhas mulheres reparassem neles. Recontado no contexto de uma sociedade patriarcal, o mito das sereias transforma-se: em vez de ilustrar perda e luto em relações de amizade entre mulheres, torna-se um conto cautelar sobre os truques perigosos e tentadores da sedução feminina.

Depois de matar Medusa, Perseus deu a cabeça de Medusa a Atena, que a colocou no seu escudo para proteção. A narrativa de mulheres ciumentas a competir umas com as outras está tão entranhada no nosso imaginário que pode ser difícil ver para além disso e encontrar o potencial de camaradagem e sororidade entre mulheres na mitologia. Mas quando examinamos estas histórias e vemos as relações entre mulheres que são detonadas por figuras masculinas, podemos começar a desconstruir a lente patriarcal através da qual estas histórias são instrumentalizadas. Podemos começar a olhar para o patriarcado de forma tão áspera que o transformamos em pedra.

Terrorismo: o álibi perfeito

Aproveitando os tempos de comoção que se seguem a atentados como os que ocorreram recentemente em França ou na Áustria, a União Europeia (UE) pretende acelerar a produção de legislação perigosa para a protecção dos dados pessoais e para as liberdades de expressão e informação.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A 9 de Novembro, 16 organizações ligadas aos direitos humanos e digitais tornam pública uma carta aberta em que apelam aos participantes no «triálogo»[1] para que a Proposta de Regulamentação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a prevenção da disseminação *online* de conteúdos terroristas «obedeça à Carta dos Direitos Fundamentais» e para que se «discutam mais alterações que respeitem integralmente a liberdade de expressão, de informação e de protecção de dados pessoais dos utilizadores da *internet*».

Em primeiro lugar, estas 16 organizações consideram que «a definição de terrorismo é injustificadamente abrangente» e propõem que se «reduza a definição de conteúdo terrorista e que se defina rigorosamente que material é ilegal».

Por outro lado, «a remoção automática de conteúdos pode ameaçar o fluxo livre de informações legais e a liberdade de acesso à informação». Nesse sentido, consideram que a utilização de filtros de *upload* é «inaceitável», uma vez que «não compreendem diferenças culturais ou linguísticas, são incapazes de aferir de forma precisa o contexto das expressões» e implicam necessariamente o processamento de dados pessoais. Os signatários lembram, a este propósito, que a Regulamentação Geral para a Protecção de Dados dá aos utilizadores o «direito a não serem sujeitados a decisões automáticas sem intervenção humana». «Filtros automáticos obrigatórios não são legais, de acordo com a lei da UE» e «comprometem a liberdade de expressão, a liberdade de informação e a protecção de dados pessoais».

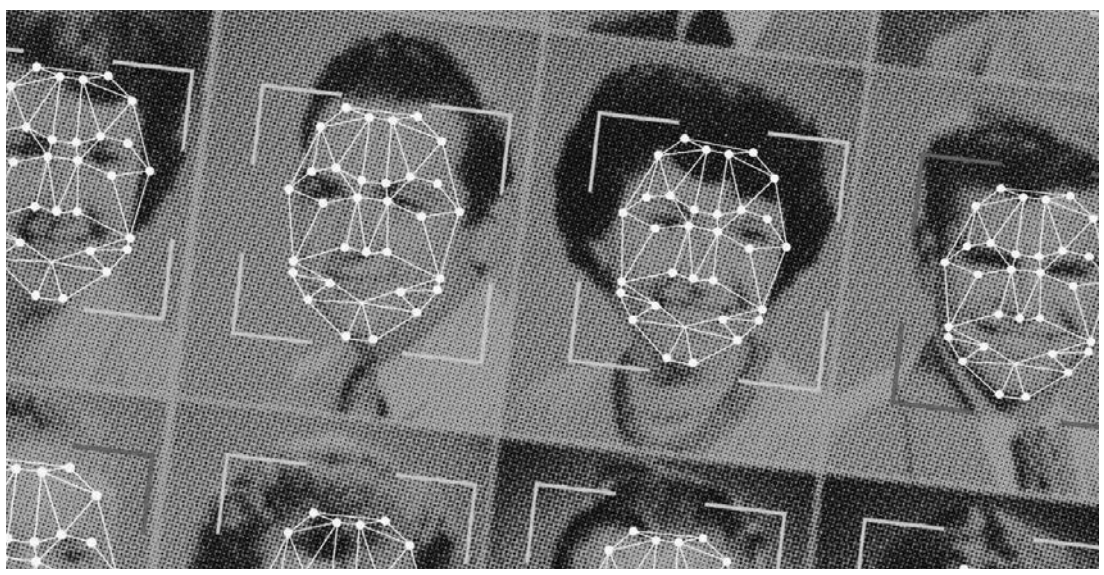
Esta proposta está em andamento, já foi aprovada pelo Parlamento Europeu e a presidência alemã da UE pretende ter o assunto definido «antes do fim do ano».

NOTAS
1 Depois da aprovação em plenário do Parlamento Europeu, esta proposta tem de passar por uma discussão que envolve os representantes das três instituições europeias – o Conselho, o Parlamento e a Comissão – para procurar chegar a um texto comum.

Quem vê caras, vê tudo

O reconhecimento facial para autenticar os cidadãos, aprovado para 2021, levanta questões quanto ao controle que o Estado exerce em nome da modernização.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT



O orçamento de Estado aprovado para 2021 na generalidade prevê a utilização do reconhecimento facial em serviços da Administração Pública *online*, em tempo real, através dos telemóveis e dos computadores, sem recorrer ao cartão de cidadão. Esta poderá mesmo ser alargada a outras entidades, mediante acordo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA).

A medida do governo socialista de António Costa não faz parte de um enredo de ficção científica orwelliana do século XX, nem de uma cabala conspirativa alimentada nas redes sociais. Trata-se de uma medida muito concreta, tomada na sequência de um processo de normalização do controle individual, cada vez mais abrangente, nos organismos do Estado, desenvolvido ao abrigo da modernização e de um acesso aos serviços públicos mediado e dependente do uso do *gadget* tecnológico que hoje marca o quotidiano.

Trata-se de uma medida muito concreta na sequência de um processo de normalização do controle individual, cada vez mais abrangente, nos organismos do Estado.

O reconhecimento facial é concretizado em associação com a Chave Móvel Digital (CMD). A CMD foi instituída em 2014 como meio alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais da Administração Pública, pela associação do número de identificação civil (ou passaporte para o cidadão estrangeiro) a um único número de telemóvel e ou a um único endereço de correio eletrónico. A nova medida autoriza agora o Governo a alterar o regime da CMD, permitindo, não apenas instituir um sistema de autenticação numa palavra-chave permanente, escolhida e alterável pelo cidadão, como prever que essa opção possa ser substituída pela «confirmação de identidade através do recurso a sistema biométrico de comparação das imagens do rosto recolhidas eletronicamente em tempo real com a imagem facial constante do cartão de cidadão». De uso voluntário, salvaguarda na sua redação «que os dados armazenados são cifrados e não ficam associados ao cidadão».

A intenção é replicar o gesto voluntário que se veio instalando na opção de reconhecimento do rosto nos telemóveis e computadores. A medida, porém, havia já levantado dúvidas à Comissão Nacional de Proteção de Dados, que pediu explicações à AMA sobre as implicações, em termos de proteção de dados, da recolha de dados biométricos. Estes são considerados «dados sensíveis», pelo que carecem de uma lei que enquadre expressamente o consentimento dado pelos seus titulares à sua recolha e ao seu tratamento. Por outro lado, o seu uso em âmbito laboral tem vindo a levantar diversas questões: quer no que respeita às condições em que esse consentimento «é explícito, informado, específico e dado livremente», como em relação ao risco associado à utilização dos dados por terceiros – se estes forem, por exemplo, roubados à empresa. A normalização irrefletida do seu uso em âmbito administrativo e público não afasta esses riscos e possibilita, inevitavelmente, um controle quer securitário como autoritário sobre quem concede o seu uso.

Minas: O direito a dizer não

O jornal MAPA continua a sua cronologia da luta contra a mineração

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES JOSÉ SMITH VARGAS

As repercussões da aprovação do Decreto-Lei (DL) que procede à regulamentação, no que respeita aos depósitos minerais da Lei n.º 54/2015, de 22 de Junho, (que postula as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos) fizeram-se sentir durante todo o Verão. Ainda durante Agosto, ficou a conhecer-se o parecer desfavorável da Associação de Municípios, num documento bastante crítico das intenções governamentais, acima de tudo quanto à perda de poder vinculativo das autarquias em processos concursais (como será o do lítio) e quanto à possibilidade de mineração em áreas protegidas que o DL abre, levantando ainda dúvidas sobre a gestão de verbas destinadas aos municípios (que o DL prevê que fique para o Fundo Ambiental e não para os próprios municípios).

Quem já se tinha pronunciado negativamente, conforme noticiámos na edição nº28 do Jornal Mapa, foi o Movimento sos Serra d'Arga, que considerou que a sua contribuição para a discussão pública do DL não seria suficiente para que o ministro do Ambiente e da Acção Climática ficasse completamente alerta acerca das ameaças da mineração para aquela zona minhota e enviou, a 16 de Agosto, um pedido formal para uma audiência com Matos Fernandes. No final do mês, não obtendo resposta, não calou a sua revolta em comunicado: «Ao ignorar este pedido, o ministério do Ambiente faz mau serviço público, quebra o princípio da administração aberta e desrespeita todos os cidadãos. (...) Não permitiremos que a falta de cultura democrática se sobreponha à vontade de um Povo. Não permitiremos um modelo económico destrutivo para a nossa região. Não permitiremos NEM UM FURO na Serra d'Arga!». A resposta acabaria por chegar, a 1 de Outubro, marcando uma audiência *online* com João Galamba para 23 desse mês. Com o título sugestivo de *No Conflicts*, o convite para a videoconferência trazia consigo o cinismo escondido de a aprovação do Decreto-Lei, como veremos, se vir a dar antes da audiência pedida para o discutir.

> De Galamba ficou ainda a ideia de que «não podemos sobrepor os interesses de um conjunto da população ao interesse nacional. É inaceitável dar poder de veto à população».

Dessa reunião soube-se que João Galamba disse que, da Serra d'Arga, «apenas está excluída a parcela integrada na rede Natura 2000». A restante área faz parte das zonas consideradas pelo governo como de «alto potencial de lítio» e nem a sua classificação como Área de Paisagem Protegida de Interesse Regional (um processo que está a decorrer) a salvará de ir a concurso. De Galamba ficou ainda a ideia de que «não podemos sobrepor os interesses de um conjunto da população ao interesse nacional. É inaceitável dar poder de veto à população», frases que afirmou, sem mais explicações, terem sido tiradas do contexto em que foram ditas.

A luta não tem fronteiras

Ao mesmo tempo que se tentava mover no quadro institucional, o Movimento sos Serra d'Arga mantinha as suas ideias a evoluir no terreno. No seguimento da sessão de esclarecimento («Minas de Lítio à beira do Miño - A Serra d'Arga em perigo») que tinha realizado a 13 de Agosto, na cidade galega de A Guarda, o Movimento organizou, para 22 do mesmo mês, uma caminhada pela serra, visitando alguns dos lugares mais ameaçados pelo projecto de exploração mineira. Dessa «sessão de trabalho», assim lhe chamaram, saiu uma declaração conjunta de empenho na defesa do património comum, sob a forma de um Manifesto: «O norte de Portugal e a Galiza são casa para dois Povos irmãos, unidos não só pela matriz da língua mas também pela paisagem, pela cultura, e por um rio que nos abraça e aproxima. O Rio Minho está sob a ameaça do projecto de fomento mineiro que o Governo português pretende implementar e que, a ocorrer, irá danificar irremediavelmente o nosso território e comprometer o futuro da água que nos é VITAL. Juntos, galegos e portugueses, não iremos permitir o avanço deste projecto, que mais não fará do que impossibilitar

CONTRA AS MINAS E O SEU MUNDO

o desenvolvimento sustentável da nossa região comum. Nem um furo na Serra d'Arga!»

Para além desse manifesto comum, as associações galegas e o Movimento sos Serra d'Arga anunciaram um plano de acções conjuntas que se iniciaria a 19 de Setembro, num «acto simbólico de união das populações e autarquias das margens do Rio Minho». Tratou-se de uma marcha, ou melhor, de duas – uma de cada lado da raia –, que se juntaram no meio da Ponte da Amizade, que liga V. N. Cerveira a Tomiño, cada uma trazendo uma faixa onde se podia ler «o Minho contra as minas», em português e em galego. Além de associações ambientalistas e movimentos anti-lítio, o momento contou também com o apoio e a presença de representantes dos municípios de Cerveira e Tomiño. Ao todo, seriam 250 pessoas.

Ainda em Agosto, 31 movimentos anti-minas, 13 dos quais portugueses (os outros eram de Espanha, Bósnia, Finlândia, Grécia, Irlanda e Eslováquia), entregaram uma queixa à Comissão Europeia, onde defendiam que os objectivos do financiamento público atribuído ao MIREU (Regiões Mineiras e Metalúrgicas da Europa) tinham sido negligenciados e o acusavam de «*lobbying* mineiro». De acordo com o comunicado enviado à imprensa pelos 31 movimentos, o projecto foi «criado com o propósito de estudar os constrangimentos sociais da exploração mineira na União Europeia através do envolvimento das comunidades afectadas e do público». Esta é, de facto, uma das nove áreas de trabalho do MIREU, segundo a informação disponível no respectivo *site*, onde também se explica que o projecto pretende estabelecer uma rede de regiões mineiras e metalúrgicas em toda a Europa e tem como objectivo assegurar a distribuição de matérias-primas minerais na União Europeia

> Perceber que se torna pública a aprovação dum Decreto-Lei tão criticado no mesmo dia em que se implementa o Estado de calamidade soa a encobrimento.

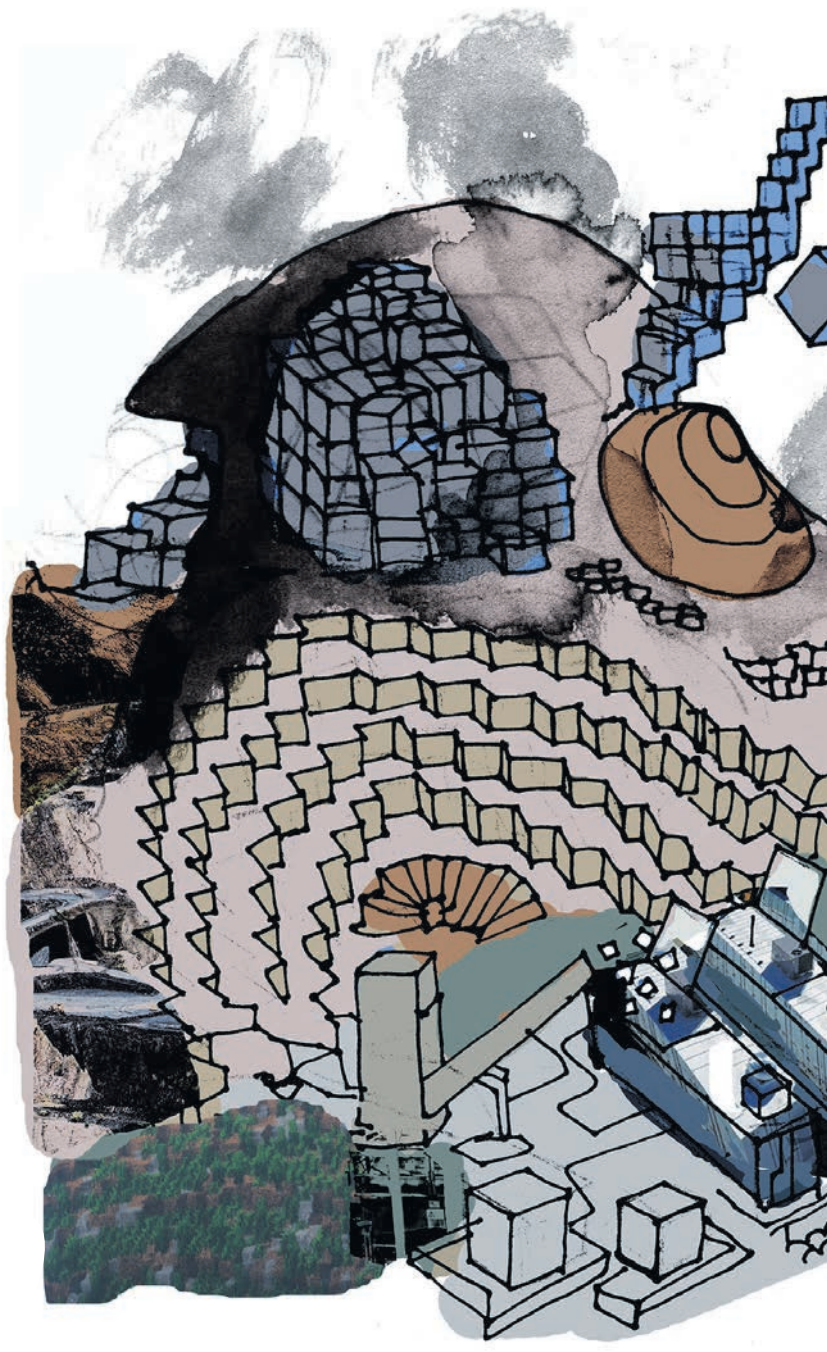
(UE) e promover o investimento, inovação e crescimento no sector. Tudo dentro do espírito chamado de *green mining*. As associações afirmam que as investigações não tiveram em conta as comunidades envolvidas e entendem que falta «credibilidade, tendo em conta a predominância de relatórios de pesquisa elaborados em grande parte por profissionais e entidades ligados à indústria mineira, que defendem uma forte reindustrialização da Europa».

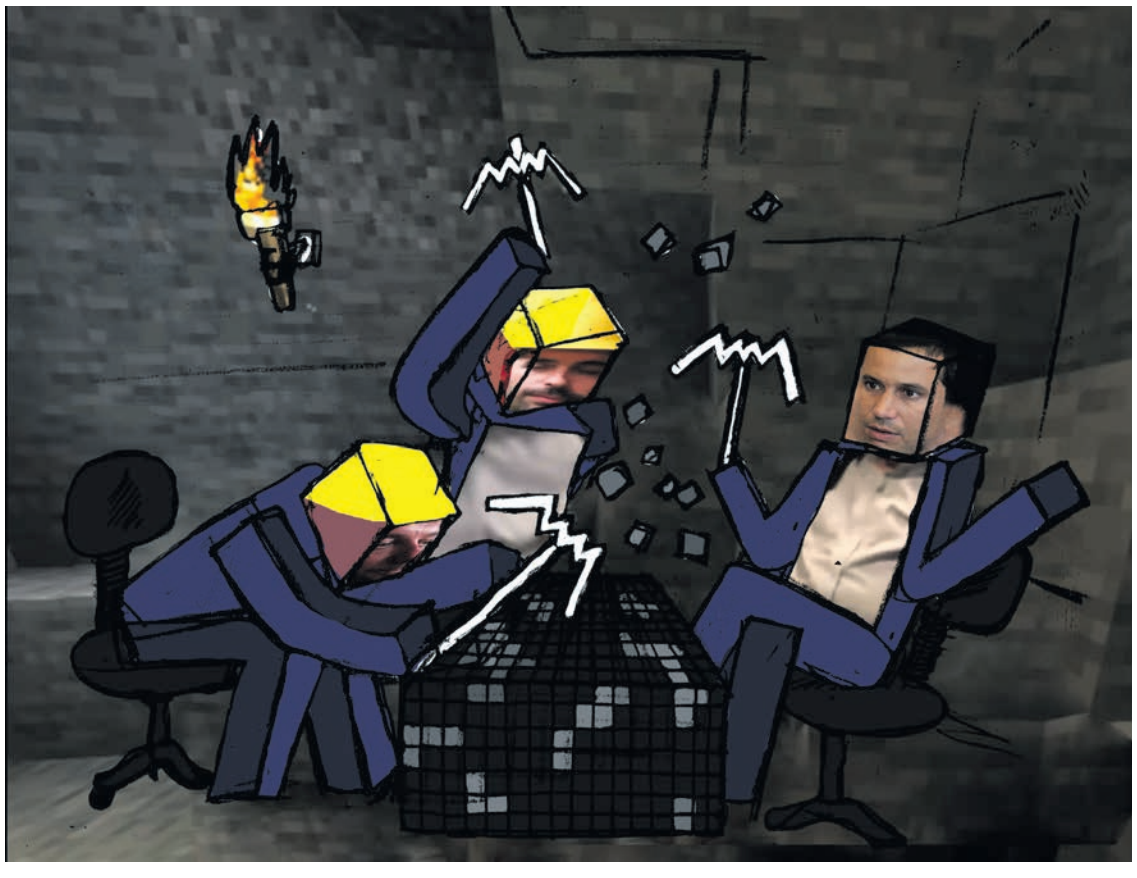
Poucos dias depois, a 3 de Setembro, a CE defendeu publicamente a exploração de lítio no norte de Portugal, no âmbito da nova estratégia da UE para reduzir a dependência externa de matérias-primas essenciais. Fê-lo apelando ao diálogo com as comunidades locais. Em conferência de imprensa de apresentação dessa nova estratégia, Maroš Šefčovič, vice-presidente da CE, afirmou que «várias *startups* iriam beneficiar bastante se um *hub* moderno de tecnologia estivesse sediado» no país, apoiando assim os planos do Governo português para criar um *cluster* do lítio e da indústria das baterias no norte.

Questionado, na altura, sobre a oposição que os planos para a exploração mineira de lítio em Portugal têm recebido por parte das populações das áreas potencialmente afectadas, Maroš Šefčovič mostrou estar atento e disse que «temos, obviamente, conhecimento desses desafios e garanto que estamos em condições de negociar com os governos nacionais, mas também com as comunidades locais, porque é preciso assegurar a essas comunidades que estes projectos não só são da maior importância, como também beneficiarão a região e o país». Será, decerto, um desafio enorme, dada a pouca apetência governamental para a transparência e o diálogo e a falta de vontade desses mesmos movimentos para qualquer tipo de negociação.

A meio de Setembro, um conjunto de «organizações da sociedade civil» lançou uma carta aberta dirigida à CE, exigindo uma mudança urgente de rumo, que tomasse medidas no sentido da redução do consumo e que reconhecesse o direito das comunidades locais de dizerem não à mineração, ou seja, que «alinh[asse] os planos de aprovisionamento» de metais e minerais «com os interesses do planeta, das comunidades e do clima». Uma carta que pôde ser assinada até 25 de Setembro, de forma a ser entregue a 28, aquando do lançamento da Aliança Europeia para Matérias Primas.

Em Portugal, o apelo foi gerido pela MiningWatch Portugal, uma rede independente de monitorização criada para apoiar a sociedade civil e comunidades locais confrontadas com projectos de mineração. De acordo com ela, das 234 organizações que subscreveram o documento, 21 são movimentos cívicos e académicos portugueses, entre os quais se encontram a Corema - Associação de Defesa do Património, GPSA, os movimentos ContraMineração Beira Serra, de Defesa do Ambiente e Património do Alto Minho, sos Serra d`Arga, sos Terras do Cávado, sos - Serra da Cabreira, Comunidade de Covas do Barroso, Portugal Unido Pela Natureza e Guardiões da Serra da Estrela. Para Teresa Fontão, geóloga e membro do Movimento sos Serra D`Arga, «é urgente considerar que recursos são realmente essenciais, e como podem ser obtidos de uma forma mais responsável, com menos desperdício e com menos impacto nos seres humanos, na natureza e no clima». «É urgente lembrar os 3 Rs, e acrescentar-lhes mais um: Reavaliar - recursos, metodologias e paradigmas, e sobretudo o modo como vivemos e impactamos em tudo e todos que nos rodeiam. Queremos um novo paradigma, e até lá queremos o direito de dizer não à mineração selvagem», frisou.





A luta não tem a ver com o meu quintal

Ainda antes, no dia 5 de Setembro, duas acções de movimentos diferentes que se batem contra o lítio na Serra d'Arga acabaram por se sobrepor. Uma sessão de esclarecimento em Moledo, organizada pelo Movimento sos Serra d'Arga e uma caminhada pública, obra de «um grupo de vizinhos da Serra d'Arga», participada por gente de várias proveniências. Pessoas deste mesmo movimento, perfeitamente inorgânico e avesso a institucionalizações, viriam mais tarde a marcar, para início de Novembro, uma acção de «reflorestação de um baldio de Dem com árvores autóctones e erradicação de espécies invasoras - háquea e acácia».

Para o dia 12 de Setembro, a associação Guardiões da Serra da Estrela convocou uma nova caminhada para dar a conhecer a «problemática da Mina da Argemela e impacto sobre o Rio Zêzere», com partida da aldeia de Barco, no concelho da Covilhã, «uma das localidades do Interior de Portugal que se encontram ameaçadas pela mineração a céu aberto». No cartaz de apelo à participação e no acto concreto pôde ver-se que os apoios chegam de todos os lados, das outras áreas sob ameaça. «Todos unidos procuram partilhar experiências e dar visibilidade a esta luta que não parará enquanto não conseguir dar voz às populações e pôr fim aos planos de mineração massiva que pretendem implantar na região de forma silenciosa», lia-se no texto de balanço que a associação Guardiões da Serra da Estrela publicou no seu Facebook.

Uma presença nos locais dos «outros» que já se vira em Boticas, na Serra da Estrela ou em Montalegre e que se repetiria nos finais de Setembro em mais uma caminhada, de novo na Serra d'Arga, onde ao passeio a pé se juntou um outro em bicicleta. E que se se deveria, de novo, repetir, no início de Outubro, para quando o Movimento Não às Minas – Montalegre convocava uma «acção de protesto contra as minas» para

a aldeia de Rebordelo, freguesia de Morgade, Montalegre. Infelizmente, um surto de coronavírus num lar do concelho fez com que as concentrações fossem desaconselhadas. Ainda assim, activistas locais estiveram presentes para, pelo menos, garantir a realização de uma reportagem para o canal de TV franco-alemão Arte.

Setembro não acabou sem que as primeiras etapas da Volta a Portugal em bicicleta não vissem, pela estrada fora, pessoas a segurar faixas contra as minas. E Outubro começou com a Associação Montalegre com Vida, «no âmbito da 3.ª alteração à 1.ª revisão do PDM de Montalegre e de acordo com o direito à participação», a solicitar que «devem ser retiradas do PDM de Montalegre todas as áreas de salvaguarda, classificadas como áreas potenciais de exploração de recursos geológicos».

A 9 de Outubro, o ministro do Ambiente e o Presidente da República foram ao Vidoeiro Gerês Camping (na estrada que liga a vila do Gerês à Portela do Homem) participar nas comemorações do 50º aniversário do Parque Nacional Peneda-Gerês. À sua espera tinham mais de uma dezena de pessoas, da Associação Montalegre com Vida e do Movimento sos Serra d'Arga, com faixas e vozes prontas para se fazerem ouvir. A cumprir a promessa de que demos conta em edições passadas do Jornal MAPA: «onde o governo for, nós estaremos lá!»

A luta vai aos gabinetes

Na proposta de Orçamento de Estado para 2021 a aposta na mineração veio, naturalmente, explícita. O Governo pretende lançar o concurso público para atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de lítio e minerais associados durante o ano de 2021. Dois dias após a apresentação dessa proposta, o governo fazia saber que o concurso do lítio avança até Setembro de 2021 e que – surpresa das surpresas! – inclui onze áreas e não as nove de que sempre se falou. Nesse mesmo dia, ou seja, a 14 de Outubro, ou seja, no dia em que decretava o Estado de Calamidade para todo o território português, o governo anunciava também a aprovação do Decreto-Lei que procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015 (que postula as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos). De acordo com o próprio João Galamba, o seu conteúdo definitivo (ou seja, que contém – ou não – as recomendações e críticas recolhidas em sede de consulta pública) só será tornado público «após a pronúncia do Presidente da República» (que o pode vetar ou promulgar). Ficou apenas a saber-se que «foram aceites todas as sugestões positivas» e que não foi tida em conta a intenção das autarquias de que os seus pareceres fossem vinculativos neste processo: «dar direito de veto aos municípios seria inconstitucional», afirmou Galamba. O Movimento sos Serra d'Arga, que tinha uma audiência com o ministro do Ambiente para dias depois, precisamente sobre esse DL, não conteve a sua indignação e pediu uma audiência urgente a Marcelo Rebelo de Sousa. O Movimento anunciou também que solicitaria «audiências a todos os grupos parlamentares, instando-os a usarem todos os instrumentos de fiscalização ao seu dispor, nomeadamente a fiscalização do decreto-lei de forma a corrigir eventuais deficiências e obrigar ao debate da matéria».

> «Todos unidos procuram (...) dar visibilidade a esta luta que não parará enquanto não conseguir dar voz às populações».

Apesar destas incursões «nacionais», a luta institucional que o Movimento sos Serra d'Arga tem levado a cabo desenrola-se sobretudo a nível local, numa tentativa de «obrigar» as autarquias a aderirem publicamente à oposição à mineração naquele local. Nesse sentido, nos finais de Outubro, o Movimento pediu uma reunião com o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho (AECT) que acabou por prometer «articular um posicionamento transfronteiriço conjunto» para proteger a Serra d'Arga de um eventual projecto de mineração: «Não existem fronteiras na protecção do ambiente em defesa de um património comum que é o rio Minho. Os problemas ambientais que afectam o rio Minho são comuns no Alto Minho português e ao Baixo Minho galego. Em cima da mesa está uma causa justa, porque a defesa da Serra d'Arga, em conjunto com os galegos, é a defesa do património comum do Vale do Minho», afirmou o director do AECT, Fernando Nogueira.

Apesar dos apelos da CE e das belas palavras governamentais sobre participação das comunidades, e sobretudo apesar do aparente apoio de alguma autarquias e outros poderes locais, as populações são, repetidamente, postas perante realidades definitivas sem que tenham sido sequer consultadas. Anunciar que o futuro será cheio de um diálogo que nunca existiu anteriormente não provoca qualquer sensação de segurança. Perceber que se torna pública a aprovação dum Decreto-Lei tão criticado no mesmo dia em que se implementa o Estado de Calamidade soa a encobrimento. Para que o assunto se mantenha na agenda mediática, para que as populações não relaxem e para que a pressão sobre os poderes se mantenha alta e comprometedora, as populações e os movimentos organizados tentam todos os caminhos possíveis. Ao percorrer os mais institucionais, apercebem-se que insegurança e desconfiança é tudo quanto conseguem sentir. E sabem que, no final, terão de ser eles a fazer frente ao ataques aos seus territórios.

Soberania rural

Em tempos de pós-pandemia auguram-se novos riscos para o meio rural. Se o nosso corpo não é mais do que uma parte de um corpo coletivo – o território –, sobre este corpo, quem toma as decisões?

GUSTAVO DUCH
TRADUÇÃO **AURORA SANTOS**[1]
ILUSTRAÇÃO FANZINE «SACA TUS SUCIAS MANOS DE MI PUEBLO», COLECTIVO ARTERRA

Antes da pandemia (a.P.) vivíamos ao pé de uma fogueira que a todas, em maior ou menor medida, nos provocava algum grau de queimaduras. Contudo, as classes governantes, inconscientes ou protegidas pelos seus privilégios - ou as duas coisas - nem sequer o fumo detetavam. Passaram pouco mais de três meses da explosão da COVID-19 e embora o incêndio ecossocial não possa ser mais evidente, estas classes não só não propõem nenhuma medida para o travar como ainda o alimentam, qual pirómanos, com as suas políticas e fundos de investimento. Isto sim, gera um verdadeiro estado de emergência.

Preocupa-me também o salto mortal que demos das décadas a.P. de predomínio de sentimentos de fobia rural e de desprezo pela Natureza para o oposto, o «*boom* rural». Nos últimos meses abundam os anúncios publicitários onde a estratégia de marketing passa por enaltecer as aldeias e as suas gentes; a imprensa convencional vai deixando espaço para a cultura rural, que agora está na moda; e, como seria de esperar, as grandes superfícies de supermercados já não só enchem prateleiras com produtos biológicos como também divulgam aos quatro ventos o seu compromisso de salvar a pequena agricultura e «o seu trabalho essencial». Será o rural um novo nicho de negócio? Que planos têm em mente os governos para «reativar a economia» dos espaços rurais?

Como advertiam algumas vozes, a construção do discurso da «Espanha vazia»[2] gerou um bom pretexto para justificar qualquer tipo de negócio, por mais prejudicial que seja. O argumento de repovoar os espaços rurais tem por exemplo permitido a expansão das grandes explorações intensivas de animais, ou a expansão desproporcionada de parques eólicos. O renovado interesse pela procura de espaços naturais, longe dos riscos epidémicos das grandes cidades, é um segundo fator que já começa a acentuar uma espécie de retorno ao rural que, sem o compromisso de fazer parte da sustentabilidade coletiva das aldeias, potencializa a especulação da terra cultivável e a especulação imobiliária nas aldeias. E isto torna ainda mais difícil a instalação de pessoas que de facto olham para o rural como lugar onde situar vidas sustentáveis a partir da relação com a terra e a sua fertilidade.

Com este cenário, o rural e o natural estão cada vez melhor cotados nas bolsas de valores. Aos abutres que procuram onde investir não lhes escapa que nesta época d.P. o mundo rural é muito atrativo em qualquer vitrine. «Vendemos aldeias abandonadas. Bom investimento para oferecer lugares onde viver e teletrabalhar com menos riscos de acabar doente», dirão os anúncios. «Incrível moradia à venda, protegida com segurança privada 24 horas e duas hortas delimitadas por cercas eletrificadas». «Terrenos por edificar numa rua alcatroada, sem cheiro a estrume». «Vendo 20 hectares de paisagens imaculadas. Muitas possibilidades»...

De facto, prestando um pouco de atenção, já detetámos esta nova tendência dos «refugiados pandémicos classe top». Nas mesas de algumas administrações está a ser discutido o projeto chamado «Maestrazgo-Els Ports» – promovido por um conjunto de entidades filantrópicas e fundos de investimento – que pretende reduzir 550.000 hectares dos conselhos do norte da Comunidade Valenciana, das Terres de l'Ebre e do Maestrazgo aragonês a um postal, a um parque temático do selvagem. Tal como explica uma série de reportagens[3] publicada por "La Directa", aos promotores não lhes treme a voz quando afirmam que com a reintrodução de espécies selvagens ou a renaturalização do território (leia-se expulsão do campesinato) se facilitará o transvase de capital das cidades para o campo, e surgirão oportunidades económicas nas comunidades rurais.

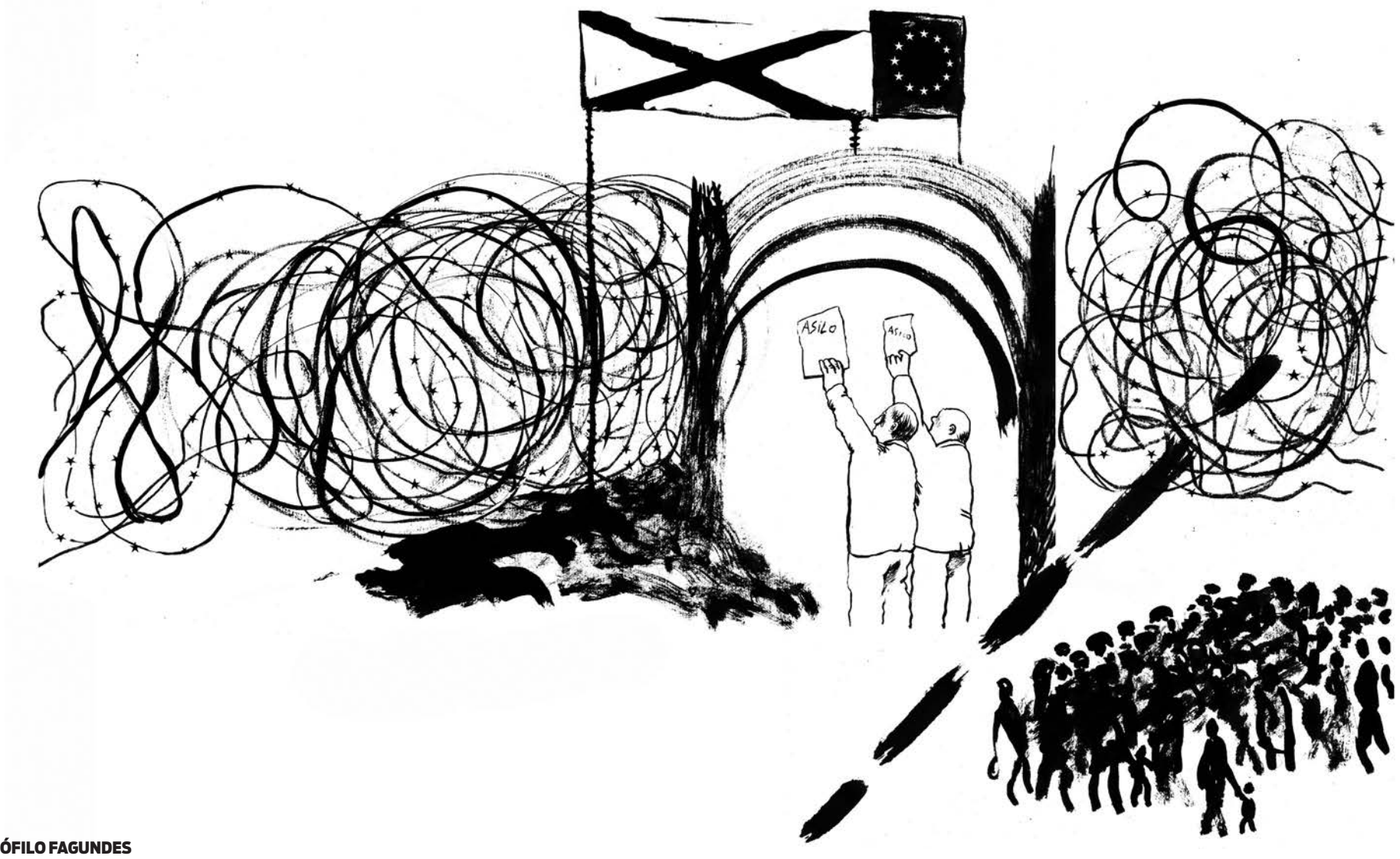
> «A construção do discurso da "Espanha vazia" gerou um bom pretexto para justificar qualquer tipo de negócio, por mais prejudicial que seja.»

Dá gosto ver como a sociedade em geral tem valorizado a liberdade não confinada e o poder viver ou ter acesso quotidiano aos espaços naturais. É também uma boa notícia observar como se tem dignificado o papel das pessoas produtoras de alimentos… mas não percamos de vista que os ingredientes para uma invasão neoliberal do rural estão servidos. É agora mais importante do que nunca apelar à soberania rural. Quem vive e mantém estes territórios é quem deve decidir sobre os mesmos. O Colectivo Arterra expressa-o bem com uma fanzine cujo título é suficientemente explícito: «Tira As Tuas Mãos Sujas Da Minha Terra»[4]. Como dizem elas, «em pé pela defesa da comunidade, tal como fazem os campanários das nossas aldeias».

NOTAS
1 Artigo originalmente publicado na revista Soberania Alimentaria (Espanha).
2 «Espanha vazia». Termo que faz referência à problemática do despovoamento dos territórios rurais do Estado espanhol. Também usado o termo «Espanha esvaziada», colocando-se o ênfase na responsabilidade política nesta problemática (N.T.)
3 https://bit.ly/3eUuwHS
4 https://bit.ly/35oQ641

A velhice do «Novo Pacto» para as migrações

O «Novo Pacto» para as migrações e o asilo não é, na realidade, assim tão novo. É, tão só, mais um passo da UE no caminho que nos continua a impedir de sonhar com um qualquer tipo de abordagem humana.



TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO JOSÉ SMITH VARGAS

Nos finais de Setembro, a Comissão Europeia (CE) publicou a sua proposta para o «Novo pacto em matéria de migração e asilo»[1]. Nesse documento, pode ler-se que «esta proposta (…) pretende substituir a actual Convenção de Dublin e relançar a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo através do estabelecimento dum enquadramento comum». O processo de aprovação será o normal, tendo ainda de haver discussões no Parlamento Europeu e no Conselho da Europa. De acordo com a própria CE, a proposta deverá ser adoptada em «*Q2 2021*», ou seja, pelos finais de Junho de 2021.

Um «novo começo»

O acordo dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE) quanto a uma abordagem comum à questão das migrações e do asilo não tem sido fácil. Ainda que nunca tenham discordado quanto às parcerias com países terceiros de forma a dificultar a chegada de migrantes às costas europeias, existe uma divisão muito profunda quanto à forma de partilhar a responsabilidade pelas pessoas, cuja grande maioria chega a Itália, Grécia ou Espanha.

Agora, numa conferência de imprensa em Bruxelas, no passado dia 23 de Setembro, a vice-presidente da CE, Margaritis Schinas anunciava a proposta chamando-lhe um «novo começo» e um «compromisso» construído de forma a permitir a aprovação de todos os Estados-membros. No entanto, as organizações da sociedade civil mais activas nesta área receberam a proposta da CE com cepticismo e desilusão, coincidindo na crítica à falsa «novidade» da abordagem apresentada.

A esse respeito, Eve Geddie, da Amnistia Internacional disse que «este pacto está, na verdade, desenhado para elevar os muros e fortalecer as vedações. Em vez de oferecer uma perspectiva nova que levasse segurança às pessoas, parece antes ser uma tentativa de recriar um sistema que tem vindo a fracassar há anos, com consequências terríveis». A ONG Mare Liberum, cujos barcos estão impedidos de navegar pelo governo alemão, afirmou que as propostas «podem ter sido escritas em papel novo, mas as ideias que estão por trás não são nada novas: a defesa das fronteiras europeias a qualquer custo; violência, tortura e morte». E a Refugee Rights Europe chama-lhe uma «exacerbação de fracassos passados com uma nova e brilhante embalagem».

Por seu lado, Judith Sunderland, da Human Rights Watch, disse ao jornal The New Humanitarian que «o pacto baseia-se no mesmo modelo de dissuasão que tem guiado a política da UE para a migração e o asilo, e o mesmo pensamento mágico sobre procedimentos fronteiriços rápidos e justos e repatriações expeditas que inspirou o manifestamente fracassado acordo UE-Turquia e a contenção de requerentes de asilo nas ilhas gregas». «[É] pouco provável que funcione», acrescentou Sunderland, «mas é muito provável que produza mais sofrimento».

> O discurso oficial há muito que se deixou de figuras de estilo e tem defendido, abertamente, uma política para requerentes de asilo e uma outra para os restantes migrantes.

Processos acelerados de triagem

Uma das ideias é um processo obrigatório de triagem nas fronteiras da UE, que teria lugar no espaço de 5 dias após a chegada do migrante ou requerente de asilo. O rastreio indicaria um de dois caminhos. Quem as autoridades fronteiriças acharem que tem possibilidades de receber asilo deveria esperar por uma decisão sobre qual Estado da UE seria responsável pelo seu requerimento, com base numa série de critérios, nomeadamente a existência de ligações familiares. Isto significaria uma mudança em relação à Convenção de Dublin, que estipula que os pedidos de asilo devem ser feitos no primeiro Estado da UE a que os migrantes chegam.

Por outro lado, quem se considerar que tem poucas hipóteses de ver o seu pedido de asilo atendido – de acordo com a proposta, quem vier de países com uma taxa de aceitação de pedidos de asilo inferior a 20% - é considerado *a priori* como não merecedor de um processo normal para o seu pedido de asilo e é encaminhado para um processo fronteiriço acelerado que decidirá sobre o seu pedido num máximo de 12 semanas. No caso de ser rejeitado, será devolvido ao país de origem.

Para além de ser pouco provável que este tipo de prazos venham alguma vez a ser cumpridos, a história mostra que, cada vez que se tentou implementar algum tipo de «processo acelerado», as taxas de rejeição aumentaram, assim como as questões sobre a justiça das decisões e a (im)possibilidade de os requerentes recorrerem ou terem sequer acesso a ajuda legal.

De novo as palavras da Refugee Rights Europe: «As disposições sobre "verificações preliminares de vulnerabilidade" como parte de processo de triagem são totalmente inadequadas. Os guardas fronteiriços devem aferir "sempre que seja relevante" se há pessoas com vulnerabilidades. Apesar dos protestos da sociedade civil sobre análises de vulnerabilidade deficientes, (...), o Novo Pacto não faz nada para rectificar essas lacunas. Estas disposições irão certamente provocar uma sistemática não-identificação de grupos vulneráveis, sobreviventes de tráfico e tortura (…). Apressar o regresso desses grupos, com base no facto de serem originários de "países seguros" (…), irá certamente levar a uma crescente "repulsão" ilegal, colocando gente vulnerável em risco de tortura, perseguição e mesmo morte». Note-se que a CE não fala em rever a definição de «país seguro», onde ainda parece caber, por exemplo, a Líbia.

> Cada vez que se tentou implementar algum tipo de «processo acelerado», as taxas de rejeição aumentaram, assim como as questões sobre a justiça das decisões.

«Este Pacto não fará nada para aliviar o sofrimento de milhares de pessoas presas em campos nas ilhas gregas ou em centros de detenção líbios.»

Partilha de responsabilidade

O Pacto também tenta resolver o problema da partilha de responsabilidades, propondo um sistema de solidariedade obrigatória que é, no mínimo, controverso. As tentativas anteriores baseavam-se na criação duma quota de requerentes de asilo que os vários Estados-membros seriam forçados a receber, para retirar pressão dos Estados que se situem nas fronteiras externas da UE mais procuradas pelas rotas de migração. Agora, a nova proposta estipula que os Estados-membros podem escolher uma de duas formas de solidariedade: aceitar alojar pessoas que se considere que têm possibilidades de receber asilo; ou «patrocinar» o envio de pessoas a quem tenha sido negado o pedido de asilo de volta para os seus países de origem.

A Alarm Phone, que opera uma linha telefónica de emergência para gente em perigo no Mediterrâneo ou no Mar Egeu, reagiu dizendo que «a Europa define solidariedade como "patrocínio das repatriações", que irá fortalecer as colaborações europeias para deportar pessoas que procuram viver em paz na Europa. Nós definimos solidariedade como estar ao lado daqueles que a Europa quer deter, deportar ou abafar».

Não se sabe bem como é que a CE pretende impor este mecanismo de solidariedade flexível, nem como funcionará na prática. Também não é claro o que acontece se todos os Estados-membros da UE decidirem «patrocinar» repatriações em detrimento de alojamento, uma questão que não obteve resposta durante a cerimónia de apresentação do Pacto, apesar da insistência dos jornalistas.

A Comissária Europeia dos Assuntos Internos, Ylva Johansson, afirmou que não haverá «novos Morias», numa referência ao sobrelotado campo de refugiados da ilha grega de Lesbos que ardeu por completo em Setembro passado. Podemos ficar assim tão seguros? O Pacto alude à possibilidade de haver Estados-membros que alojem pessoas longe das fronteiras externas da UE, mantendo o recurso a centros de detenção e privação de liberdade. Muita gente ficará presa durante meses (ou anos) num qualquer tipo de instalações. Não se percebe bem em é que isto difere da actual abordagem dos *hotspots*. Haverá novas áreas de detenção completamente lotadas e muitos novos Morias com pessoas deslocadas em condições miseráveis.

Mais do mesmo

Apesar da retórica, cada novo passo da UE na questão das migrações e asilo nos afasta mais de qualquer sinal de esperança quanto a uma abordagem humana. Na sua forma actual, este Pacto tem o potencial de replicar e exacerbar o sofrimento de pessoas deslocadas. Uma abordagem desfocada pela miopia do olhar: a CE não compreende que as mulheres, os homens e as crianças que fogem dos seus lares e procuram a Europa não se deterão pela perspectiva de se afogarem, de serem detidas à chegada ou de serem deportadas rapidamente. Estas pessoas migram porque tudo parece ser mais seguro do que ficar onde estão.

«Este pacto está, na verdade, desenhado para elevar os muros e fortalecer as vedações.»

De novo, as palavras de Eve Geddie: «este Pacto não fará nada para aliviar o sofrimento de milhares de pessoas presas em campos nas ilhas gregas ou em centros de detenção líbios. Nem fornecerá o apoio necessário aos países onde chegam em primeiro lugar as pessoas que procuram segurança.» (…) «Ainda que o compromisso de vigiar os abusos nas fronteiras seja bem-vindo, isto não compensa o facto de que o Pacto faz da detenção a norma e que se baseia na dissuasão, no confinamento em campos e na cooperação com governos abusivos». Tudo isto se torna mais notório quando, no Pacto, como bem nota a The Civil Fleet, «não há nenhuma menção sobre o estabelecimento de uma missão de busca e salvamento no Mediterrâneo».

Há, de facto, essa proposta dum mecanismo que controle os abusos nas fronteiras. No entanto, a tarefa de os implementar e de garantir uma investigação satisfatória é colocada nos ombros dos próprios Estados-membros, o que é, no mínimo, paradoxal, uma vez que esta ideia surge como tentativa de rectificar as sistemáticas violações levadas a cabo por esses mesmos Estados ao longo dos anos. As exigências para que este controlo seja feito em coordenação com a sociedade civil, ONG e organizações de defesa dos direitos humanos caiu, de novo, em saco roto.

Migrantes descartáveis

O discurso oficial há muito que se deixou de figuras de estilo e tem defendido, abertamente, uma política para requerentes de asilo e uma outra para os restantes migrantes. Os primeiros seriam aceites, ou não, em função da sua situação enquanto foragidos dum Estado onde são perseguidos; os segundos seriam aceites, ou não, em função da sua utilidade económica. Esta base mantém-se no actual Pacto e é mesmo aprofundada. As palavras «migrantes» e «refugiados» começam a desaparecer do léxico. E é preocupante apercebermo-nos de que grande parte dos próprios críticos deste tipo de abordagem e desta proposta de legislação em concreto centram as suas objecções nas questões dos «requerentes de asilo».

Toda a gente deixou de falar de «migrantes». Trata-se, claro, de reagir a uma proposta que limita a questão das migrações ao asilo. Nesse sentido, o aparente abandono, por parte das ONG, do quadro geral pode ser apenas conjuntural. Se não o for, ou seja, se toda a discussão se situar nos termos definidos pela UE, então ela e o seu arame farpado conseguiram, de facto, limitar a discussão ao que é mais gritante, desvalorizando o resto dos migrantes até à descartibilidade. O que é especialmente grave no caso das migrações que têm a Europa como destino, onde os requerentes de asilo serão uma minoria quando comparados com o número de pessoas que, pura e simplesmente, tenta chegar a um local onde a vida pareça mais viável do que nas suas terras natais. Gente que foge de fomes e guerras, de secas e pragas, e que procura na Europa, mais do que um refúgio político, um abrigo contra contrariedades insuperáveis.

NOTAS

1 https://tinyurl.com/y4gy6r4e

Autodefesa sanitária na comunidade de Paraisópolis

ERICK CORRÊA
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**

A favela de Paraisópolis é exemplo, em matéria de mitigação do coronavírus, de como o sucesso depende das práticas de base comunitária. Mas a pandemia apenas deu visibilidade a um trabalho de muitos anos na comunidade, pondo em evidência como as populações periféricas falam e agem por si mesmas, ao mesmo tempo que nutrem um ceticismo potencialmente emancipatório em relação à tecnocracia do Estado e seus representantes partidários: seja a herança de Lula e Dilma, sejam os fascismos neopentecostais de Bolsonaro, sejam os novos gestores das favelas sempre hábeis em manipular a desesperança destas camadas em favor de seus próprios interesses.

"Não existe «novo normal», mas apenas uma forma de maquilhar o genocídio da população periférica" [1]

Há no Brasil um discurso que associa a propagação de doenças epidémicas às favelas e zonas periféricas das médias e grandes cidades do país. Esse discurso é sustentado a partir de boletins epidemiológicos e mapas produzidos por órgãos oficiais do Estado que apresentam uma abordagem genérica, a qual muitas vezes oculta realidades específicas da malha urbana. Em tempos de crise, tais instrumentos alimentam o estigma de que territórios marginalizados constituem focos de risco à saúde e à segurança pública.

Todavia, no dia 23 de junho 2020, um estudo realizado pelo Instituto Pólis (organização da sociedade civil com sede em São Paulo voltada para a garantia do direito à cidade) apresentou um importante contraponto a esse discurso. Intitulado «A pandemia das desigualdades», destaca o caso da favela de Paraisópolis, que no dia 18 de maio apresentava uma taxa de mortalidade pela Covid-19 de 21,7 pessoas por cada 100 mil habitantes, um índice abaixo da média municipal de 56,2.

A partir de então, especialistas em saúde pública reconheceram, nas práticas de autodefesa sanitária implementadas por suas moradoras, moradores e organizações de base comunitária, um exemplo avançado em matéria de mitigação da doença. Rapidamente, veículos de imprensa nacionais e internacionais, do Jornal Nexo ao The Washington Post, noticiaram os resultados positivos atingidos por essa comunidade no combate ao coronavírus.

"O vírus é democrático, mas a gente vive num país que não é"

Quando se fala num país de dimensão continental como o Brasil, é necessário considerar sua realidade complexa e heterogénea, evidenciada nas múltiplas diferenças culturais e desigualdades socioeconómicas que se manifestam no interior de suas fronteiras. Além disso, trata-se de um país da «periferia do sistema capitalista». Por essa razão, não se pode perder de horizonte que Paraisópolis integra somente uma parcela da vasta teia de territórios favelizados e zonas periféricas existentes no país. Só na capital do estado de São Paulo, por exemplo, há cerca de dois milhões de pessoas a morar nessas áreas. É, portanto, necessário compreender as peculiaridades das favelas brasileiras para reconhecer que, de modo geral, estão situadas na «periferia da periferia do sistema», tanto em termos geográficos quanto económicos.

Localizada na zona sul de São Paulo e cravada no entorno do Morumbi, um dos bairros mais ricos da cidade, Paraisópolis é a segunda maior favela da capital paulista. Com cerca de cem mil habitantes, possui mais densidade populacional do que a maioria dos municípios brasileiros, além de uma região central própria, circundada por setores onde as condições de vida e urbanização são mais irregulares e precárias. A partir da década de 1950, o território onde hoje a favela está inserida foi progressivamente ocupado por trabalhadores oriundos da região nordeste do país e empregados no setor da construção civil, como por exemplo na edificação do estádio do São Paulo Futebol Clube.

Ao longo das últimas décadas, Paraisópolis tem sido foco de atuação de dezenas de organizações comunitárias, entre associações de moradoras e moradores, cursinhos populares, cooperativas de geração de rendimentos (por exemplo de cozinheiras e costureiras) e grupos de defesa dos direitos das mulheres, que atuam em cooperação com entidades da sociedade civil, empresas privadas e organismos do Estado. Assim, a pandemia do coronavírus apenas intensificou e deu visibilidade a um trabalho de base que já se vem realizando há muitos anos na comunidade e que agora passou a ser canalizado para ações de autodefesa sanitária.

"Nós por nós"

Entre as ações surgidas durante o estado de emergência sanitário, destaca-se a criação das «presidentes de rua», formadas por voluntárias e voluntários entre 18 e 40 anos, na sua maioria mulheres jovens e desempregadas. Elas atuam na mediação entre as famílias e o G-10 das Favelas, uma estrutura responsável pela coordenação estratégica das ações. Cada presidente de rua trabalha com cerca de cinquenta famílias, alcançando-se cerca de duas mil e quinhentas, entre vinte e um mil domicílios. Entre as presidentes e o G-10 existe uma

equipa de administração que, formada por voluntárias e voluntários entre 20 e 36 anos, realizou um mapeamento dos pontos de intervenção mais urgentes na comunidade, através da realização de entrevistas e recolha de dados junto das famílias. A partir do levantamento destes dados, as presidentes de rua realizaram diversas ações de sensibilização, envolvendo inquéritos de opinião e um importante trabalho de comunicação que inclui: o diálogo quotidiano e direto com as moradoras e moradores; o uso de carros de som, que informam sobre a importância do uso de máscaras e do isolamento social; e a utilização das redes sociais e do WhatsApp para combater a proliferação de notícias falsas sobre o vírus. As presidentes de rua também capacitaram duzentas e quarenta pessoas para atuarem como «brigadistas» e, em parceria com os bombeiros, construíram sessenta bases de Atendimento Emergencial. Os esforços desta rede de autoproteção envolveram ainda a contratação de uma ambulância que atua exclusivamente na região, 24 horas por dia, e a construção de uma Base de Apoio, para onde são direcionadas as pessoas sintomáticas.

Algumas destas organizações e associações comunitárias procuram manter um diálogo permanente com setores do Estado, como as Unidades Básicas de Saúde e a Universidade de São Paulo, na tentativa de garantir o acesso a testes e à desinfeção de máscaras. Cooperativas de costureiras locais, que antes confecionavam "carteiras ecológicas" a partir da reciclagem de tecidos usados, voltaram-se para a produção de máscaras, em parte vendidas a empresas, gerando rendimentos, e em parte distribuídas gratuitamente na própria comunidade. Cooperativas de cozinheiras produziram, desde o início da pandemia, milhares de refeições destinadas a combater o avanço da fome gerado pelo aumento repentino do número de pessoas desempregadas. Este número, já bastante elevado antes mesmo de serem decretadas as medidas de isolamento social, aumentou de forma exponencial após o despedimento de muitas «mulheres chefes de família» que trabalhavam na limpeza de condomínios, empresas e apartamentos dos bairros vizinhos, como o Morumbi. Em virtude disto, a Central Única das Favelas (CUFA), entidade da sociedade civil com sede no Rio de Janeiro, organizou um programa temporário de auxílio financeiro chamado Mães da Favela, um fundo solidário que conta como apoio institucional da Unesco e que concede apoios às mães solteiras de Paraisópolis.

> É necessário compreender as peculiaridades das favelas brasileiras para reconhecer que, de modo geral, estão situadas na «periferia da periferia do sistema», tanto em termos geográficos quanto económicos.

Para além deste conjunto de ações, existe um esforço da comunidade em pressionar o Estado para que este assuma a sua responsabilidade institucional no fomento de políticas sociais que alcancem as periferias. Em maio, por exemplo, o G-10 organizou um protesto frente ao Palácio dos Bandeirantes (a sede do governo do estado de São Paulo) que reuniu cerca de quinhentas moradoras e moradores da favela que empunhavam cartazes onde que se lia, por exemplo, «governo lento mata o povo».

Têm sido usados termos como «autogestão periférica e autogestão sanitária» para designar essas práticas solidárias de autocuidado. Porém, o que aqui chamamos de autodefesa sanitária, muito embora permita entrever uma extensão das práticas de autogestão, não se confunde com elas. Em si mesmas, por exemplo, a confeção e distribuição de máscaras e refeições, essenciais para a garantia de uma autodefesa imunológica mínima da comunidade contra a contaminação pelo vírus, não consegue suprir as históricas necessidades de água e saneamento, que cumpririam uma importante função no controle da Covid-19. Em Paraisópolis, a água não chega às torneiras das casas a partir das oito horas da noite, e cerca de seis mil pessoas moram sobre o riacho que atravessa a região. Por esses e outros motivos, o lema «nós por nós», pronunciado com frequência pelas jovens moradoras e moradores da favela, representa por enquanto mais um «grito de socorro» do que um «grito de liberdade».

"Os governantes estão no mundo da lua"

O desamparo causado pela histórica e sistemática demissão do Estado da sua função de garantir proteção básica às populações periféricas, deu o flanco a intervenções assistencialistas do narcotráfico e das igrejas pentecostais e neopentecostais, que se demonstraram hábeis em manipular a desesperança destas camadas em favor de seus próprios interesses. Este terreno tem sido, em parte, disputado por atividades de «autoconsciencialização» realizadas por coletivos e associações artísticas e culturais surgidas dentro das próprias comunidades. Tais coletividades são, em certa medida, responsáveis pelo elevado grau de consciencialização demonstrado pelas jovens lideranças locais que assumiram o protagonismo da autodefesa sanitária, não só em Paraisópolis como também em outras favelas brasileiras.

O papel hoje desempenhado por tantas organizações comunitárias nas periferias do país guarda uma relativa analogia com aquele desenvolvido por alguns sectores da extrema-esquerda que sobreviveram à repressão da ditadura militar durante os anos 1970. Na década de 1980, ao se distanciarem da luta armada, estes sectores desenvolveram, ao lado de frações progressistas da igreja católica, um importante trabalho de base nas zonas periféricas de São Paulo, o qual ocuparia um lugar decisivo, tanto no processo de redemocratização do Estado, quanto na constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). Mais tarde, esse vínculo do partido com as bases populares tornar-se-ia um fator determinante nas vitórias eleitorais dos anos 2000-2010, após o predomínio do neoliberalismo na década de 1990.

Entretanto, desde o primeiro governo Lula, a crescente burocratização do PT seria simultaneamente acompanhada por uma cooptação das suas bases originárias, efetuada através das novas tecnologias de «participação popular» criadas pelo partido no interior do aparelho estatal. A constituição de «conselhos gestores» que incluem representantes da sociedade civil e que intervêm em diferentes áreas – como a elaboração e controlo do orçamento público ao nível municipal, e a instituição de políticas dirigidas aos afrodescendentes, mulheres, jovens, idosos e LGBT's a nível nacional – funcionou como um elemento de afrouxamento dos conflitos sociais. Contudo, esses «conselhos» jamais foram instrumentos criados desde baixo, a partir da auto-organização popular, mas sempre instituídos desde cima, por governos municipais e estatais alinhados com a política do governo federal e, portanto, de forma essencialmente hetero-organizativa. Não se tratou, neste caso, de um simples «abandono» das bases pelo PT, mas de um sofisticado processo de «recuperação»[2], através do qual as lideranças comunitárias mais combativas seriam afastadas das lutas e atraídas para a gestão de políticas públicas.

A experiência em curso na comunidade de Paraisópolis evidencia que as populações periféricas falam e agem por si mesmas, enquanto nutrem um ceticismo potencialmente emancipatório em relação à tecnocracia do Estado e seus representantes partidários.

Soma-se a isto o facto de que os principais organismos de representação das lutas operárias, camponesas e estudantis, como a Central Única dos Trabalhadores, maior central sindical brasileira; o Movimento dos Sem Terra, maior movimento de luta pela reforma agrária do país e a União Nacional dos Estudantes, maior entidade do sindicalismo estudantil no Brasil, se mantiveram sob a hegemonia do PT e seus partidos aliados durante os governos Lula e Dilma, não oferecendo portanto qualquer oposição às suas políticas trabalhistas, agrárias e educacionais. Este longo processo levaria o rapper Mano Brown (dos Racionais Mc's, um dos grupos mais importantes do país) a declarar, na presença de Fernando Haddad (candidato do PT à presidência nas eleições de 2018, derrotado por Jair Bolsonaro), durante um comício organizado pelo partido na última eleição presidencial: "se somos o Partido dos Trabalhadores, precisamos entender o que o povo quer. Se não sabe, volta prá base e vai procurar saber".

Assim, o «impeachment» de Dilma Rousseff, em 2016, e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, não foram inseparáveis da política petista de conciliação: negociada, por um lado, com as forças económicas do capital nos limites do aparelho de Estado e, por outro, de integração controlada das bases aos mecanismos de sua gestão. No plano político-partidário, a aliança estabelecida pelo progressismo petista com o conservadorismo peemedebista[3] que Lula e Dilma justificavam como um compromisso necessário, terminaria com a sua substituição pela aliança entre militares e o milicianismo-bolsonarista. Sob o disfarce ideológico do discurso anticorrupção, a extrema-direita antidemocrática apenas surfou a onda do antipetismo originada no campo da própria social-democracia, isto é, entre os antigos aliados conservadores do petismo.

Deste modo, a explosão desencadeada em junho de 2013 pelos protestos contra o aumento das tarifas do transporte urbano, e que se arrastaria até as jornadas anticopa de 2014[4], não foi o ponto de viragem histórico do "grande retrocesso" brasileiro, como querem fazer acreditar os ideólogos petistas. O progressismo petista não quer nem pode admitir que os marcos históricos de 2013, 2016 e 2018 não constituem qualquer anomalia ou regressão no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas apenas o resultado lógico da sua «gestão».

Portanto, a experiência em curso na comunidade de Paraisópolis evidencia que as populações periféricas falam e agem por si mesmas, enquanto nutrem um ceticismo potencialmente emancipatório em relação à tecnocracia do Estado e seus representantes partidários. Um ceticismo muito distante do velho ressentimento que agita as camadas médias fascizadas e seus delírios de ascensão social num sistema-mundo arruinado. A clareza de propósitos demonstrada pelas suas lideranças comunitárias, advinda da experiência direta e quotidiana com a realidade nos seus contornos materiais mais precários, contrasta radicalmente com a demagogia e o obscurantismo demonstrados pela maioria dos dirigentes partidários e sindicais, que pretendem enquadrar as suas demandas e representar os seus interesses. As presidentes de rua têm-se demonstrado atentas às tentativas oportunistas dos partidos em recuperar suas energias mobilizadoras para o campo das disputas eleitorais, algo que há muito tempo comprovaram pertencer mais ao âmbito dos problemas que das soluções.

Por outro lado, sabe-se que algumas das estruturas «da sociedade civil» com ação em Paraisópolis não são organizações isentas de fins lucrativos e políticos. Pelo contrário. No caso da CUFA, por exemplo, os seus fundadores são também detentores da chamada Favela Holding, que reúne cerca de vinte empresas voltadas para o mercado interno das favelas brasileiras, além de estarem ligados à criação de uma nova sigla partidária, a Frente Favela Brasil. Alicerçada numa "ideologia favelista", o seu programa proclama ter em vista uma «sociedade mais justa e igualitária, onde negros e favelados serão os protagonistas das disputas pelos espaços de poder». Sem entrar na análise de tal programa, cabe aqui um questionamento: é possível alcançar tal sociedade por meio de uma substituição de suas elites dirigentes que, ao legitimarem os "espaços de poder" por ela criados, se limitam a perpetuar as estruturas de dominação política e de exploração económica que garantem a sua própria reprodução?

De modo semelhante, o G-10 das Favelas define como objetivo «tornar as comunidades grandes polos de negócios, atrativos para investimentos, de forma a transformar a exclusão em *startups* e empreendimentos de impacto social». Está claro, portanto, que as condições de recuperação, pelos poderes económico e estatal, das atuais dinâmicas auto-organizativas desenvolvidas pelas populações periféricas já se encontram estabelecidas nas favelas. A sua efetivação, porém, depende de fatores ainda em disputa e cujo desfecho, a longo prazo, não há como prever.

Por agora, o que as ações solidárias de autodefesa sanitária de Paraisópolis revelam de essencial é o aspeto positivo da profunda crise de representatividade observada nas velhas estruturas de poder das democracias de tipo parlamentar. Estas ações são complementares à rejeição da política partidária por setores cada vez mais amplos da população, que se exprime nos crescentes índices de abstenção eleitoral. Constituem, nesse sentido, mais um sintoma de que o formato de partido, exclusivamente voltado para a sua própria reprodução no campo do poder político e para o seu vínculo arcaico com as forças do poder económico, atingiu o seu limite histórico enquanto instrumento de emancipação social.

A comunidade de Paraisópolis vem ativamente demonstrando que «a emancipação das populações periféricas será obra das próprias populações periféricas».

NOTAS

1 As frases entre aspas, que subdividem o presente texto, foram extraídas da fala de moradoras de Paraisópolis que atuam como lideranças comunitárias em coletivos, associações e cooperativas locais, a partir de um diálogo promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

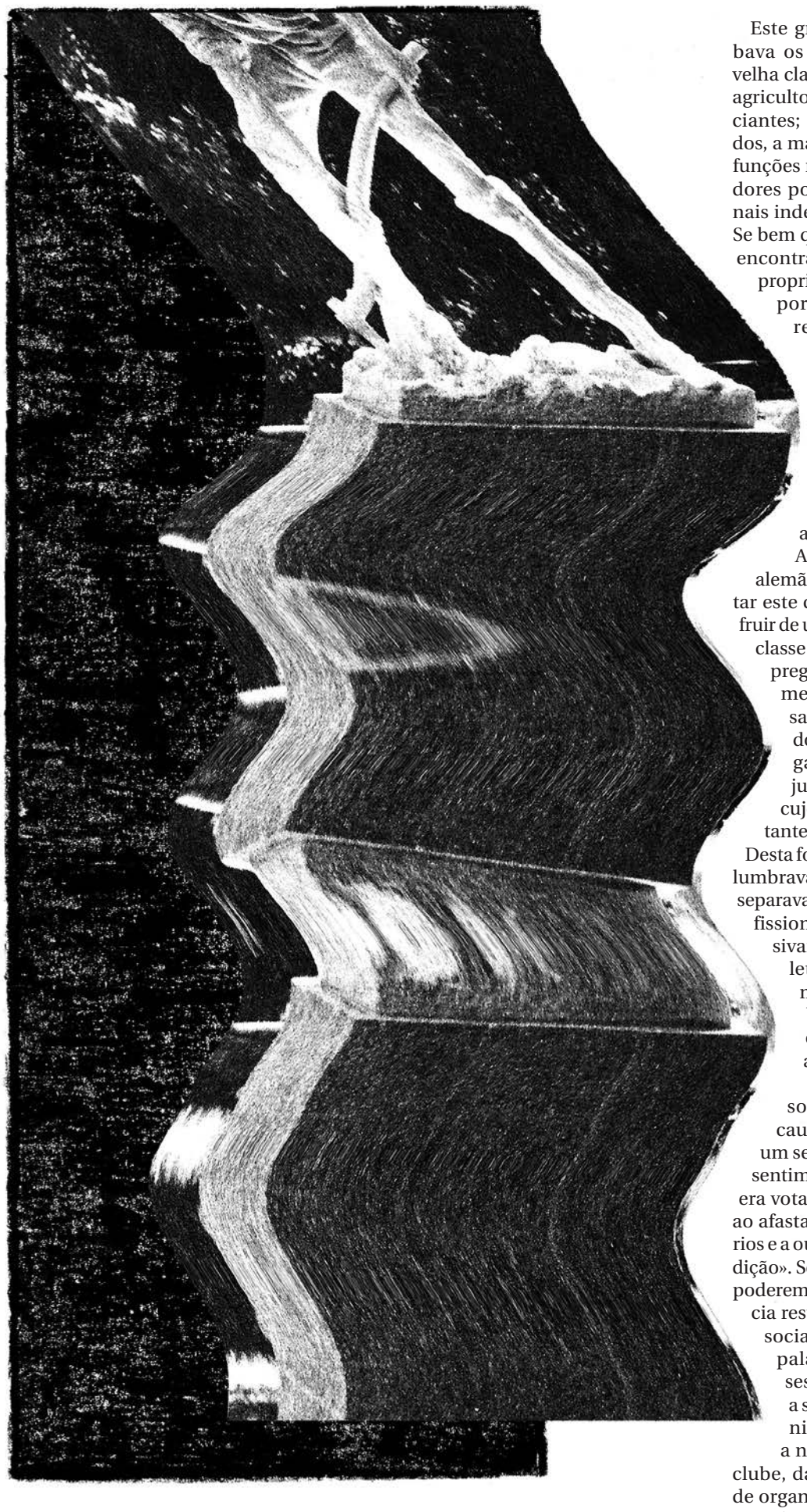
2 O PT venceu quatro eleições presidenciais consecutivas. Exerceu o poder Executivo federal nos mandatos de Lula (2003-2006; 2007-2010) e de Dilma (2011-2014; 2015-2016).

3 Relativo ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Em 2018, o partido retomou a sua sigla original, MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

4 Em 2013, na cidade de São Paulo, os primeiros protestos foram organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), de orientação autonomista. E em 2014, múltiplos atores protestaram contra as medidas de exceção decretadas pelo governo de Dilma em favor da FIFA, instituição de interesse privado organizadora da Copa do Mundo de Futebol. Os manifestantes foram duramente reprimidos pelas forças policiais das cidades que sediaram os jogos do evento, especialmente em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Fortaleza (CE).

(Pós)fascismo, trabalho e precariedade – Parte I

ZNM
ILUSTRAÇÃO **CATARINA SANTOS**



Nas últimas eleições legislativas, realizadas em 2019, 67 826 pessoas votaram no Chega, garantindo desta forma a entrada no parlamento de um tipo de nacionalismo pós-fascista, acabando assim com a tão famigerada imunidade do país em relação a estas tendências. O objetivo deste artigo não reside na análise das implicações desta mudança no campo político-parlamentar, constituindo antes um ensaio em torno da relação entre este tipo de ideologia e a questão do trabalho, mais propriamente da precariedade e do seu aumento entre os trabalhadores.

Ao contrário do retrato típico do eleitor destes partidos – homem, jovem, não qualificado, operário, desempregado ou pequeno empresário –, a base de apoio do Chega, a avaliar por algumas sondagens recentemente publicadas, inclui mulheres, pessoas entre os 25 e os 44 anos e trabalhadores com níveis de instrução equivalentes ou superiores ao ensino secundário. O novo partido recolhe igualmente apoio junto de pequenos comerciantes, empresários e empregados de escritório[1]. O Chega parece assim obter maiores intenções de voto entre os «colarinhos-brancos», não tanto entre os «colarinhos-azuis», em relação aos quais recolhe apenas 10% das preferências. Estes dados vêm assim colocar em causa um tipo de argumentação mais simplista (e até classista) que atribui a adesão aos populismos pós-fascistas a uma baixa escolaridade e à suposta ausência de ferramentas críticas passíveis de desconstruir os seus discursos. Inclusivamente, este tipo de fenómeno não é inédito na história dos fascismos.

> Sem quererem ser operários e sem poderem ser burgueses, muito pouco parecia restar aos elementos desta camada social, falida e sem horizontes.

Os «colarinhos-brancos» e o nazismo

O estabelecimento de uma comparação do eleitorado do Chega com a base de apoio do nacional-socialismo alemão não parte de uma equiparação das forças em causa, nem das condições económicas, sociais e políticas responsáveis pela sua emergência e consolidação. Não só a história não se repete, como a Alemanha da primeira metade do século XX, marcada pela derrota na I Guerra Mundial, pouco tem que ver com a sociedade portuguesa (ou qualquer outra sociedade europeia) dos dias de hoje: basta, por exemplo, pensar no nível de militarização da primeira e na cada vez menor influência desta instituição na segunda. Todavia, existem pontos em comum cujo destaque, a nosso ver, poderá ajudar a uma interpretação do fenómeno em causa.

Poucos dias volvidos das eleições legislativas que viriam a alterar a composição do Reichstag a favor dos nazis, o sociólogo Theodor Geiger publicaria o artigo «Pânico na classe média». Neste, segundo a descrição realizada por Sergio Bologna, o autor identificava na opção pelo Partido Nacional-Socialista um conjunto de temores: «Medo de vir a ter uma consideração menor, medo de perder o prestígio social, por parte de todos: funcionários públicos, filhos de trabalhadores autónomos, empregados de oficina, filhos de operários, trabalhadores autónomos sujeitos a uma mobilidade descendente de classe, militares. » [2]

Este grupo social heterogéneo englobava os segmentos remanescentes da velha classe média alemã, composta por agricultores, artesãos e pequenos comerciantes; os novos empregados assalariados, a maior parte dos quais a exercerem funções no setor dos serviços; e trabalhadores por conta própria e/ou profissionais independentes (os «proletaroides»). Se bem que os meios de produção não se encontravam na sua posse – no caso de proprietários, essa condição pautava-se por uma dependência factual em relação a empresas de maior dimensão –, em geral, auferiam melhores condições contratuais e salariais do que os operários fabris, permitindo-lhes um estilo de vida e estatuto social que, por vezes, pouco se distinguia do auferido pelo patrão, com o qual chegavam a privar.

A crise originada pela derrota alemã na I Guerra Mundial viria a devastar este cenário. Educada para vir a usufruir de uma condição social superior, esta classe vê-se confrontada com o desemprego ou com a diminuição de rendimentos. Ao mesmo tempo, a incessante racionalização instrumental do trabalho não poupava os empregados, envolvendo-os num conjunto de funções pré-determinadas, cujo cumprimento implicava a constante adaptação da pessoa à máquina. Desta forma, os «colarinhos-brancos» vislumbravam em si próprios o abismo que separava as suas expectativas sociais e profissionais da realidade, assistindo passivamente à sua aproximação a proletários: sem grande margem de manobra na execução do seu trabalho, sujeitos a baixos salários e incapazes de preverem o dia de amanhã.

A classe média, na análise do sociólogo alemão Siegfried Kracauer, era «em termos conceptuais, um sem-abrigo»[3]. A indignação e o ressentimento face à proletarização a que era votada conduziam, paradoxalmente, ao afastamento relativamente aos operários e a outros trabalhadores «de baixa condição». Sem quererem ser operários e sem poderem ser burgueses, muito pouco parecia restar aos elementos desta camada social, falida e sem horizontes. Nas palavras de Kracauer, «estas classes são incapazes de experimentar a sua solidariedade com uma comunidade alargada, com o *Volk* ou a nação, por meio do sindicato, do clube, da classe ou qualquer outro tipo de organização. Elas apenas conseguem experimentar esta solidariedade através de um ideal, de um mito» [4]. Tanto ontem como hoje, esta constitui uma das principais bases do discurso (pós-)fascista.

NOTAS

1 Magalhães, Pedro (2019). «Quem quer votar no Chega?». Disponível em https://bit.ly/3pjEYgG.

2 Bologna, Sergio (2018), *The Rise of the European Self-Employed Workforce*, Milão: Mimesis International, p. 52

3 Kracauer, Siegried (1995). *The Mass Ornament: Weimar essays*. Cambridge: Harvard University Press, p. 123.

4 *Idem*, p. 111.

A Decomposição Irreversível da Cidade

Centro financeiro de La Défense, Paris, 2009 (Joan Villaplana)

PEDRO DUARTE
BLOG "L'OBÉISSANCE EST MORTE"

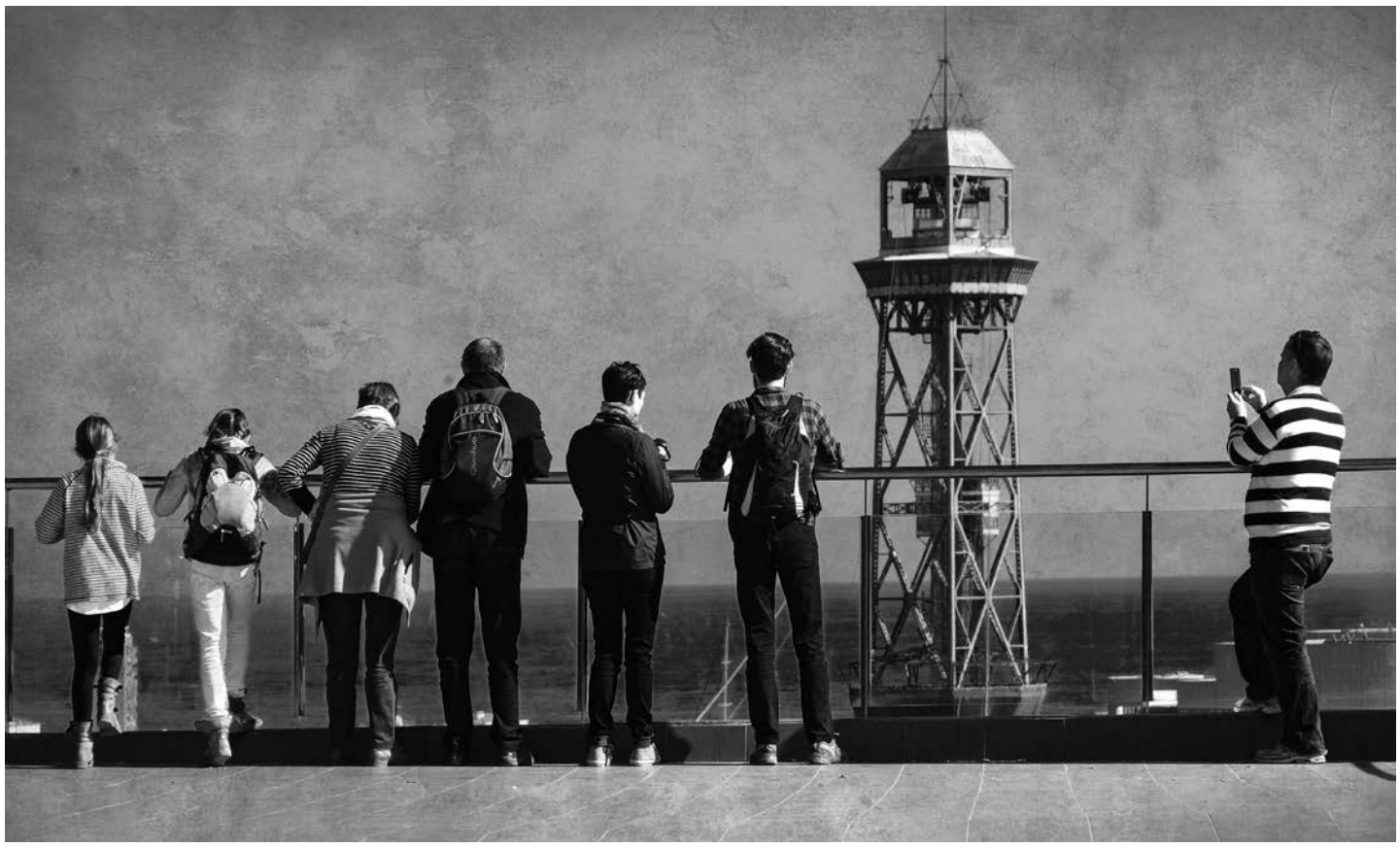
«A rua está morta. Esta descoberta coincidiu com tentativas frenéticas para que ela seja ressuscitada.»
REM KOOLHAAS

Enquanto a metrópole se espalha indefinidamente...

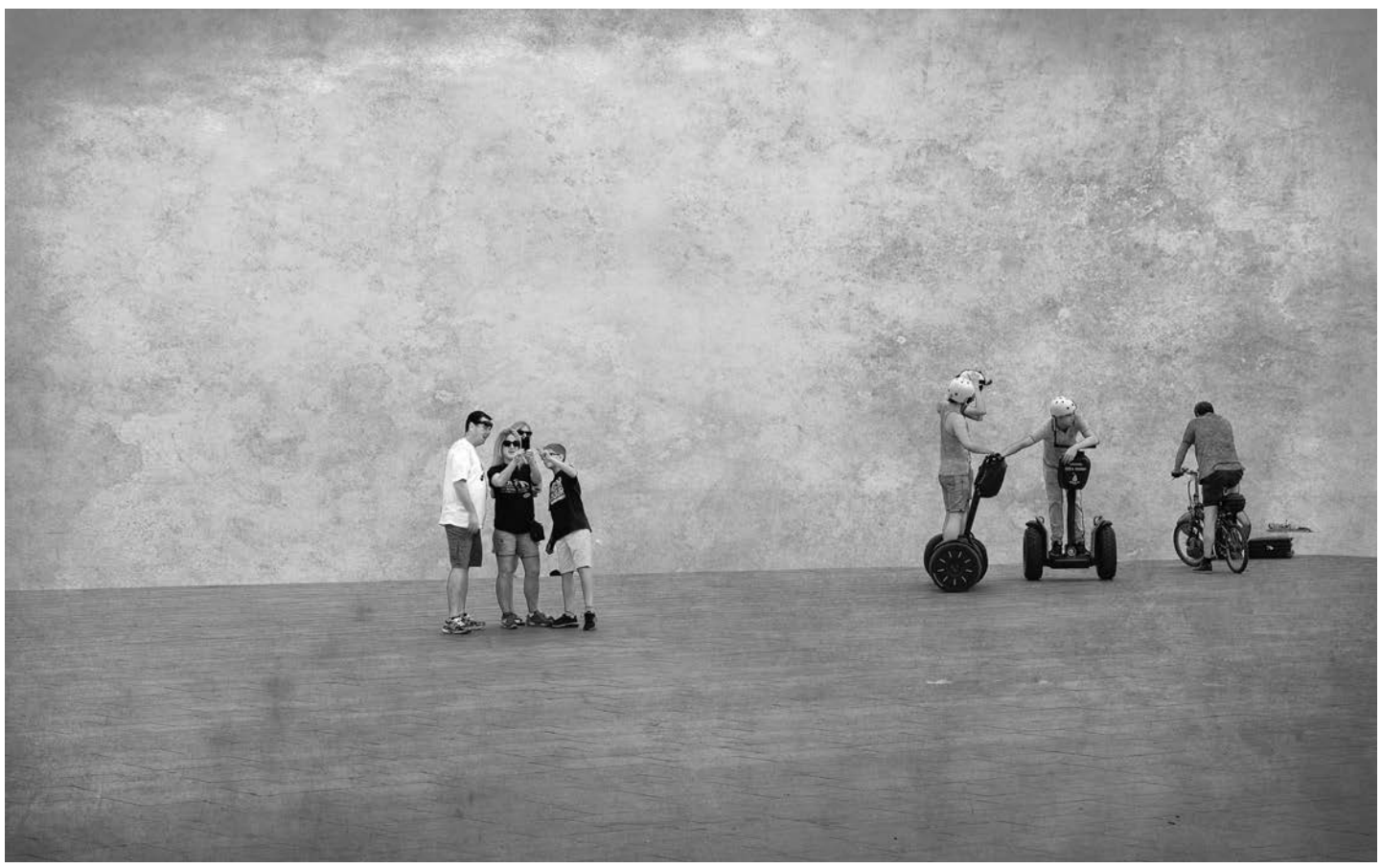
A metrópole é o território por excelência do «tempo moderno», no qual reina, autista e solitário, o indivíduo. «Metrópole» e «indivíduo» não são mais do que o corolário natural dos processos que abalaram a longa história da modernidade: o advento do trabalho assalariado e da produção massificada de mercadorias, a expansão das mobilidades, a explosão dos «mass media», a «revolução digital» (computador, internet, *smart phone* «redes sociais»), etc. Estes processos, que promoveram a vertiginosa «aceleração» que modificou profundamente as formas de viver e da qual hoje tanto se fala[1], são igualmente constitutivos do capitalismo. As resistências que o capitalismo encontrava na «velha» cidade, como eram a memória, a comunidade ou a identidade, desaparecem da geografia metropolitana. Encontrando-se num estado de expansão permanente, a metrópole é uma expressão da hegemonia e do gigantismo do projecto capitalista. Se no capitalismo os lucros devem crescer incessantemente, também nas suas geografias se devem multiplicar permanentemente os investimentos. Desta forma se explica porque é que cada metrópole aspira a um crescimento incessante que a faz acabar por unir-se com metrópoles «vizinhas». Nascem assim as «megalópoles». Unificam geografias e populações incomensuráveis, devorando pelo caminho milhares de cidades, vilas e aldeias. A inauguração, em 2018, do sétimo anel rodoviário de Pequim, com a espantosa extensão de 940 km, revela a escala actual do fenómeno.

Se os impactos da «metropolização» afectaram em primeiro lugar as grandes cidades, eles abalam hoje igualmente as mais pequenas, onde os arrabaldes campestres, subitamente terraplanados, vêem também brotar modernas «zonas» urbanas – residenciais, comerciais, industriais, empresariais, hospitalares, lúdicas –, ligadas entre si por redes viárias cada dia mais congestionadas, que fazem das ruas espaços mortos que apenas se atravessam. Este zoneamento do território, que define a organização geográfica de qualquer metrópole, serve hoje de modelo a uma infinidade de cidades de pequena dimensão, como Leiria, Santarém ou Coimbra. Estas tornam-se assim «metrópoles emergentes», onde é desagregada a comunidade e encolhida a espacialidade dos habitantes, à medida que se alarga a extensão dos seus trajectos diários, bem como a dependência do automóvel. Como as grandes metrópoles, também elas exigem aos habitantes que se entreguem à vertigem da circulação solitária e frenética entre não-lugares igualmente despersonalizados, nos quais deverão sobretudo realizar tarefas produtivas e consumos instantâneos. A velocidade e as mobilidades deixaram de constituir uma obsessão exclusiva das metrópoles de maior dimensão, que a enorme concentração de movimentos pendulares ameaça de paralisação e colapso. A mesma neurose apoderou-se dos decisores políticos que planificam as pequenas urbes. A verdade é que até vilas e aldeias, onde praticamente já ninguém se desloca a pé, se assemelham cada vez mais a minúsculos embriões de metrópoles: nas margens do central e pitoresco largo da igreja, que é devidamente patrimonializado para alimentar formas incipientes de turismo e gentrificação, surgem novas «zonas» desenhadas a régua e esquadro, como bairros residenciais de vivendas ou até miniaturas de «parques industriais e tecnológicos».

Um mesmo «modelo metropolitano» comanda agora o desenho de todas as aglomerações humanas, independentemente da sua escala. O irrompimento na província deste modelo não deve ser simplesmente visto como o resultado da supostamente interminável explosão geográfica das grandes cidades. Porque «a metrópole brota já espontaneamente em todo o lado». E mesmo a centenas de quilómetros das grandes urbes. Se quisermos ser rigorosos, o que está hoje verdadeiramente em expansão é o território superplanificado da metrópole – desenhado para impedir que possam germinar relações sociais e que os habitantes ocupem o seu tempo com actividades anti-utilitárias – e não aquele, rico em relações e encontros, que caracteriza a cidade. A propagação da metrópole, cujos longos tentáculos alcançam geografias cada vez mais distantes, aí criando novas centralidades, contribui para desertificar a cidade. Esta torna-se obsoleta na sombra dos viadutos, dos *shoppings*, dos hipermercados e dos loteamentos que animam os jovens



Montjuic, Barcelona, 2015 (Dani Alvarez)



Barceloneta, Barcelona, 2015 (Dani Alvarez)

núcleos suburbanos das «metrópoles emergentes».

... a cidade obsoleta é revalorizada

No entanto, um outro processo de génese mais recente marca igualmente a conjuntura urbana actual. Enquanto a periferia impessoal, cada vez mais difusa e infra-estruturada, se torna o novo «centro» da vida urbana, os antigos centros citadinos em decadência despertam agora o interesse do investimento capitalista, que durante décadas os ignorou. Isto sucede porque permitem criar mercadorias que são impossíveis de conceber na fria e eficiente metrópole, preocupada acima de tudo com o desempenho. Se até há poucos anos era lucrativo arruiná-los, transferindo as suas dinâmicas de emprego, habitação ou comércio para novos pólos fabricados à pressa na periferia onde, livre de obstáculos, o capital encontrava formas mais eficazes de se multiplicar, agora é o mesmo capital que, robustecido pelos seus investimentos

Os abundantes projectos de arquitectos, paisagistas e designers adoptam um minimalismo que exclui astuciosamente as possibilidades de permanência em espaços públicos a quem esteja habituado a vaguear pela cidade, sem nada desejar consumir.

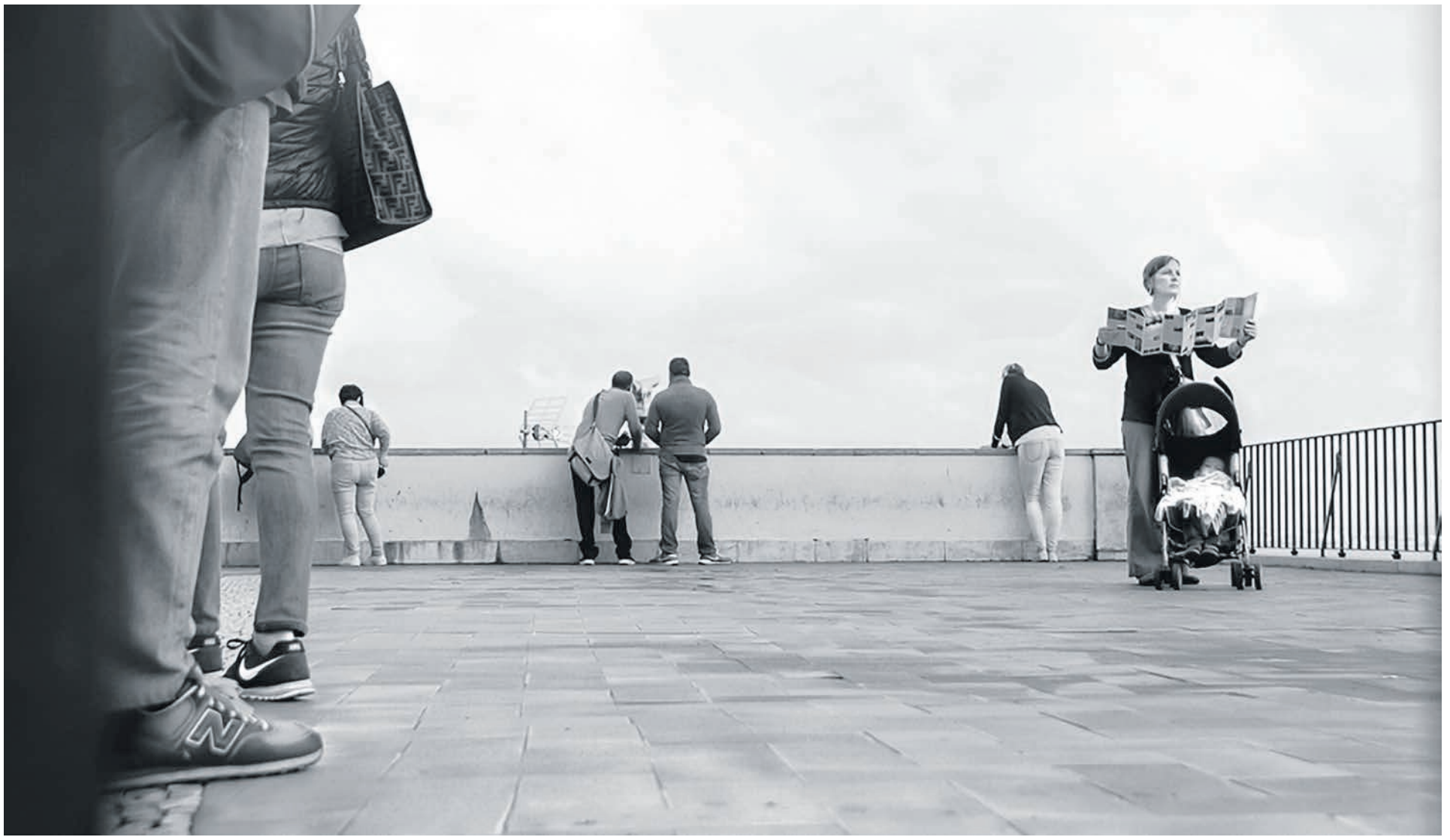
metropolitanos, reocupa na cidade as ruínas que ele próprio gerara – e onde se haviam entretanto instalado formas de vida minoritárias, animadas por imigrantes, subculturas, comunidades lgbt e artistas. É então que investidores, empresários, construtores, credores, seguradoras e poderes públicos, operando coligados, decidem investir no interior desprezado das cidades, que preservava ainda um (último) elemento que não tinha sido trasladado para a metrópole: a «cultura». E é precisamente em torno desta que irão gravitar os seus investimentos e negócios.

Empreendem-se assim dispendiosas operações de «reabilitação urbana» que mobilizam elementos culturais preexistentes muito diversos, como são o património construído (monumentos, arquitecturas, paisagens), a gastronomia, mas também a própria vida artística (exposições, performances, concertos), intelectual (tertúlias, livrarias) e boémia (bares e cafés). Permitem assim que promotores imobiliários anunciem luxuosos apartamentos como parte de um *lifestyle* cosmopolita, ainda que esses projectos imobiliários acabem por expulsar os antigos moradores e erradicar a(s) cultura(s) preexistente(s), ao redireccionarem a oferta habitacional para um pequeno segmento do «mercado»[2]. A finalidade das operações de «requalificação» passa por criar territórios carismáticos, diferenciados, fotogénicos e animados, capazes de promover uma ilusão de cosmopolitismo e comunidade que não é possível simular no território metropolitano – onde o isolamento social e afectivo prolifera no meio de um deserto cultural. Incluem a repavimentação e arborização de ruas, o alargamento de passeios, a melhoria na mobilidade para peões, mais áreas verdes e de lazer, novas ciclovias, a requalificação de praças e frentes ribeirinhas, o restauro de monumentos, a electrificação de autocarros, melhor iluminação, o aumento dos pontos de acesso a *Wi-Fi* gratuito, a oferta de postos de carregamento eléctrico para abastecer frotas de *car sharing*, etc.

Graças à implementação destas «práticas virtuosas», que também replicam as doutrinas «sustentáveis» e «responsáveis» do «capitalismo verde» e do «capitalismo ético», os territórios esquecidos das cidades tornam-se aprazíveis e atraentes a uma burguesia que se fartou do ambiente monótono da periferia metropolitana. Este segmento da sociedade, maioritariamente constituído por assalariados qualificados, investe fervorosamente em consumos de ordem cultural, entendidos como vectores de diferenciação social. É para satisfazê-lo que se elimina desses territórios (escondendo-se algures no espaço desigual da metrópole) aquilo que é por ele considerado desagradável: prostituição, pobreza, tráficos, contaminações, degradação material, etc. Por outro lado, os abundantes projectos de arquitectos, paisagistas e designers, enquanto impregnam esses territórios da estética que define a «cultura da agradabilidade» – bem analisada pelo filósofo Byung Chul-Han[3] – que é cada vez mais cara às classes médias ocidentais, adoptam um minimalismo que exclui astuciosamente áreas confortáveis de repouso e assim reduz as possibilidades de permanência em espaços públicos a quem esteja habituado a vaguear pela cidade, sem nada desejar consumir. Hostilizam em particular drogados, gangues, alcoólicos, imigrantes, refugiados e sem-abrigo. Fazem assim das cidades requalificadas espaços «harmoniosos», privados de elementos dissonantes. E criam, no coração da metrópole gigante e desconfortante, um paraíso circunscrito de bem-estar consumível: aprazível, higienizado, publicitável e permanentemente acessível (a quem tenha dinheiro), a «cidade-marca».

A «cidade-marca» é o contrário da polis

A cidade torna-se um «produto»: possui um projecto, uma estratégia e um público-alvo; é objecto de *branding* e de *marketing*. Já não é concebida pelo poder público – cujo papel é sobretudo o de alavancar investimentos privados – como prestadora de serviços aos cidadãos. Projecta-se agora enquanto território capaz de atrair e activar as dinâmicas do mercado. É a esta luz que deve entender-se a dinamização cultural que as autarquias imprimem às suas cidades, quando promovem feiras de arte, «Semanas de Moda» ou festivais gastronómicos. Visam criar uma imagem de dinamismo e modernidade, apta a tornar os seus territórios competitivos. Comprometida com políticas de promoção turística e captação de investimento



Miradouro das Portas do Sol, Lisboa, 2016 (Dani Alvarez)

externo, a cultura confunde-se então com «*marketing*». É ela que permite a concepção das cidades como «marcas», através de campanhas que inventam logotipos comerciais e motes publicitários inspirados em empresas multinacionais: «Dallas: big things happen here», «*I am*sterdam», «Yes we Cannes», «Edinburgh: inspiring capital», «Stockholm: the capital of Scandinavia», «Porto.», «*Mad*rid: about you».

Esta política de tratamento diferenciado do espaço urbano, que concentra os investimentos em zonas cuidadosamente seleccionadas, fragmenta o território e incrementa as desigualdades sócio-espaciais. Faz coexistir intervenções pontuais, muito mediatizadas, com áreas envolventes degradadas, completamente desprezadas. Traduz-se assim, como escreve o geógrafo David Harvey, «na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente». As «classes improdutivas», compostas por quem, pela sua baixa qualificação, o sistema produtivo deixou de dar oportunidades (para lá de biscates precários nos «flexíveis» sectores da limpeza e da construção), são mantidas longe da vista burguesa. Isolam-se algures na metrópole em bairros devidamente segregados da rede de serviços, acessibilidades, equipamentos urbanos e espaços públicos. É nestes «bairros-guetos» que encontra o seu lugar o sector cada vez maior da população que está em excesso do ponto de vista do funcionamento da economia capitalista, dispensado que está da participação no cada vez mais mecanizado, automatizado e informatizado processo produtivo e não conseguindo praticamente integrar o mercado de consumo. Despojada de qualquer estatuto cívico e representatividade democrática, e habitando conjuntos habitacionais quase sempre degradados, uma parte dos seus habitantes encontra no motim urbano uma forma desesperada de reivindicação política, como se verificou em Londres em 2011 e em Paris alguns anos antes.

> É [a cultura como marketing] que permite a concepção das cidades como «marcas»: «Dallas: big things happen here», «I amsterdam», «Yes we Cannes», «Edinburgh: inspiring capital», «Stockholm: the capital of Scandinavia», «Porto.», «Madrid: about you».

É este o contexto em que se dá a tão celebrada «regeneração» da velha cidade. Não é pois enquanto *polis*, plural e integradora, que esta renasce, mas enquanto mercadoria exclusiva e excludente, que se vende a uma classe média que encontrou no acesso à cultura a sua última fonte de distinção. Este novo território do consumo hedonista[4] propõe à burguesia surpreendentes mercadorias culturais, que partilham uma mesma estética glamourosa, como restaurantes e cafés chiques com propostas gastronómicas originais, alojamentos locais em edifícios charmosos, *boutiques* de roupa ousada, bares com decorações invulgares, lojas de mobília *vintage*, «mercearias finas». Ele prescinde do espaço público que era, historicamente, o elemento vital das cidades, sinónimo de interacção, socialização e até miscigenação. Sem aquele, estas não seriam sequer possíveis, já que nenhuma cidade foi jamais constituída pela mera soma de espaços e investimentos privados. No espaço público, cada qual era obrigado a confrontar-se com o «estranho», o «contrário», o «diferente». Tratava-se do espaço múltiplo e contraditório que tornava possível a inscrição da democracia na vida quotidiana.

Espaços «ideais» da «modernidade capitalista»

A cidade requalificada substitui este espaço público diverso e heterogéneo – que propiciava a criação de redes de convívio, solidariedade e partilha – pelo espaço autoritário, homogéneo e narcísico da mercadoria, onde, remetido para a sua vida privada, cada um é compelido a ocupar-se apenas de si próprio, como se não existissem outras vidas. O transeunte perde assim contacto com os «outros» (grupos e identidades)[5], não circulando senão para encontrar-se a si próprio, nos espaços que lhe vendem as mercadorias que mobiliza para a sua realização individual. É a esta luz que se compreende que a metrópole – que deve apenas ser rápida e friamente atravessada, passando quase despercebida a sua materialidade – e a cidade requalificada – que, pelo contrário, apela a um abrandamento, podendo ser cuidadosamente admirada, saboreada e fotografada – formam hoje, de um ponto de vista económico, e apesar das suas manifestas diferenças sócio-culturais, um perfeito *continuum*: um território que, estendendo-se desde os bairros gentrificados e turistificados nas prestigiadas «zonas históricas» dos quais foi excluída a circulação automóvel para promover a «qualidade de vida», até às urbanizações periféricas quase apenas acessíveis por autoestradas que brutalizam a paisagem e retalham o território, multiplica ininterruptamente os mecanismos de extracção de valor.

Exclusivamente preocupada em satisfazer os requisitos do lucro, a sua gestão dispensa a participação da comunidade, que ambas contribuem para fragmentar e dividir. A vida cívica eclipsa-se sob o reinado ditatorial da economia, tornada a finalidade suprema da vida urbana – e da vida em geral. Faces complementares de um mesmo processo genuinamente «moderno» de decomposição colectiva, metrópole e cidade requalificada constituem os dois primeiros territórios urbanos a serem integralmente concebidos e fabricados pelo capitalismo. São por isso espaços «ideais» da «modernidade capitalista». Promovem a ruptura do elo social (que alicerçava a *polis* e a *civitas*) e a consumação do eu separado. E assim completam essa longa construção histórica que é o «sujeito moderno»: atomizado, egoísta, narcisista e desqualificado politicamente.

NOTAS

1 Paul Virilio, François Hartog e Hartmut Rosa desenvolveram alguns dos trabalhos mais originais sobre os múltiplos impactos da «aceleração» na sociedade moderna.

2 A socióloga Sharon Zukin sintetiza assim este fenómeno sócio-económico, conhecido como «gentrificação»: "locais de consumo cultural interessantes desenvolvem uma imagem atraente para um bairro improvável, o que provoca um ressurgimento comercial, um afluxo residencial de pessoas com dinheiro e, finalmente, a construção de novos apartamentos de luxo com rendas exorbitantes".

3 Cf. HAN, Byung-Chul (2020) - *A sociedade paliativa. A dor nos nossos dias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

4 A atenção dada pela burguesia actual à «boa vida» é testemunhada pela centralidade alcançada pela gastronomia no conjunto das novas atracções urbanas, sendo mesmo apontada por vários estudiosos da «gentrificação» como o principal dinamizador da experiência cultural urbana. Restaurantes, gelatarias, cafés, esplanadas e «mercearias finas» dinamizam por isso, melhor do que quaisquer outros comércios, a cidade requalificada.

5 Neste "mosaico urbano de grupos sociais cada vez mais desligados e desconhecedores uns dos outros", observa o psicólogo Sergi Valera, "os semelhantes cada vez mais se relacionam com os seus semelhantes para fazer coisas semelhantes, viver em bairros semelhantes e partilhar interesses semelhantes e visões semelhantes do mundo, ao mesmo tempo que se unem entre semelhantes para se defenderem contra as supostas ameaças daqueles que supostamente não são os seus semelhantes."

No túnel da máquina do tempo

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO JOÃO MASSANO

Saio da cápsula espacial, tiro o escafandro, ponho a máscara e entro no túnel da máquina do tempo. Dizem-me que a passagem pelo passado é necessária para a descoberta do futuro. O que explica que, logo à entrada, a placa direcção «Futuro» esteja ao lado da que diz «Passado presente». A bifurcação deve fazer-se mais longe… Eu sei que o território do passado é minado, cheio de perigos e de armadilhas. Mas não vejo outra alternativa, vou prevenido e pronto para o que der e vier.

Na penumbra do túnel cruzo-me logo de início com um fantasma de ar sério e compenetrado, conhecido como um antigo devoto do déspota Mao Tsé-Tung, que colecciona hoje num armazém tudo quanto são escritos de extrema-esquerda e mesmo mais à esquerda, anarquistas até. A ocupação é estranha, tendo em conta que se trata de ideias de que o fantasma nunca partilhou, mas que faz agora questão de proteger. Como se o facto de as catalogar como coisas do passado fosse uma maneira de se assegurar de que estão mortas, inofensivas, como ele. Por isso as fecha a quatro chaves no seu armazém, não vão elas fugir pelo túnel do tempo e ganhar de novo vida no presente. De vez em quando, este espectro faz uma revelação teatral sobre um momento do seu passado, a fim de tornar mais instrutivo o percurso de quem avança no túnel do tempo. Desta vez, evoca-nos um episódio ocorrido em meados dos anos 60, uma viagem ao Barreiro à procura da classe operária. A cena é descrita num tom romântico e aventureiro e acaba por sensibilizar o viajante na medida em que o fantasma recorda as aspirações a uma «outra vida» que o animavam na altura. Porquê esta procura? O Barreiro era «o lugar mítico da classe operária, e, como todos os esquerdistas *in the making*, a terra era simbólica da revolução que desejávamos, mas para a qual não tínhamos mão-de-obra, e duvidávamos sequer de ter a legitimidade de fazer parte dela. O mundo era simples, no Barreiro havia não só operários, havia a "classe operária", e esta "classe" pertencia ao PCP. Anos mais tarde arrogámo-nos ao direito de a roubar ao PCP, sem nunca ter grande sucesso.»[1] Instrutivo, de facto: nesta curta passagem fica exposto — com uma ironia que não nega a autenticidade do propósito — o fundamento do projecto que guiou muita desta gente «esquerdista» na sua actividade política, naqueles anos e depois, durante a revolução portuguesa. O que falhou, o que não funcionou, foi uma nova aplicação prática dos princípios da social-democracia clássica e das suas variantes activistas do leninismo e do estalinismo. Os trabalhadores eram vistos como um mero factor objectivo do movimento social — a tal «mão-de-obra» — e não como o factor subjectivo essencial da história da emancipação. Mas o insucesso esquerdista foi também a prova de que houve na revolução portuguesa de 1974/75 uma dimensão espontânea e autónoma que chocou com esta velha visão do movimento social e que, por isso mesmo, foi combatida e acabou

Dois operários agrícolas, António Maria do Pomar Casquinha, 17 anos, e João Geraldo "Caravela", de 57 anos, ambos trabalhadores rurais são baleados mortalmente no peito pela GNR em Setembro de 1979, numa acção de solidariedade contra a devolução das terras ocupadas pela cooperativa Bento Gonçalves, em Montemor-o-Novo.

destroçada pelas duas forças em presença, o PCP estalinista que já tinha a receita bem aplicada e os estalinistas anti-PCP que lhe queriam fazer concorrência. No interior do movimento social libertado pelo desmoronar do regime fascista, as diversas facções do esquerdismo marxista-leninista funcionaram como agentes do velho movimento operário autoritário, vanguardista, contra as energias novas do movimento espontâneo de espírito mais autónomo. Como mostra claramente Phil Mailer no seu livro sobre a revolução portuguesa[2], as forças que os trabalhadores em luta pensavam ser amigas eram finalmente as inimigas, opostas ao desenvolvimento de um poder autónomo de classe. Contas feitas, o falhanço do projecto de «roubar» a classe operária ao PCP integrou a perpetuação do velho mundo. A frustração do insucesso encaminhou muitos dos aspirantes a «chefes» para o campo da política capitalista clássica, onde estavam abertas as candidaturas. As aspirações a uma «outra vida» adaptaram-se às novas condições e acabaram de se realizar na mediocridade da vida de sempre, com novas roupagens. Fundidos na politiquice mais ou menos maquiavélica, estes pobres espectros foram condenados a vaguear no túnel da máquina do tempo até ao fim do mundo deles.

As violentas medidas repressivas nos campos do Alentejo provocaram feridos e alguns mortos. Os nomes destes trabalhadores foram há muito esquecidos e o imundo ministro é hoje espectro «sociólogo» ao serviço da «opinião pública».

Continuo o meu caminho e, mais adiante, numa curva do percurso, deparo-me com um outro fantasma que tenta impingir com veemência a sua verdade ao caminhante de passagem. Um fantasma com uma atitude de sabichão arrogante. A questão que ocupa hoje este fantasma sabichão é a relação entre a corrupção e a legitimidade democrática. Como outros arautos de maus augúrios, o espectro clama que os tempos são difíceis e que «a política portuguesa actual e a economia estão infestadas de corrupção»[3]. Aparentemente, contra tal infestação não há máscaras ou distanciamento social que nos proteja. Ao ponto de a inevitabilidade acabar por banalizar o mal. Não escapamos à fatalidade do nosso fado. As razões, acrescenta o espectro especialista, são diversas, históricas e sociais, a lista é longa. A sua mensagem é simples: «Só com a democracia se combate a corrupção.» Mas se a democracia representativa não obtém resultados, se não se vê a diferença com as ditaduras igualmente corruptas, então por que razão insistir em reivindicá-la como receita para a doença? Para o nosso fantasma, parece estar fora de questão sugerir a ideia de que a dita corrupção possa ser inerente ao sistema, ao funcionamento capitalista, independentemente das formas mais ou menos totalitárias da política, democracia autoritária ou ditadura antidemocrática. Evidentemente, o fantasma é um místico rigoroso, um integrista do sistema representativo: «O pior da corrupção é a convicção de que a legitimidade democrática, a que se obtém através do voto, dá direito a tudo! Ora, a legitimidade, sendo excelente, não da para tudo! […] A legitimidade tem limites, como sejam a moral, o Estado de Direito, as minorias e as instituições»[4]. Enfim, mete os pés pelas mãos. Curioso, aproximo-me e reconheço com estupefacção que o espectro sabichão foi um dos executores da restauração do poder capitalista privado no final dos anos 1970, ministro da Agricultura do governo socialista de Soares, artesão implicado na destruição do movimento de ocupação de terras e da reforma agrária, na restituição das propriedades aos latifundiários da velha senhora. Em suma, um defensor da sagrada propriedade privada. Houve sangue, as violentas medidas repressivas nos campos do Alentejo provocaram feridos e alguns mortos. Os nomes destes trabalhadores foram há muito esquecidos e o imundo ministro é hoje espectro «sociólogo» ao serviço da «opinião pública» e dá lições de democracia no túnel da máquina. Há aqui algo que interpela o passante. Esta gente que faz do «Estado de Direito» um dos seus princípios de pensamento esteve sempre, de uma maneira ou de outra, directamente ligada a formas de poder autoritárias, a começar pelo professor nazi Carl Schmitt. No caso do espectro sabichão, o «Estado de Direito» que ele evoca foi instaurado pela força das armas contra a agitação popular emancipadora, em abono da verdade, seja dito, já bem enfraquecida e minada pela acção das correntes estalinistas. Mas, tirando eu que estou de passagem, quem é que ainda ouve esta gente, quem é que lê as suas elucubrações? Acelero o passo, preciso de encontrar a bifurcação, a via de saída do túnel que me leve ao ar livre do futuro.

Os trabalhadores eram vistos como um mero factor objectivo do movimento social — a tal «mão-de-obra» — e não como o factor subjectivo essencial da história da emancipação.

Ainda se ouvem ao longe as gesticulações do precedente espectro quando cruzo mais um morto-vivo que dava por desaparecido na boca do inferno da

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR

política. Numa gruta anexa ao túnel vejo reunido um público escolhido de fantasmas do passado, gente com ar distinto e bem-posta que ouve com atenção as palavras reconfortantes do grande falabarato que foi o artesão emérito do neoliberalismo versão lusitana. Com um ar convencido, qual vendedor de banha da cobra, o fantasma Cavaco Silva revela à assembleia dos discípulos que o seu tempo teria sido o de uma verdadeira governação de modelo social-democrata. Bem sabemos, a condição de espectro não é garantia de ausência de senilidade. Reconheça-se, no entanto, que o propósito do contabilista de mercearia é provocador e tem o mérito de acrescentar mais confusão ao que já não é claro para a grande maioria das almas que trilham os caminhos do túnel à procura de um sentido para a vida. O facto é que, se a corrente socialista se dissolveu na ideia do liberalismo económico, não parecerá incongruente que os liberais se possam considerar como uma espécie macaca de sociais-democratas. Finalmente, tudo isto se resume à diferença abismal que há entre um aumento de 6 euros ou de 10 euros para pensionistas que recebem o balúrdio de 658 euros por mês… até que a Covid-19 lhes bata à porta. No túnel da máquina do tempo a polémica está acesa, os argumentos colidem, os especialistas afrontam-se, os ânimos exaltam-se. Alguns evocam mesmo a oportunidade de efectuar testes para decidir quem é social-democrata e quem é liberal, quem é de direita e quem é de esquerda. Até um observador inteligente e culto que respira fora do túnel do tempo vem ao barulho para questionar a visão segundo

> As aspirações a uma «outra vida» adaptaram-se às novas condições e acabaram de se realizar na mediocridade da vida de sempre, com novas roupagens.

a qual a diferença entre esquerda e direita estaria ultrapassada[5]. Visão que, segundo ele, estaria fundada «na ideia que se tinha dado um colapso intelectual, ideológico e moral da esquerda e que se teria dado até uma inversão ou uma alternância de valores, de tal modo que deixou de ser evidente quem estava do lado do movimento e quem estava do lado da conservação». Há, no condicional da formulação, um sopro de dúvida e o nosso autor conclui que, finalmente, «a crise mais profunda está do lado da direita», que vive um vazio de valores!? Uma maneira de reconhecer que direita e esquerda continuam a ser categorias viáveis. Só que as referências associadas a estas categorias não convencem. «Quem estava do lado do movimento»…, mas que «movimento» e «movimento» para onde? Façamos um salto para o mundo real. Quando se trata da corrupção que contamina as instituições, da crise das instituições educativas, do colapso do sistema público de saúde, a esquerda está do lado do movimento? Sim, do movimento destruidor das condições de existência. Não, a crise mais profunda não está nem na direita nem na esquerda, a crise mais profunda é a do sistema político actual de representação. Que é raramente abordada e, quando o é, é-o no plano estritamente ideológico, sem relação com o processo contraditório da economia, com a crise do sistema capitalista. Farto e descontente, evito a balbúrdia, afasto-me da confusão e continuo o meu caminho à procura duma bifurcação para o «Futuro». Que me aparece enfim numa curva do túnel. Ao longe começo a distinguir a pequena luz que anuncia a saída da máquina do tempo. Mais um esforço e encontro-me cá fora, ao ar livre, na frescura do dia e com um céu sem nuvens.

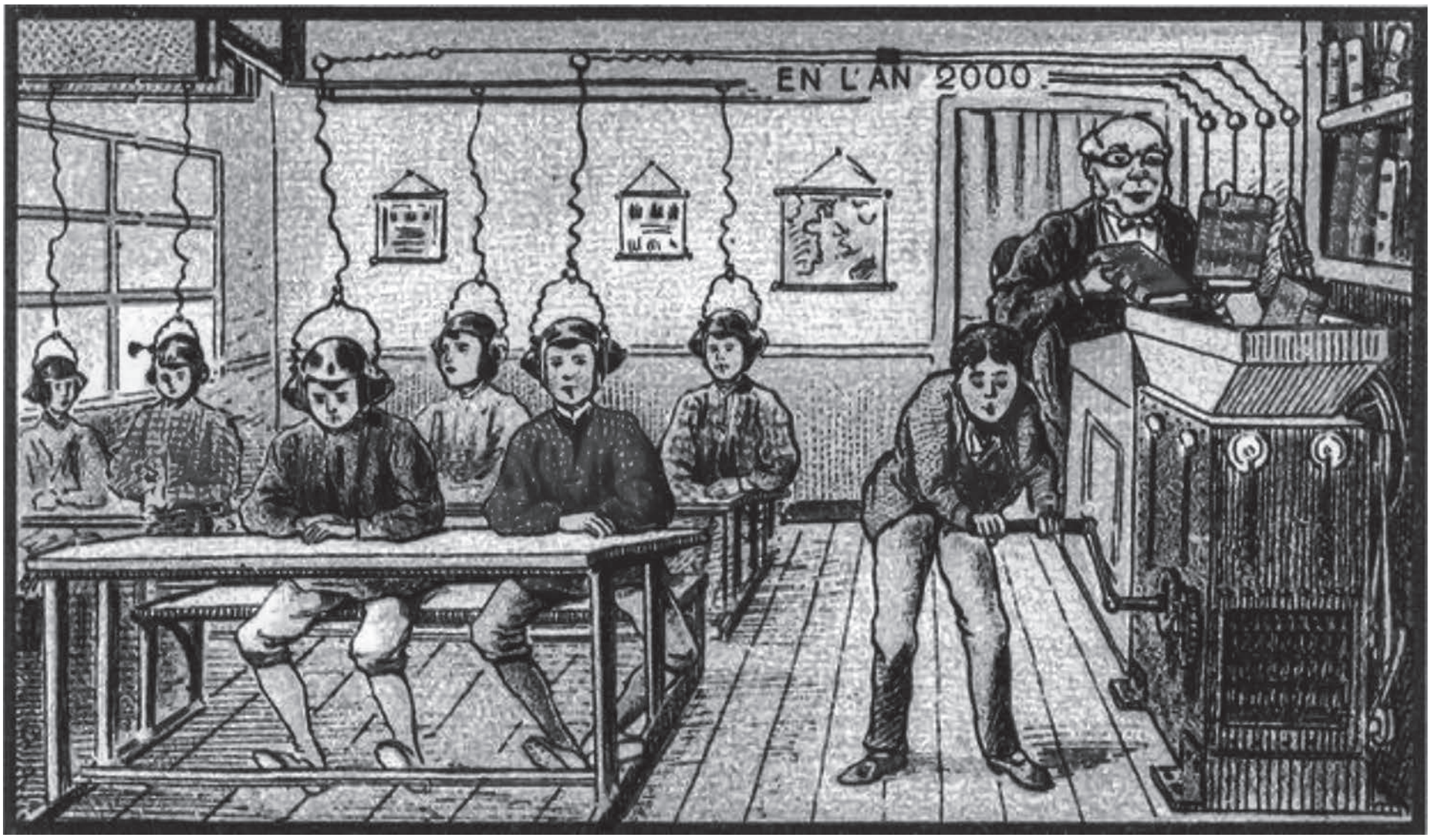
Sem o prever, vejo-me no meio de uma manifestação de uma centena de jovens e menos jovens que bloqueiam os acessos à Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, uma acção de «desobediência civil pacifica» contra as alterações climáticas, a destruição do mundo[6]. «Mudar o sistema, não o clima», está escrito num cartaz. Uma senhora muito zangada diz a um jornalista que pesca elementos para escrever o seu artigo: «Tenho dois filhos, que não teria se tivesse sido mãe agora, mas já que estão cá, por eles e por todos os filhos dos outros, tenho de fazer alguma coisa por isso.» Mais adiante, um trabalhador reformado reivindica uma maior justiça social que, segundo ele, é inseparável da justiça ambiental. «São os pobres que mais estão a sofrer com as alterações climáticas. Não são os milionários que sofrem com as secas e florestas a arder; pelo contrário, são os multimilionários que mais poluem», grita o mesmo para o jornalista que toma apressadamente notas antes que chegue a polícia. Uma outra senhora, que parece insensível ao discurso bolorento sobre a «legitimidade democrática» do fantasma ex-ministro da contra-reforma agrária, defende que: «O povo tem o direito de fazer a mudança, independentemente do que a vontade de certos governantes possa permitir ou não.» Alto lá, que isto é importante! Estamos perante uma incitação a reflectir sobre a diferença entre a crise de legitimidade da representatividade e a necessidade de repensar a ideia de democracia em moldes novos, compatíveis com um exercício directo da soberania da colectividade. Ou seja, o que a senhora finalmente sugere é uma prática de democracia directa. Que respiração!

«Desobediência civil pacífica» seria um belo tema de debate a realizar nos salões da Gulbenkian mas não no meio da Avenida da Liberdade, neste dia solene em que se celebra a implantação da República pela acção — também directa e ilegal, lembre-se — de uns quantos maçónicos e anarquistas. O governo socialista liberal, ou liberal social-democrata, ou o raio que os parta, é impermeável a estes conceitos e a estas práticas. São utopias, dizem eles, que preferem ajudar os bancos, organizar leilões do 5G e construir aeroportos, coisas concretas e que pagam bem! O progresso, dizem eles pondo a máscara e respeitando as distâncias. A esperar a centena de manifestantes estava um número superior de mercenários do «Estado de Direito», apetrechados como para a guerra social. E assim, entre murros e pancadas, os manifestantes foram levados para a berma da avenida e ficou restabelecida a livre circulação automóvel, que é o objectivo primordial de todo governo que se preza. Enfim, mais um episódio do regresso à «nova normalidade» que, ao que parece, só pode ser a continuidade da antiga. A imaginação do sistema é limitada.

O facto é que, de repente, o presente existe, um presente frágil que tenta abrir um caminho para o futuro. Deixei o túnel da máquina onde se agitam, até à eternidade do fim da história, os fantasmas e espectros do velho mundo. Cá fora, os que governam com a pulsão da morte continuam a dominar as forças que defendem a pulsão da vida. Forças que possuem uma energia que lhes vem da certeza de que a humanidade pode fazer melhor do que este desastre global e incomensurável que nos envolve. Que é um atentado à inteligência da colectividade humana. Só a partir de novas experiências de práticas directas de acção colectiva se pode construir um futuro ao presente, desembaraçado das escórias da velha política.

NOTAS

1 José Pacheco Pereira, «O meu primeiro Barreiro», Público, 3 de Outubro de 2020.
2 Phil Mailer, Portugal, a revolução impossível?, trad. Luis Leitão, Antígona, 2018.
3 António Barreto, «Corrupção e legitimidade democrática», Público, 4 de Outubro 2020.
4 Ibid.
5 Antonio Guerreiro, «O hemisfério da direita», Público, 16 de Outubro de 2020.
6 «Protesto pelo clima obriga a intervenção policial», Público, 6 de Outubro de 2020.



Preferimos não o fazer: contra o *Big Brother*, por uma educação livre e libertária

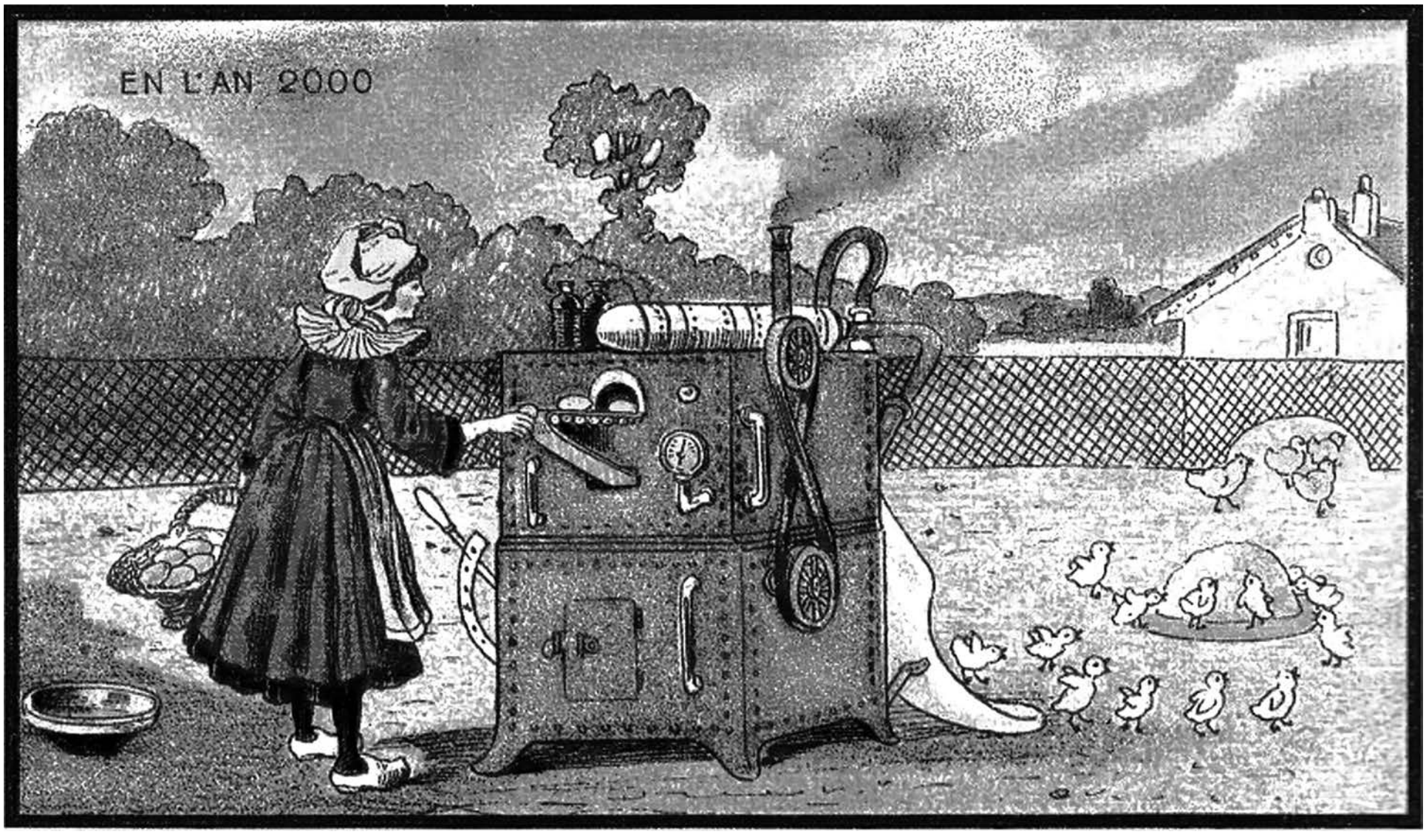
LOS AMIGOS DEL PROFESOR UNRAT
GRUPO SURREALISTA DE MADRID / GRUPOSURREALISTADEMADRID.ORG

Numa época em que a educação é reformulada como um serviço a ser prestado a qualquer custo, o Grupo Surrealista de Madrid – Los Amigos del Profesor Unrat – defende que a formação de indivíduos críticos não pode ficar refém da agressiva lógica dominante do individualismo, do tecnocrático e do digital.

O que é mais importante na nossa profissão de professores? O que define e caracteriza o ensino e a sua verdadeira essência? O salário e as férias, dirão alguns, confundindo o «valor» da profissão (vocação?) com o «preço» das condições de trabalho. Mas mais a sério: O que consideramos prioritário e inegociável na educação? Os exercícios e os exames? As notas, aprovações e reprovações? As disciplinas e as menções honrosas? Os horários e as colocações dos docentes? Os currículos e os edifícios? As atividades extracurriculares? Não. E todos o sabemos.

Como também sabemos que nem tudo é ideal naquilo a que se chama «Educação Pública»: forma de disciplinar corpos e mentes segundo o modelo autoritário, classista, patriarcal e racista dominante; uma massagem rotineira de um saber abstrato que não admite questionamentos ou dúvidas, a prostituição instrumental dos seus conteúdos e a formação implacável para a competitividade que o mercado exige... mas também a comunicação, a difusão e a quase recriação de uma cultura e de um saber que se justifica por si mesmo, irredutível a qualquer uso económico ou manipulação ideológica, bem como a promoção do pensamento crítico que está na base de qualquer pessoa e sociedade minimamente autónomas e democráticas, e da experiência coletiva entre diferentes pessoas que assim aprendem a tornar-se uma comunidade – mesmo que seja na forma necessariamente efémera de uma comunidade educativa, pela qual passam os anos e as idades.

É assim pelo menos desde a velha *polis* grega, onde, não por acaso, surgiu também uma das primeiras formas de democracia direta e assembleária: a transmissão do conhecimento ocorre entre quem é considerado, com muito ou pouco mérito, digno de ser ouvido, e entre aquelas pessoas, geralmente mais jovens, que aceitam ser seus alunos – ou que não têm outra escolha porque a educação é obrigatória. Assim, a transmissão de conhecimento, mas também a discussão e revisão, é quase como uma cerimónia de iniciação à aula presencial onde tudo tem lugar para o bem e para o mal, de que gostamos e com que sofremos: da raiva e do conflito mais desagradável e tenso, aos momentos de humor e empatia mais festivos e gratificantes; desde a aula mais aborrecida e monótona à iluminação mágica que por vezes se



> Temos de defender com unhas e dentes a experiência educativa como uma das últimas experiências sociais de relação direta.

consegue quando todos, professores e alunos, se interessam, intervêm e participam.

Mas, para que tal cerimónia aconteça, alguns requisitos são necessários. Certamente e em primeiro lugar, a presença física e material, em carne e osso, i.e. dos corpos, das consciências e das subjetividades, sem nenhuma mediação senão aquela proporcionada pela vida imprevisível. «Imprevisível»: a espontaneidade de quem dá a aula e a de quem a segue, apaixonado ou indiferente, participando ou perturbando tanto quanto pode, é um fator fundamental sem o qual não há experiência docente digna desse nome, mas sim simulacro, representação, retirada ou desinteresse.

E «autocensura». Porque esta cerimónia necessita, implícita e explicitamente, da garantia, tal qual seguro de vida, do «sigilo profissional»: intimidade, discrição, confidencialidade, que, embora relativas, têm a capacidade de gerar uma confiança mínima entre professor e aluno, e entre alunos – «o que acontece na aula permanece na aula». Não nos referimos é claro, a abusos de poder de qualquer tipo ou a incidentes de gravidade indiscutível; mas a toda a rede de interações, de afetos, rejeições, simpatias, antipatias, cumplicidades e confrontos que de facto são o nosso pão de cada dia, mas que vistos de fora, retirados daquele contexto ligado inextricavelmente à própria evolução da vida e ao tempo que passa, são ou podem ser muito difíceis de compreender, julgar e valorizar.

«Presença, espontaneidade, confiança». É precisamente o que vamos perder, quem sabe se para sempre. Porque o que está em causa já está mais do que claro: a irrupção das «video-aulas» que nos querem impor com a desculpa real da pandemia e a falsa argumentação de que só assim é possível continuar a garantir o direito à educação dos nossos alunos. Continuam a enganar-nos, continuam a cuspir-nos na cara! A única forma de garantir essa educação e de salvaguardar ao máximo a saúde de toda a comunidade educativa é contratar mais professores, ampliar as aulas e criar novos espaços. Todos sabemos disso. E tudo o que aconteça fora desse âmbito é uma FRAUDE. Disponibilizar recursos humanos e materiais a tudo o que lembra o «público», o «comum», é um anátema, um sacrilégio para algumas administrações e governos, preocupados apenas com os interesses dos mercados e das empresas privadas a que, em última análise, são submissos e obedientes – enfim, do capitalismo, que mesmo nos seus estertores da morte continua a sugar o sangue de tudo quanto o rodeia. Mas o que está aqui em jogo é bem mais sério do que uma mera questão de protesto: trata-se da destruição consciente e programada da educação tal como existiu e só pode continuar a existir – porque a mediação pela tecnologia pode ajudar em tempos difíceis, ser uma espécie de muleta, mas nunca constituir uma alternativa.

E não o pode ser porque viola de forma irreversível as condições de presença, espontaneidade e confiança que fazem da educação uma das últimas experiências dignas de ser vividas. Mas vamos a detalhes mais concretos: vamos realmente submeter-nos à hipotética vigilância e fiscalização

> Vamos realmente submeter-nos à hipotética vigilância e fiscalização ideológica, moral ou simplesmente arbitrária e caprichosa do que dizemos e fazemos em tempo real?

ideológica, moral ou simplesmente arbitrária e caprichosa do que dizemos e fazemos em tempo real, por alguém, que não sabemos bem quem é, a partir do anonimato do seu ecrã? Não é normal estar verdadeiramente preocupado com o uso e abuso de certas imagens e áudios em mãos erradas ou maliciosas, sabendo que numa aula «tudo pode acontecer» e é até bom e natural que assim seja? Em que armadilha nos estamos a meter? Ser professor, agora, é ser protagonista de um *reality show* televisivo?

Argumentar-se-á que já existem câmaras por toda parte, nas ruas, no centro comercial e no escritório, e que de qualquer maneira estamos todos presos em redes sociais onde não existe privacidade e onde a pornografia emocional é lei. Mas reconhecer o quão longe chegou esta maré de servidão voluntária e de culto à máquina não preconiza que aceitemos que ela continue a crescer até enterrar o mundo inteiro e a sua realidade sensível e psicológica. Pelo contrário: temos de defender com unhas e dentes a experiência educativa como uma das últimas experiências sociais de relação direta, e depois perguntar-nos como chegámos aqui, como permitimos esta colonização das nossas vidas e como poderíamos descolonizá-las. Por outro lado, a experiência educativa é uma relação direta que, ainda que parcial e imperfeita, se apresenta como ponto de contacto, de encontro e (talvez) de aliança, e até de união, de diferentes gerações, classes sociais, géneros, culturas, etnias, identidades sexuais, desejos e necessidades. Mas como se entende que toda a experiência direta, onde o «inesperado» possa acontecer, deve ser suprimida ou adulterada de forma a não permitir outra «experiência» que não a do consumo, e que qualquer comunidade deve ser fragmentada numa massa atomizada de náufragos solitários que devoram a economia e se hipnotizam através da tecnologia, a educação como a conhecíamos tem que ser abolida. Para poder deixar o seu espaço, significado e intensidade para a nova reviravolta da automação total e a digitalização das formas de vida. Até à «morte em vida».

Por tudo isso, e por tudo o que neste momento de raiva e perplexidade não fomos capazes de pensar ou expor, gostaríamos de apelar à reflexão e à ação, sem a qual a reflexão se torna pensamento podre, palavra vazia, onanismo culturalista. Não defendemos que educar signifique contribuir para a formação de cidadãos livres e críticos? Será que trairemos agora essa promessa, caindo na mais hedionda das hipocrisias? Ensinar a desobedecer e liderar pelo exemplo – não será esse o objetivo principal e o dever pedagógico quando a opressão aparece?

É preciso organizar a resistência, a recusa em cumprir ordens e leis absurdas e nefastas, e até mesmo a sabotagem. Para isso, todas as táticas e ações são boas, exceto aquelas que não são postas em prática.

Os robots não passarão! Abaixo a falsificação e o controle totalitário das nossas vidas!

A educação não será televisionada!

12 de outubro: As Muitas Faces do Colonialismo

JOANA CANELAS
FÓRUM INDÍGENA DE LISBOA
DUNCAN CROWLEY
ECOCITY LISBOA
FOTOGRAFIA LUDOVICA ANDRENACCI

«É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.»

EDUARDO GALEANO, 1970

A 12 de outubro de 1492, Cristóvão Colombo chegou às Américas. Inaugurava assim o período das «descobertas», descobrindo um «novo mundo» até então desconhecido da Europa. Para os povos nativos que habitavam estas terras, a sua chegada foi o início de um processo de colonização, expropriação, pilhagem e genocídio. Foi o início de passarem a ser índios, por oposição a colonos, um estatuto dado para no fundo designar povos subjugados, explorados ou marginalizados por uma sociedade dominante. Para designar povos com modos de vida distintos, com formas de subsistência, de organização e de relação com a natureza baseadas na não-acumulação e consideradas «primitivas», por oposição às «desenvolvidas». No dia 12 de outubro denunciamos os continuados processos de colonização e celebramos a resistência dos povos nativos.

Estes processos de colonização viriam a possibilitar o desenvolvimento e expansão das sociedades industrializadas, baseadas no consumo e no crescimento económico, que caracterizam o capitalismo. Na realidade, a produção de sociedades capitalistas não teria sido possível sem a instauração de regimes coloniais que, ao subjugar outros povos, permitiram a apropriação de terras, recursos e pessoas a uma escala massiva e industrializada. Esses processos coloniais subsistem até aos dias de hoje, mascarados de desenvolvimento económico, um pouco por todo o mundo. Deixam rios vermelhos de sangue, montanhas esventradas por minas, lagos contaminados de dejetos tóxicos; queimam florestas para abrir caminho a estradas e produções intensivas de soja, palma e carne bovina. O colonialismo nunca acabou mas antes continua a matar, a pilhar e a destruir os modos de subsistência dos povos nativos e os seus territórios ancestrais. Mais de 500 anos depois, falar de povos indígenas é, por isso, falar de resistência. A 12 de outubro lembramos as lutas indígenas contra o colonialismo e, com a raiva sagrada que merece a defesa da terra e da vida, celebra-se a resistência!

> Sob a bandeira de Wiphala, símbolo da resistência andina, a noite terminou com um rugido coletivo de paixão e desafio, de amor e raiva, «Viva la Pachamama!»

No dia 12 de outubro reunimo-nos em frente ao Padrão dos Descobrimentos, denunciando mais uma vez as atrocidades levadas a cabo por um sistema socioeconómico baseado na pilhagem e na destruição, no estupro e no assassinato dos povos nativos e dos seus territórios. Reunimo-nos para partilhar a nossa história coletiva do colonialismo, como as suas múltiplas faces se manifestam até hoje nas nossas vidas quotidianas e correspondem a uma dor e raiva comum contra um sistema corrupto e doente, que ameaça toda a vida na terra. Escutamos ativamente os outros lados desta história comum, reconhecendo a expropriação, discriminação e marginalização como bases estruturais de sociedades

VIVA LA PACHAMAMA

coloniais, onde relações de poder alimentam desigualdades para poder proliferar. Renomeamos os «descobrimentos» como «invasão de territórios ancestrais e o genocídio dos seus povos nativos». Denunciamos o capitalismo como um sistema corrupto assente no roubo e na morte. Desde a história recente de conflitos europeus aos continuados processos de invasão, expropriação e perseguição dos povos nativos da América do Sul, convocamos os povos do mundo a reconhecer o seu inimigo comum nos modos capitalistas e coloniais de relacionamento com o mundo.

«Convidamos todos os que já sentiram na pele, no sangue ou no corpo o colonialismo a partilhar em círculo a sua experiência. Convidamos todos os que conhecem as feridas abertas do colonialismo a desmascará-las. Convidamos-te a partilhar a tua história. Façamos juntos um concílio de povos. Vamos contar as nossas histórias em conjunto. Seja com dor, raiva e luto. Seja com sangue, suor e lágrimas. Seja com luta.»

Por muito tempo, os movimentos europeus de Justiça Climática têm aprofundado conexões com as comunidades indígenas, para permitir que as suas vozes tenham mais destaque nos diálogos e lutas sobre o clima e o meio ambiente. Os países chamados «civilizados» precisam de (re) aprender o que significa viver em harmonia com a Mãe Terra, bem como testemunhar as realidades genocidas em curso contra as quais muitos lutam, ainda, diariamente!

Dez anos após a Batalha em Seattle, vozes indígenas foram o ponto central da Declaração dos Povos no Klimaforum de 2009, defendendo a urgência de «Mudanças no Sistema, Não Mudanças Climáticas», e na Assembleia dos Povos frente ao Bella Center em Copenhaga, onde a polícia de choque dinamarquesa ilegalmente agrediu e prendeu cerca de 100 manifestantes nas ações do Reclaim Power. Com a eclosão do activismo climático em 2019, levando a inúmeras declarações de Emergência Climática por todo o mundo, agora é o momento para realmente construir uma rede global. O 12 de outubro é o dia das resistências indígenas, principalmente na América do Sul e do Norte, sendo que bem poderia tornar-se um dos dias mais importantes do ano para os movimentos globais anti-capitalistas, anti-imperialistas e de justiça climática.

> O colonialismo continua a matar, a pilhar e a destruir os modos de subsistência dos povos nativos e os seus territórios ancestrais. Mais de 500 anos depois, falar de povos indígenas é, por isso, falar de resistência. A 12 de outubro lembramos as lutas indígenas contra o colonialismo e, com a raiva sagrada que merece a defesa da terra e da vida, celebra-se a resistência!

Em Lisboa, neste dia, pretendemos conectar os dois lados desta comunidade global. Para que cada um possa escutar as dores e os sonhos um do outro, para permitir que ambos os lados se perguntem como avançamos juntos. No evento «500+ anos de resistências indígenas», integrado no festival Umundu, uma videoconferência juntou líderes indígenas da América Latina e movimentos pela justiça climática de Lisboa, na Miau Associação Cultural no Alvito, com a participação da Greve Climática Estudantil (*Fridays for Future*) e a Stop Ecocídio Portugal. Jiribati, da comunidade Ashaninka na Amazônia peruana, Kreta, da comunidade Kaingang no Brasil, e Veronica, da comunidade Puruwa, de língua Quichua, nos Andes equatorianos, assinalaram que as lutas de seus povos por sua identidade e seus territórios foram agravadas ainda mais pela pandemia e sugeriram formas de avançar. Para alguns adolescentes lisboetas, esta foi a primeira oportunidade de ouvir e falar diretamente com lideranças indígenas. Nenhuma grande epifania aconteceu, nenhuma grande decisão foi tomada, mas novos caminhos foram abertos. Agora cabe-nos a nós aqui fazer a nossa parte, por nós e por aqueles que estão lá e com aqueles que estão lá.

Sob a bandeira de Wiphala, símbolo da resistência andina, a noite terminou com um rugido coletivo de paixão e desafio, de amor e raiva, «Viva la Pachamama!», seguida de música andina para celebrar a solidariedade entre povos e a construção de resistência conjunta por justiça social, climática e ambiental. Mais uma vez, recordamos: «Não lutamos pela Natureza, Somos a Natureza a Defender-se».

Não nos conquistaram

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Em Abril de 2021, das montanhas de Chiapas, do Sudeste mexicano, sairão para vários cantos da Europa diversas delegações Zapatistas. Conforme anunciou, a 5 de Outubro passado, o Subcomandante Insurgente Moisés do Comité Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): «Sairemos para percorrer o mundo, caminharemos ou navegaremos por terras, mares e céus remotos, em busca não da diferença, não da superioridade, não da afronta, muito menos do perdão e da lástima. Iremos ao encontro daquilo que nos faz iguais».

> Basta de fazer juízos com o passado distante para justificar, com demagogia e hipocrisia, os crimes atuais e em curso

Irão pôr-se a caminho num momento em que «em todo o mundo, o grande capital pretende que se regresse às ruas para que as pessoas reassumam a sua condição de consumidores». Por isso contrapõem: «Há que voltar às ruas, sim, mas para lutar. Porque como, dissemos antes, a vida, a luta pela vida, não é um assunto individual, mas colectivo. E agora viu-se que tampouco é um assunto de nacionalidades, é mundial.»

As e os zapatistas do EZLN, que há 26 anos se sublevaram em Chiapas, chegarão à capital espanhola Madrid a 13 de Agosto, data em que se cumprem 500 anos depois da suposta conquista do que é hoje o México. E têm muito claro aquilo que dirão ao povo espanhol. Duas coisas muito simples, como refere o comunicado: «Primeiro: Não nos conquistaram. Continuamos a resistir e em rebeldia. Segundo: Não têm porque pedir que lhes perdoemos nada. Já basta de fazer juízos sobre o passado distante para justificar, com demagogia e hipocrisia, os crimes actuais e em curso: o assassinato de lutadores sociais (…); os genocídios escondidos por detrás de mega projectos, concebidos e realizados para contentar os poderosos – o mesmo flagelo em todos os recantos do planeta –; o incentivo monetário e a impunidade dos paramilitares; a compra das consciências e das dignidades por 30 dinheiros».

Por esse motivo «nem o Estado Espanhol nem a Igreja Católica têm de pedir perdão por nada. Não faremos eco dos farsantes que se amontoam sobre o nosso sangue e que assim escondem o quanto têm dele as mãos manchadas».

Ao assinares a edição impressa recebes um MAPA em casa de três em três meses contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 15 euros
Europa | 6 números | 20 euros
Resto do mundo | 6 números | 25 euros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 20 euros
Europa | 6 números | 30 euros
Resto do mundo | 6 números | 40 euros

Associação MAPA CRÍTICO
NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
BIC SWIFT CGDIPTPL

Preenche o formulário em www.jornamapa.pt ou envia os teus dados (Nome; Email; Morada; NIF) e o comprovativo da transferência efectuada para assinaturas@jornalmapa.pt

Holocausto Animal, para Bem da Humanidade

PEDRO MORAIS

No passado dia 9 de Novembro, era celebrada com entusiasmo a notícia de que a Pfizer e a BioNTech tinham desenvolvido uma vacina contra a Covid-19 com «90 por cento de eficácia». Mais de 40 mil voluntários terão sido testados e os resultados parecem trazer alguma esperança para o bem da humanidade (ocidental). Mas eis que surge o maior inimigo de qualquer desenvolvimento de uma nova vacina contra esse grande flagelo invisível, os visons. Sim, esses animais que parecem tere como único propósito neste mundo antropocêntrico serem esfolados pela indústria da pele para que maioritariamente senhoras endinheiradas se possam pavonear com as suas peles em grandes acontecimentos socioculturais. Pois bem, passemos aos factos.

Ao que parece, nestes animais em cativeiro começou a desenvolver-se uma mutação do coronavírus, que foi, entretanto, detectada em seres humanos. Isto gerou alarme entre os cientistas e pesquisadores, pois essas alterações foram detectadas na glicoproteína *spike*, que é precisamente a proteína do vírus que entra nas células humanas, acoplando-se ao receptor ACE2, gene através do qual o vírus é transmitido. O alvo principal da investigação médica relacionada com o desenvolvimento da nova vacina é precisamente a proteína *spike*, por ser, digamos assim, o «cavalo de Tróia» do vírus. A mutação existente na nova estirpe do vírus detectada em visons põe em causa todos os esforços desenvolvidos em prol da nova panaceia da humanidade. Resultado, um holocausto animal. Só na Dinamarca, país ultralouvado pelos seus níveis de desenvolvimento civilizacional, cerca de 17 milhões de visons foram abatidos (eufemismo para assassinados em massa) para evitar a transmissão do vírus em seres humanos. Mutações semelhantes foram descobertas em criações de visons em países como Países Baixos, Espanha, Suécia, Itália e Estados Unidos, *crème de la crème* dos países do chamado Primeiro Mundo. Mais chacinas se avizinham, para bem da humanidade.

Diz-nos o escritor de origem judaica e prémio Nobel da literatura Isaac Bashevis Singer pela boca do personagem Herman Gombiner do seu conto *The Letter Writer*: «Que sabem eles — todos esses académicos, todos esses filósofos, todos esses governantes do mundo — mais do que tu? Convenceram-se de que o homem, o pior transgressor de todas as espécies, é a cereja no topo do bolo da criação. Todas as outras criaturas foram criadas simplesmente para lhe fornecer comida, peles, para serem atormentadas, exterminadas. Em relação a elas, todas as pessoas são nazis; para os animais é um eterno Treblinka. E ainda assim o homem exige que o céu tenha compaixão». Eu substituiria aqui céu por natureza, e afirmo mesmo que os caminhos da Natureza são deveras insondáveis. Talvez a mutação do vírus nos visons e a sua transmissão aos seres humanos seja a Insurreição do Gueto de Varsóvia destes pequenos animais.

> A mutação existente na nova estirpe do vírus detectada em visons põe em causa todos os esforços desenvolvidos em prol da nova panaceia da humanidade. Resultado, um holocausto animal.

Todas as crónicas da rúbrica *Transumano Mon Amour* reunidas em livro

O movimento H+ é, em poucas palavras, uma organização que tem como objectivo ultrapassar, com meios científicos e tecnológicos, os limites da condição biológica do ser humano e, em última análise, almeja alcançar a imortalidade terrena. A adjectivação «terrena» serve para expressar o aspecto aparentemente mundano e laico desta nova figura da mais antiga inquietação humana: do *Épico de Gilgameš*, do terceiro milénio antes de Cristo, à prática da mumificação dos antigos Egípcios, do pensamento taoista à alquimia esotérica, os defensores das ideias H+ consideram-se os legítimos herdeiros dos esforços históricos da humanidade para ganhar o seu jogo de xadrez com a morte.

Hardcore e pirataria

A propósito de uma compilação-*benefit* para o capítulo português da Sea Shepherd, editado pela Believe Hardcore[1], que reúne vinte bandas da cena punk-hardcore nacional.

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

O território cinge-se cada vez mais ao propósito de servir a circulação de mercadorias. E é apenas enquanto mercadoria que também nós encontramos a liberdade para nos movermos dentro das suas barreiras. Pouco nos resta para lá do movimento que nos leva entre a habitação e o trabalho ou entre a habitação e o centro comercial. Esse parece ser o principal significado de estar confinado: liberdade para só circular entre espaços privatizados. Acabou o espaço público. O espaço público é uma *app*. Quando chegar o recolher obrigatório, até as ruas ou bairros das nossas habitações serão pouco mais do que paisagem. Só restarão as paredes que nos cercam. E é nessa prisão que vemos a escassez abater-se sobre nós. Vemo-nos cada vez mais esvaziados para que aqueles que sempre se encheram de nós possam continuar a fazê-lo; e com cada vez menos obstáculos. O futuro parece não reservar muito mais possibilidades senão a de nos tornarmos uma espécie de piratas. Deslocações furtivas de um ponto ao outro, provavelmente entre territórios clandestinos e libertados onde o Estado nunca se deu bem; *raids* estratégicos a tudo aquilo de que nos desapossaram e a tudo aquilo que se apossou dos nossos lugares, movendo-se e ocupando as ruas que nos vedaram: é esse o horizonte que já se avista, apesar de ainda não ouvirmos as sirenes para recolher e os corpos policiais e militares ainda não terem a exclusividade de caminhar pelas ruas.

HARDCORE BENEFIT
SEA SHEPHERD
SEA SHEPHERD PORTUGAL
BELIEVE
HARDCORE
SEA SHEPHERD
CONSERVATION SOCIETY
CD
HARDCORE BENEFIT
8€
001
1. AIM - VEGAN
2. CABEÇA DE MARTELO - NO TIME TO WASTE
3. CICATRIZ - INERCIA
4. DEAD END - BREATHE
5. FARSA - SUICIDIO
6. FONTE - JA DIZIA O OUTRO
7. FOR THE GLORY - ROUTINE EQUALS HELL
8. GAEA - MUSIC MESSAGE
9. GROUND & POUND - OVERCOME
10. INSULTO - O PAO NOSSO
11. M.E.D.O. - RITUAL ANCESTRAL
12. MORDAÇA - POLITIQUICES
13. NEW WINDS - SLOW MOTION HOLOCAUST
14. NOT ENOUGH - TRADITION
15. SIMBIOSE - REUSE
16. STAND IN FRONT - IT'S OUR FAULT
17. TAKE BACK - TAKE BACK
18. TOGETHER - PROVE THIS WORLD WRONG
19. VALDEVINOS - NAU CATRINETA
20. XVENENOX - VIVE E DEIXA VIVER
SEA SHEPHERD
BELIEVEHCDISTRO
BELIEVE_HARDCORE

Acabou o espaço público. O espaço público é uma *app*

Felizmente os piratas nunca deixaram de existir. E alguns permaneceram em alto mar, em desafio constante dos limites territoriais e dos fluxos de produção e distribuição de mercadorias. Foi o caso da Sea Shepherd Conservation Society (SSCS). Fundada em 1977, pelo Capitão Paul Watson, co-fundador e dissidente da Greenpeace, a SSCS tomou como missão impedir a destruição dos oceanos e do ambiente pela acção directa. O respeito incondicional pelas convenções legais e políticas, as campanhas de *marketing* e a espectacularidade circense seguidas pela generalidade das organizações ambientais, como aquela que Paul Watson ajudou a fundar e veio a renegar, eram demasiado estreitos para responder à urgência de evitar um mundo em colapso. Mesmo quando actuou contra práticas punidas por leis internacionais, a SSCS foi alvo de perseguições por parte de vários Estados, entre eles o norte-americano e o japonês, frequentemente sob a acusação de ecoterrorismo (uma daquelas ironias: para o Estado é terrorista ecológico quem procura impedir a destruição ambiental e não quem o destrói). Em 2019, fundou-se em Portugal um capítulo desta organização, com o propósito principal de desenvolver, em território nacional, acções de consciencialização contra determinadas práticas e promover algumas actividades de defesa ambiental.

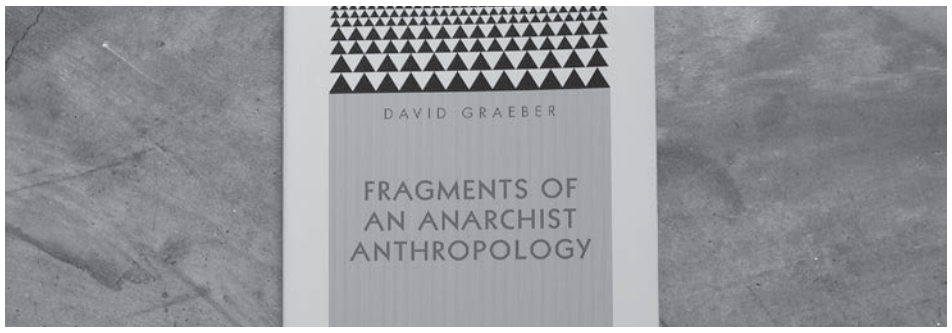
Vem isto a propósito de uma compilação-*benefit* para o capítulo português da Sea Shepherd, editado pela Believe Hardcore[1], que reúne vinte bandas da cena *punk-hardcore* nacional. Chega vinte e três anos depois do mítico *Split-CD* dos portugueses X-Acto e dos norte-americanos Ignite, também a reverter para a SSCS. Esta edição reúne veteranos (como os New Winds, Simbiose e For the Glory) e projectos mais recentes (Cicatriz, Dead End ou Fonte), sonoridades *oldschool*, *new school* e *post-hardcore* ou até o *hip-hop vegan straight edge* de GAEA. Só por dar conta da diversidade da «cena» portuguesa, a que muitos se dedicam a escrever obituários todos os anos, a compilação já merecia a atenção de todos os apreciadores do género. Mas ser um *benefit*, com todo o dinheiro a reverter para a SSCS, dá-lhe o significado que muitas vezes falta ao cliché associado ao *punk-hardcore*: mais do que música.

Felizmente os piratas nunca deixaram de existir. E alguns permaneceram em alto mar, em desafio constante dos limites territoriais e dos fluxos de produção e distribuição de mercadorias. Foi o caso da Sea Shepherd Conservation Society (SSCS).

Esta edição saiu numa altura em que também a cultura se viu confinada. Aqueles que não se importaram com a sua industrialização, vêem-se agora enredados nas dificuldades de escoar comercialmente uma mercadoria incapaz de saciar a ganância voraz daqueles a quem o medo e a saúde pública se mostram mais capazes de fazer crescer o seu poder e os seus monopólios. Pelo caminho lixaram-se também aqueles que nunca confundiram cultura com uma prateleira do supermercado, recusando-se a reduzi-la a uma actividade de lazer ou de entretenimento, mas que, independentemente disso, tinham que pagar as contas. Restam aqueles que nunca reservaram uma linha da sua folha de Excel para a cultura. E são esses que nos dão esta compilação. Não são melhores nem piores, mas são quem há mais tempo conhece as artes da sedição e da marginalidade de que em breve necessitaremos. Como os piratas de outros tempos, ajudarão a desviar a cultura (seja sob que forma for) dos caminhos em que querem encerrá-la e não permitirão que se torne uma mercadoria de luxo para aqueles a quem o actual estado de coisas melhor serve.

NOTAS
1 facebook.com/believehcdistro

Fragmentos de um antropólogo anarquista



SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Quando a administração colonial francesa chegou a Madagáscar no século XIX, dividiu a população em «tribos»: entre elas estavam os Tsimihety, que recusavam aliar-se a qualquer monarquia. Os Tsimihety mantiveram durante muito tempo a reputação de «mestres da evasão»: de cada vez que os colonos franceses enviavam delegações para contactá-los, encontravam aldeias completamente abandonadas – os Tsimihety tinham-se mudado. Uma outra «tribo», os Sakalava, fiéis à dinastia Maroantsetras, ignoravam os seus descendentes vivos e continuavam a adornar e reconstruir os túmulos dos antigos reis, «fossilizando» o poder e negando-o a quem pudesse exercê-lo em vida.

Este é um dos relatos que compõem *Fragmentos de uma antropologia anarquista*, uma publicação que reúne «pensamentos, esboços de potenciais teorias e pequenos manifestos», escritos por David Graeber. Graeber foi um antropólogo e professor, implicado no movimento Occupy Wall Street, aliado de processos revolucionários como o de Chiapas ou Rojava, e anarquista – embora recusasse o rótulo exótico de «antropólogo anarquista» nos meios universitários. Nesta publicação, Graeber pergunta: Porque não existe um corpo de antropologia anarquista? E porque há tão poucos anarquistas na academia?

Para responder a estas perguntas, Graeber começa por mapear o lugar da teoria anarquista na disciplina da antropologia. Claro que existe um corpo de teoria anarquista – Bakunin, Kropotkin, Goldman, de Cleyre – mas nenhuma corrente é representada através de um -ismo, à semelhança, por exemplo, do marxismo. O pensamento anarquista tem-se debruçado sobretudo sobre questões éticas da sua prática e pouco sobre definições conceptuais, como «mercadoria» ou «classe». Para além disso, as autoras e autores anarquistas não escrevem como quem inventa algo novo: os -ismos do pensamento anarquista são, por isso, criados a partir da prática: anarco-sindicalismo, anarco-comunismo, anarco-feminismo, e por aí fora.

Graeber relembra também alguns «clássicos» da antropologia que tiveram influência no pensamento anarquista. Por exemplo, o antropólogo francês Pierre Clastres que, através da documentação detalhada de povos amazónicos, em *A sociedade contra o estado* (1974), tornou evidente que a antropologia ocidental partia sempre do princípio que as sociedades sem estado não eram sociedades e que, portanto, não mereciam ser estudadas enquanto sistemas políticos. Graeber relembra também Marcel Mauss, antropólogo, fundador da «sociologia francesa» e autor da «teoria da dádiva» (1925), que foi uma das mais importantes críticas à disciplina da economia e ao argumento de que o dinheiro é necessário para resolver o «problema» da troca. Sobre a história do dinheiro, Graeber publicou, em 2011, um dos mais importantes trabalhos da antropologia contemporânea: *Dívida: os primeiros 5.000 anos*.

A proposta de Graeber para uma «antropologia anarquista» é, por isso, cuidadosa mas optimista. Reconhecendo o passado problemático da antropologia, aliada do processo de colonização, Graeber defende que nenhuma outra ciência social conhece tão bem sociedades sem estado e economias sem mercado. Na segunda parte da publicação, Graeber comenta excertos da «antropologia anarquista que quase já existe», a partir da pesquisa de várias autoras e autores, incluindo da sua própria pesquisa em Madagáscar. Graeber foca-se numa questão de *design*: como é que as sociedades sem estado «desenham» o seu sistema de poder? E como é que esse desenho permite a recusa do estado? Ao olhar para a «história moderna», e para os contextos insurreccionais onde estamos habituadas a falar de «teoria anarquista», as práticas «organizadas» que recusam o estado estão vivas: a acção directa, o consenso, a mediação. Graeber deixou-nos também trabalhos onde documentou detalhadamente estas práticas, como *Acção directa: uma etnografia (2009)*, um trabalho construído a partir da sua própria experiência nos Estados Unidos. David Graeber morreu em setembro de 2020.

Os elementos terrestres e outros poemas, de Eunice Ódio

Edições Anjo Terrível, Setembro 2020

ARTUR FLORES

A editora Anjo Terrível lançou em Setembro mais um livro de poesia, desta vez estreando em portugal a obra da poeta costa-riquense Eunice Ódio. *Os elementos terrestres e outros poemas* é uma edição bilingue que está incluída na colecção «mulheres terríveis», iniciada com uma selecção de poemas da chilena Teresa Willms Montt.

Eunice Ódio, considerada actualmente uma figura incontornável da literatura hispano-americana, permaneceu durante a sua vida no quase completo anonimato. Publicou três livros de poesia: *Los elementos terrestres* (Guatemala, 1948), *Zona en territorio del alba* (Argentina, 1953) e *El tránsito de fuego* (El Salvador, 1957), este último um canto místico sobre a criação humana, a linguagem e a poesia. O seu interesse pelo domínio do sagrado e do intangível, fizeram de Eunice Ódio uma referência da poesia metafísica. Nas palavras de Luiza Nilo Nunes, editora e tradutora desta obra, a poesia de Eunice Ódio é «um misto de erotismo, transgressão e mundividência hierática» conciliando «a lírica medieval galego-portuguesa com o surrealismo e o criacionismo».

A editora Anjo terrível continua a enriquecer o universo editorial português com a poesia de mulheres ímpares que situando-se nos antípodas da literatura de massas, são frequentemente ignoradas pelas grandes editoras.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 29
Dezembro 2020-Fevereiro 2021

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt

CC BY

Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Artur Flores, Frederico Lobo*, Garras*, Emma Andreetti, Vera Silva, Fernando Silva, Jorge Valadas, Erick Corrêa, Joana Canelas, Duncan Crowley, Ludovica Andrenacci, Inês Vegetal; João Melo, Los Amigos del Profesor Unrat / Grupo surrealista de Madrid, Pedro Duarte, Vladimir, Aurora Santos, Ana Rego, Gustavo Duch, Sarai Fariñas Ausina, María Maraña, Colectivo Arterra, McKenzie Schwark, Pedro Morais, ZNM, Diogo Duarte, Daniela Rodrigues, Ana Afonso, Susana Baeta, Mariana Vieira, Diana Dionísio, Pedro Cerejo, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Guilherme Serôdio, Lena Lenowska.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1,5 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt

Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

o estado de emergência smartphone
continua a manter uma forma física de topo.
o orgasmo deve ser de qualidade e quantidade.
e o movimento poligráfico com gel
Devemos Evitar a exposição a luz azul
o sorriso amarelo
é fun-
damental
depois do tratamento
uma elevada concentração de
vinho tinto
estamos em casa a regular o corpo
e a disfunção erétil portuguesa
o estilo Bond... James Bond! Enruga-se facilmente
gera eletricidade estática
E Pode ser muito quente para a primavera
Salve o pescoço e passe mais tempo à janela
E amanhã?
Tem de utilizar bem o dedo polegar
quando experimentar a Ferrari de ANGORÁ
Se antes comia sem noção,
hoje pode terminar a refeição
A menina dança?
ELA DEVE ESTAR DE BARRIGA PARA BAIXO
Desfrute.

Hoje vivo em casa
com o meu personal trainer,
de máscara DE SILICONE
Muitas vezes usei químicos
nesses meses de restrição
O facto de beber mais
é a chave do sucesso
Há tempo para tudo
Tive filhos,
tenho estragos,
tendo amigos
e um amor intermitente
num shopping promissor.
Não é fácil, mas faz-se.
E o que é que acontece?
Acontece que começamos a isolar-nos um bocadinho
o rebanho. É estranho e engraçado ao mesmo tempo.
é seco, seco, seco. limpinho, limpinho, limpinho.
sinceros Parabéns

com qualidade e autoestima
Portugal quarto de um hotel
é um estímulo entre as PERNAS da elite hipertrofia
espasmos consecutivos num campo de urtigas
O boxe é uma prática a que recorremos frequentemente
evitando que a excitação se propague em demasia

Estou casada, mas não me importa
veste o pijama de linho
o controlo vertical
como uma pintura egípcia,
é um ornamento muito elegante.
em casa
e um pouco por todo o mundo.
Como se sente hoje? Deixe-nos adivinhar:
Umas noites mal dormidas, maior pressão laboral e
um estado de emergência já suspira
não fuja **porco**
Quanto maior a corda, mais digno o herói
Uma vez que os bancos estão constantemente ocupados,
aproveite o impulso E TORNE-SE À PROVA DE ricos
deite-se de costas e trabalhe 60% em ácido e Coqumelos
Além dos benefícios estéticos,
Este movimento vai garantir a sua boa forma
as ancas não mentem. Parece que Shakira estava certa
Se estar em casa afeta a sua disposição,
REFUGIAR-SE NA COMIDA faz milagres
Não sabe o que comer?
Boas notícias.
corte ao meio um rico e deixe-o suar na panela
Tempere com sal e pimenta
Sirva com pão duro e vinho tinto
As pernas são os maiores músculos do corpo,
Isto é uma ordem, entendido? benéfica à imunidade

DEIXE-SE IR COM O FLOW
Não importa como organiza os seus planos
conversar olhos nos olhos não alarga o subsídio
o Super-Homem. esta com o cio
e Os rapazes de Underwear
Aproveite O BICHINHO e a força dos quadris
balance o estado de emergência entre as pernas
Puxe, empurre e torça o seu salário.
o que a máquina que é o corpo precisa
é álcool e tabaco
e aquilo que pomos no prato.
assenta-lhe que nem uma luva este estilo minimal
LAVE AS MÃOS numa amostra de saliva
do precioso mecanismo de classe social

SEGUNDO A FORBES
Não há bem mais valioso do que o tempo
DEFINA O SEU six-pack

A YOUTUBER MAIS INFLUENTE DE PORTUGAL
vai seguir à risca As principais tendências do verão
não tarda chega a altura de andar à mostra.

deitado na espreguiçadeira
junto à piscina
O estado ubíquo expira
O SEGREDO É CONTROLAR E prosseguir
com os joelhos no chão.
empurre o rabo para trás e incline e a cabeça para a frente
lentamente Cão
isto de ficar por casa É UM ESTILO DE VIDA clean
quem lhe disse que precisa de todas aquelas máquinas
►Home is the new gym.

Daniela Rodrigues é antropóloga e ilustradora e por vezes escreve poemas através da técnica *cut-up* ou de outras práticas comummente associadas à magia do caos. Editou 2 livros pela Douda Correria: Cona Cósmica (2018) e O Saque, a Desordem, os Cometas (2019).

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 29
DEZEMBRO 2020-FEVEREIRO 2021
3000 EXEMPLARES

Mulheres em luta pelos direitos das pessoas presas

REDE
Rede de Apoio e Desenvolvimento Entregrades

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Vera Silva, antropóloga do Centro em Rede de Investigação em Antropologia e do Observatório Europeu das Prisões, é voluntária em projeto com mulheres presas no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. É uma das proponentes da REDE, Plataforma Sociedade Civil e Prisões, criada em 2020.

Apresenta-nos a REDE.

A REDE Entregrades é uma iniciativa promovida por várias pessoas e organizações da sociedade civil com intervenção nas prisões, no sentido de ampliar a discussão sobre o sistema prisional, na procura de soluções que melhorem a situação das pessoas enredadas nas prisões: pessoas presas, ex-presas, familiares e profissionais da prisão. Um debate praticamente inexistente em Portugal. Tem promovido fóruns mensais, a decorrer *online* desde julho, com grande adesão e participação. Até ao momento, já aderiram à REDE mais de 60 pessoas, a título individual e em representação de organizações. A estratégia descentralizada e a mobilização em torno da defesa dos direitos das pessoas presas, enquanto princípio que conduz a ação, tem permitido um debate bastante crítico e revelador da situação nas prisões, que resulta da confluência de diferentes experiências, localizações e perspetivas sobre a prisão. Um saldo bastante positivo desta iniciativa, única no contexto português e que surgiu num período complexo que reitera a urgência de ação coletiva sobre as prisões.

A petição «Todos juntos por ti recluso», redigida em setembro por um grupo de familiares, deu origem a concentrações de protesto. De que se tratou?

O movimento «Todos juntos por ti recluso» é impulsionado por um grupo de mulheres de várias regiões do país que têm familiares presos/as. Após quase quatro meses sem acesso a visitas, estas foram retomadas gradualmente a 15 de junho com regras especiais sob recomendações da Direção Geral de Saúde, que levaram à colocação de parlatório, à redução para uma visita semanal de 30 minutos e à limitação de duas pessoas por visita. O Estado investiu 300 mil euros na instalação de 675 parlatórios em prisões e centros educativos, e a informação, não oficial, que tem circulado é de que serão para manter, pelo menos nos próximos dois anos.

Face a esta situação, no dia 4 de setembro manifestaram-se em Lisboa pelo direito às relações familiares e entregaram uma carta reivindicativa no Ministério da Justiça e na Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP), exigindo o direito às visitas dentro dos trâmites que a lei nacional e internacional prevê e ainda a continuidade da aplicação da Lei 9/2020, que decreta as medidas excecionais de flexibilização de penas em período de pandemia. Eram mulheres, cerca de 20, do norte, centro e sul do país, de diferentes idades, entre os 20 e os 80 anos, algumas com as crianças a acompanhá-las. Durante a manifestação falaram dos vários problemas nas prisões: a falta de cuidados de saúde, medicamentos, material de proteção, a crónica má alimentação, a falta de informação e a inexistente reinserção social. As dificuldades que enfrentam para dar apoio e visitar. Muitas famílias têm de viajar centenas de quilómetros para terem apenas meia hora de visita. Os parlatórios foram também objeto de queixas: dificuldades de audição, que impedem o diálogo, e nenhum contacto físico é permitido.

A manifestação teve início em frente ao Ministério da Justiça e seguiu para a DGRSP, concentrando-se nas imediações do edifício. A Ministra da Justiça e o Diretor Geral recusaram recebê-las pessoalmente. Essa recusa, bem como a não cobertura mediática das reivindicações, demonstra a clara indiferença e invisibilização social a que são remetidas estas mulheres e crianças. Esta manifestação, bem como outras concentrações de protesto à porta de prisões que aconteceram no início da crise pandémica, demonstra-nos que são as mulheres quem se tem mobilizado e quem suporta, nas comunidades, as consequências do encarceramento.

À data em que falamos, a situação em Tires, das mulheres reclusas, é assustadora, com disseminação de casos de Covid-19 e a indiferença instalada…

Infelizmente não me surpreende que o primeiro surto de Covid-19 identificado nas prisões tenha sido em Tires, pelas condições que esta prisão tem, e porque tendencialmente as mulheres e transgénero presas são sujeitas a uma maior negligência e violência. A gestão desta prisão face a este surto, apesar de só agora ser mediatizada, tem sido alvo de denúncias nos últimos meses, por parte de mulheres presas, familiares nas redes sociais, e recentemente pela Ordem dos Advogados. Falta de celas com o mínimo de condições, serviços médicos precários, falhas na distribuição de produtos de higiene e de limpeza, falta de comida, os produtos na cantina são caros e muitas não têm dinheiro para suprir, desta forma, as necessidades básicas, fecho nas celas durante 22h, e limitações no acesso a advogados, o que tem servido para o silenciamento sobre as condições em Tires. A prática do segredo institucional é comum nas prisões. Da minha experiência de investigação em Tires, durante 2019 até ao início de 2020, não me foi facilitada a circulação nas alas e pavilhões prisionais. Os relatos que consegui recolher confirmam vários dos problemas agora denunciados publicamente. Acrescento, ainda, que além da difícil situação das mulheres mães e crianças na prisão e das que têm os filhos/as no exterior, também tenho conhecimento de mulheres que, desde março, não têm visitas dos/as filhos/as que vivem em instituições de acolhimento de menores.

A maioria dos problemas que se vivem hoje nas prisões não são excecionais, são velhos problemas que se intensificaram e multiplicaram. Os efeitos da crise pandémica agravaram as condições de vida dentro das prisões, promoveram um maior fechamento destas instituições à sociedade civil, o aumento da violência institucional, a limitação do acesso a bens essenciais e do contacto com familiares e amigos, a deterioração dos precários serviços de saúde e da saúde mental e física das pessoas presas.

Sabe mais em: rede-entregrades.pt

MAPA BORRADO

TENSÕES DO RECOLHER OBRIGATÓRIO COVID NUMA QUALQUER CIDADE COSTEIRA
REVOLTEMO-NOS CONTRA ESTA TERRÍVEL OPRESSÃO! LIBERDADE JÁ!
TUDO ISTO É UM PLANO MALÉFICO PARA NOS ESCRAVIZAR
PRONTO, MAIS UM JANADO ANTIVAX CORANACETICO CONSPIRANOICO
TUDO PARA CASA!!!
POLICIA
QUE LIBERDADE PRETENDEM ESTES PRÓ-COVIDOS OPORTUNISTAS?
AH, PREFERES O DISCURSO DO CONTROLO E DEPENDÊNCIA DO ESTADO E DA INDUSTRIA FARMACÊUTICA PARA SALVAR A HUMANIDADE?
É O QUE MAIS VEJO POR AÍ... PESSOAL COM PREOCUPAÇÕES GENUÍNAS A SER VEÍCULO DE LÓGICAS FALSAS E TÓXICAS ASSENTES EM EXPLICAÇÕES MIRABOLANTES SOBRE O QUE ESTÁ A ACONTECER NO MUNDO...
SPORARKADE
MAS TU ACHAVAS QUE ISTO IA SER TUDO NORMAL? E AS PESSOAS NÃO SE IAM PASSAR?
SÓ ESTOU A DIZER QUE NÃO VOU SUBSTITUIR A CIÊNCIA PELO CALDEIRÃO NEW-AGE DA CIXIVIA
INCRÍVEL! TODA A CAPACIDADE CRÍTICA ESVAZIADA EM NOME DA CIÊNCIA.
HEI. NÃO HÁ "CIÊNCIA" HÁ MÉTODO CIENTÍFICO!
JOSE VARGAS '20
TENS DE DEFINIR AS CONTINGÊNCIAS DE CADA SITUAÇÃO CIENTÍFICA. GENERALIZAÇÕES SÃO UM BOCADO CONTRAPRODUCENTES..
BAH!